



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Arquitetura Para Hoje e Novas Formas de Habitar- esboço de ensaio(s) teórico - prático(s) na cidade da Guarda

Isabel Maria Pires Gonçalves

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor António Baptista Coelho
Co-orientador: Prof. Doutor Hélder Pereira de Oliveira

Covilhã, junho de 2017

A presente dissertação encontra-se escrita ao abrigo do acordo ortográfico Língua Portuguesa de 2015.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao Professor Doutor Arquiteto António Baptista Coelho pela orientação, pelo apoio, dedicação e disponibilidade ao longo deste percurso. De igual modo ao Professor Doutor Arquiteto Helder Pereira de Oliveira pela co-orientação, pelo contributo para o desenvolvimento do presente trabalho, conselhos e conhecimentos transmitidos.

Há minha família, em específico aos meus pais pelo acompanhamento, apoio e incentivo, às minhas irmãs pela confiança e companheirismo e à minha madrinha.

Aos meus amigos por estarem sempre ao meu lado e pelos bons momentos que a amizade nos proporcionou.

Por fim em especial ao Olivier, pela permanência e dedicação no tempo da amizade e ideias.

Muito Obrigada.

Resumo

Habitação acessível para todos é um tema bastante paradigmático do século XXI. Nas últimas décadas a habitação social, ou habitação de interesse social (HIS), fez-se um pouco desordenadamente, respondendo essencialmente a interesses económicos, numa perspetiva que acentua uma muito sensível redução do essencial vínculo entre espaço de habitar e modos de vida. Contudo, a crise económica, dos últimos tempos, bem como os novos contextos sociais, estão a gerar um novo interesse pela HIS, que é entre nós, designada de “Habitação a Custos Controlados”. É aqui que o papel do arquiteto é fundamental na medida em que cabe a ele conhecer o homem real no seu contexto, e o seu trabalho deve dar resposta eficaz às necessidades específicas de cada sociedade.

O habitar contemporâneo trouxe novos problemas sociais, a partir dos quais surgem novas formas de habitar para as diversas classes e grupos sociais, mas também para os novos agregados familiares. A atualidade que é socialmente muito diversificada pede que se flexibilizem as ofertas urbanas e residenciais, criando, no seu todo, um ambiente citadino mais harmonioso. A sociedade está em constante transformação, e com ela assiste-se a novos problemas sociais e novas formas de habitar. E importa, ainda, salientar que a atual situação económica origina uma população carenciada muito para além de pessoas desalojadas e com grande carência económica.

Os programas habitacionais com um grande número de fogos para alojar grandes grupos sociais, deixaram de ser solução para os problemas sociais. O papel da arquitetura para pessoas carenciadas, visa então compreender a diversidade e rejeitar uma excessiva tipificação, propondo-se o desenvolvimento de uma verdadeira “habitação de interesse social” com qualidade e características físicas e de custos adequadamente controladas, visando-se a integração dos seus habitantes na sociedade e, simultaneamente, a (re)vitalização da cidade com novas formas de habitar e equipamentos a elas associados. Sequencialmente, tornou-se claro a importância de viver numa obra de arquitetura residencial bem desenhada e integrada na cidade; e a integração de pequenas habitações de interesse social nos centros urbanos consolidados são uma mais-valia para a (re)vitalização desses centros, muitos deles desabitados e degradados. Afinal, a cidade deve ser vivida por toda a população, todos têm direito ao seu usufruto e a habitação nela inserida deverá ser responsável por gerar espaços que promovam a vida urbana.

Palavras-chave

Habitação de interesse social | Contemporaneidade | (Re)habitar | Integração social | Guarda

Abstract

Accessible housing for all is a very paradigmatic theme of the 21st century. In the last decades, social housing or social housing (HIS) has become somewhat disorderly, responding essentially to economic interests, in a perspective that accentuates a very sensitive reduction of the essential link between living space and ways of life. However, the economic crisis of recent times, as well as the new social contexts, are generating a new interest in HIS, which is known as "Controlled Housing". And it is here that the role of the architect is fundamental in that it is up to him to know the real man in his context, and his work must respond effectively to the specific needs of each society.

Contemporary living has brought new social problems, from which new forms of housing for the various classes and social groups emerge, but also for the new households. Today, which is socially very diversified, calls for flexibility in urban and residential offerings, creating, on the whole, a more harmonious city environment. Society is constantly changing, and with it new social problems and new forms of living are being seen. It should also be pointed out that the current economic situation leads to a deprived population far removed from displaced persons and with great economic shortage.

Housing programs with a large number of fires to accommodate large social groups have ceased to be a solution to social problems. The role of architecture for needy people is to understand diversity and reject excessive typification, proposing the development of a "social interest housing" with quality and physical characteristics and properly controlled costs, aiming at the integration of its inhabitants in society and, simultaneously, the (re) vitalization of the city with new ways of inhabiting and equipment associated with them. Sequentially, it became clear the importance of living in a work of well-designed and integrated residential architecture in the city; And the integration of small housing of social interest into the consolidated urban centers is an added value for the (re) vitalization of these centers, many of them uninhabited and degraded. After all, the city must be lived by the entire population, everyone has the right to their usufruct and the housing in it should be responsible for generating spaces that promote urban life.

Keywords

Social interest housing; Contemporaneity; (Re) to inhabit; Social integration; Guarda

Índice

Capítulo 1 Introdução	1
1.1 Justificação do tema	2
1.2 Objetivos	2
1.3 Metodologia	4
1.4 Estrutura	5
Capítulo 2 Cidade e Habitação	7
2.1 A habitação como geradora da cidade	8
2.2 O habitar como génese da arquitetura	11
2.3 A cidade do século XX	13
2.4 O problema da habitação	23
2.5 Cidade e habitação: Síntese do capítulo	27
Capítulo 3 A contemporaneidade e o habitat humano	29
3.1 Arquitetura e sociedade.....	30
3.2 O papel social do arquiteto.....	31
3.3 O habitar contemporâneo	33
3.4 A Habitação de Interesse Social (HIS)	38
3.4.1 O desenvolvimento da Habitação de Interesse Social	38
3.4.2 Notas sobre a Habitação de Interesse Social na viragem do século XX	42
3.5 Novos problemas sociais (mudança social), novas soluções habitacionais	45
3.6 Casos Europeus	48
3.7 A contemporaneidade e o habitat humano: síntese do capítulo	54
Capítulo 4 Aspetos a salientar na evolução da Habitação de Interesse Social (HIS) em Portugal	55
4.1 Breve enquadramento histórico e situação atual da HIS em Portugal	56
4.2 As atuais necessidades de HIS em Portugal.....	62
4.3 Casos paradigmáticos da atualidade da HIS em Portugal	63
4.4 A HIS em Portugal: síntese do capítulo	66

Capítulo 5 Novas e atuais formas de habitar, novos caminhos do habitar e da cidade.....	67
5.1 (Re)vitalizar ou (re)habitar a cidade e o centro urbano	68
5.2 Soluções habitacionais mais específicas para pequenos agregados familiares e seniores	75
5.3 Habitação de Interesse Social: novas soluções e tipologias	79
5.3.1 51 Habitações Sociais para jovens em Barcelona.....	82
5.3.2 27 Habitações Sociais para jovens em Barcelona.....	85
5.3.3 85 Habitações para idosos em Barcelona.....	88
5.3.4 Habitação para seniores em Switzerland.....	91
5.4 Novos caminhos do habitar e da cidade: síntese do capítulo	92
Capítulo 6 Uma proposta de nova intervenção habitacional numa cidade do interior: a cidade da Guarda.....	93
6.1 A cidade da Guarda: aspetos gerais de enquadramento	94
6.2 Zonas/locais de potencial intervenção	98
6.3 Proposta de intervenção: locais/tipologias de HIS, proposta geral	100
6.4 Nova intervenção habitacional na Guarda: síntese do capítulo	112
Capítulo 7 Programa de intervenção Memória descritiva e justificativa	113
7.1 Introdução	114
7.2 Integração local, social e funcional	116
7.3 Uma inovação tipológica	
7.4 Aspetos a salientar no projeto	123
7.5 Descrição/comentário às peças desenhadas	124
7.6 Programa de Intervenção: notas finais de síntese e comentário ao projeto	134
Considerações finais.....	137
Referências Bibliográficas	139
Lista de Anexos 1 e 2.....	144

Lista de Figuras

- Figura 1** - Viena, Planta da cidade. A planta esquemática no canto superior direito mostra as diversas fases do desenvolvimento urbano. 9
 Fonte - ROSSI, Aldo - A arquitetura da Cidade, Lisboa 2001, p.91
- Figura 2** - Berlim, Planta da cidade. A planta esquemática no canto inferior direito mostra as fases do desenvolvimento urbano. Fonte ibidem p.107 9
 Fonte - ROSSI, Aldo - A arquitetura da Cidade, Lisboa 2001, p.91
- Figura 3** - Fra Giocondo, invenção do fogo, ilustração na edição de Vitruvius em Veneza, 1511. 11
 Fonte - <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>
- Figura 4a, 4b e 4c** - a) Mies V. der Rohe, Seagram Building, Nova Iorque, 1958; b e c) Walter Gropius, bairro Siemensstadt, Berlim, 1930. 15
 Fonte a) - <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/df/47/c7/df47c7dde25b344297f6e05f304b1ca5.jpg>
 Fonte b) - <http://images.adsttc.com/media/images/52fe/6c91/e8e4/4e54/8200/0163/newsletter/8.jpg?1392405641>
 Fonte c) - <http://www.cidark.com/wp-content/uploads/2016/02/Berlin-Siemensstadt-02.jpg>
- Figura 5** - a) Le Corbusier, *La Ville Radieuse*, confronto entre a cidade tradicional e as novas propostas urbanas, 1930; b) Le Corbusier, *Plan Voisin*, proposta para a reestruturação do centro de Paris, 1925; c) Le Corbusier, «A Cidade Radiosa». 16
 Fonte a) - http://2.bp.blogspot.com/ahyX8_wfV7U/TdS6Wzqg7xI/AAAAAAAAAMs/mXmiTrWVEik/s1600/Scan-Dokument-0167.JPG
 3. http://meriadeck.free.fr/Meriadeck/Urbanisme_sur_dalle-Les_origines_files/Le%20Corbusier-Plan%20Voisin_1.jpg
 Fonte b) - <http://static3.businessinsider.com/image/5213aec6eab8ea5c67000012/why-architect-le-corbusier-wanted-to-demolish-downtown-paris.jpg>
- Figura 6a, 6b, 6c e 6d** - Le Corbusier, A Unidade de Habitação de Marselha, França, 1952 .. 17
 Fonte a) - http://www.fondationlecorbusier.fr/CorbuCache/900x720_2049_785.jpg?r=0
 Fonte b) - <https://daniloarquiteto.files.wordpress.com/2008/11/fig-06-modulor.jpg>
 Fonte c) - <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/originals/b7/87/02/b787022cef617ae65d4805425bae1c8d.jpg>
 Fonte d) - <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/29/57/dd/2957dd41a3e7d3c03ef48c402373b196.jpg>
- Figura 7** - Ruy Atouguia, Sebastião Sanches, Bairro das Estacas, Lisboa, 1952. 20
 Fonte - http://bric.k-tank.org/wp-content/uploads/sites/8/2016/05/tumblr_o06z6f8PAU1rfl84o2_1280.jpg
- Figura 8** - Carlos Duarte, Olivais Norte, 1955 21
 Fonte - <http://s237.photobucket.com/user/abcinfohabitar/media/fig04mtHE.jpg.html>
- Figura 9** - Olivais Norte, desenho do Arq. António Baptista Coelho 21
 Fonte - http://infohabitar.blogspot.pt/2014/04/imagem-urbana-preto-e-branco-lisboa_13.html
- Figura 10a e 10b** - Álvaro Siza Vieira, Bairro da Malagueira, Évora, 1977 22
 Fonte a) - <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/21/79/69/2179692409e7f36a00c5a68badaf006e.jpg>
 Fonte b) - http://images.adsttc.com/media/images/54c8/bd58/e58e/ce45/7a00/018f/large_jpg/d.jpg?1422441811

- Figura 11a e 11b** - Relatório do 1º Congresso Nacional de Arquitetura em 1948.24
 Fonte a) - https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/18/I_Congresso_Nacional_de_Arquitetura_1948.jpg/280px-I_Congresso_Nacional_de_Arquitetura_1948.jpg
 Fonte b) - <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02969.033.010>
- Figura 12a e 12b** - Gerrit Rietveld, Casa Schoder, 1924, Utrecht, Reino dos Países Baixos. ...36
 Fonte - https://images.adsttc.com/adbr001cdn.archdaily.net/wp-content/uploads/2012/05/1335925138___wikimedia_commons_1293607917_schroder30.jpg
- Figura 13** - Bairro de Rochechouart, primeiro projeto de bairro operário, Paris, 1872.38
 Fonte - MOREIRA, Ana, Silva - À Procura do Novos Modos de Habitar, Dissertação de Mestrado em Arquitetura de Interiores pela FAUL, Lisboa, 2013, p.27
- Figura 14a e 14b** - Ludwig Mies van der Rohe, Edifício de vivendas Weissenhofsiedlung, Alemanha, 1927, b) Plantas correspondentes ao 1º piso e último.39
 Fonte - FRENCH, Hilary - Vivienda colectiva paradigmática del siglo XX, Plantas, secciones y alzados, Editorial Gustavo Gili, Sl, Barcelona, 2009, p.48 e 49
- Figura 15** - Ernst May, Conjunto Habitacional *Siedlung* Niederrad, Frankfurt, Alemanha, 1927.40
 Fonte - CARVALHO, Ricardo - A CIDADE SOCIAL Impasse, Desenvolvimento, Fragmento, Edições tinta-da-china, Lisboa, 2016, p.68
- Figura 16** - Aldo Rossi e Carlo Aymonino, Conjunto de Vivendas Dallaratese, Milão, Itália, 1974.41
 Fonte - FRENCH, Hilary - Vivienda colectiva paradigmática del siglo XX, Plantas, secciones y alzados, Editorial Gustavo Gili, Sl, Barcelona, 2009, p.154 e 155
- Figura 17a** - Félix Dumail e Ernest Michel Ebrard, cidade-jardim de Gennevilliers, França, 1923-1934 | **17b** - Andre Gutton e Henry Gutton, cidade-jardim de Trappes, França, 1926-1931. ...42
 Fonte - CARVALHO, Ricardo - A CIDADE SOCIAL Impasse, Desenvolvimento, Fragmento, Edições tinta-da-china, Lisboa, 2016, p.81 p.83
- Figura 18a e 18b** - b) Herman HERTZBERGER, Moradias Diagon, Delft, Holanda a) Casa dividida em 2 núcleos.46
 Fonte - HERTZBERGER, Herman - Lições de Arquitetura, Editora Martins Fontes, [s.l.], 1999, p.146
- Figura 19a e 19b** - a) Steven Holl, Habitações em Fukuoka, Japão, 1989-91, b) exemplo de várias disposições possíveis através de painéis e armários móveis.....47
 Fonte - <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/236x/fb/7b/8d/fb7b8d662be7f4e66492cb318999c316.jpg>
- Figura 20a, 20b e 20 c** - Foreign Office Architects, Conjunto habitacional em Carabanchel, Madrid, 2007.....50
 Fonte - FRENCH, Hilary - Vivienda colectiva paradigmática del siglo XX, Plantas, secciones y alzados, Editorial Gustavo Gili, Sl, Barcelona, 2009, p.228 e 229
- Figura 21a, 21b e 21c** - Plantas tipo das Tipologias habitacionais, a) Duplex, b) tipologias T3 e c) Tipologia T0.50
 Fonte - FRENCH, Hilary - Vivienda colectiva paradigmática del siglo XX, Plantas, secciones y alzados, Editorial Gustavo Gili, Sl, Barcelona, 2009, p.228 e 229
- Figura 22a, 22b, 22c e 22d** - Cano Lasso Arquitectos, 24 habitações sociais no centro histórico de Cádiz, Espanha, 2011.51
 Fonte - <http://www.archdaily.com.br/br/01-115120/apartamentos-no-centro-historico-de-cadiz-slash-cano-lasso>

- Figura 23a, 23b, 23c, 23d e 23e** - Frédéric Schlachet Architecte, Habitação Social em Paris, França, 2012.52
 Fonte - <http://www.archdaily.com/383168/social-housing-frederic-schlachet-architecte>
- Figura 24a, 24b, 24c, 24d, 24 e 24f** - Frédéric Schlachet Architecte, Habitação Social em Paris, França, 2010. Fonte: <http://www.archdaily.com/80890/social-housing-in-paris-frederic-schlachet-architecte>53
 Fonte - <http://www.archdaily.com/80890/social-housing-in-paris-frederic-schlachet-architecte>
- Figura 25** - Fernando Távora, Bairro de Ramalde, 1952, Porto.57
 Fonte - CROFT, Vasco - Arquitetura e Humanismo O papel do arquiteto, hoje em Portugal, Ed. Terramar, Lisboa, 2001, p.280
- Figura 26** - Paulino Montez, Bairro do Alto da Ajuda, 1933, Lisboa.57
 Fonte - CROFT, Vasco - Arquitetura e Humanismo O papel do arquiteto, hoje em Portugal, Ed. Terramar, Lisboa, 2001, p.280
- Figura 27** - Paulino Montez, Bairro da Encarnação, 1945, Lisboa.57
 Fonte - CROFT, Vasco - Arquitetura e Humanismo O papel do arquiteto, hoje em Portugal, Ed. Terramar, Lisboa, 2001, p.280
- Figura 28a e 28b** - Francisco Barata, Manuel Sá, Conjunto Habitacional de HIS de Massarelos, Porto, 199560
 Fonte - http://olhararquitectura-2.blogspot.pt/2013/03/cooperativa-de-massarelos_4833.html
- Figura 29a e 29b** - Carlos Veloso, Conjunto Habitacional Travessa dos Salgueiros, Porto, 2002.60
 Fonte - <http://www.ava-architects.com/>
- Figura 30a e 30b** - Rui Almeida, Filipe Dias, Conjunto Habitacional Monte de São João, Paranhos, Porto, 2003. <http://infohabitar.blogspot.pt/2007/03/o-conjunto-de-habitaes-sociais-do-monte.html>60
 Fonte - <http://infohabitar.blogspot.pt/2007/03/o-conjunto-de-habitaes-sociais-do-monte.html>
- Figura 31a, 31b, 31c e 31d** - Hélder Ribeiro, Conjunto de Habitação de interesse social de Fontainhas, 21 fogos, Porto, 2007.64
 Fonte - <http://www.domussocial.pt/habitacoes/habitacao-das-fontainhas>
- Figura 32a, 32b e 32c** - Nuno Távora, Edifício de habitação Social na Rua do Mercaduto/Rua da Silva. 2005, Lisboa.65
 Fonte - https://issuu.com/nunotavora/docs/nuno_t_vora_-_curr_culo_portfolio_dbcefabbf850fb
- Figura 33a, 33b e 33c** - Gonçalo Byrne, Edifícios na Travessa das Dores, 2015, Lisboa.65
 Fonte - MILANO, Maria, CREMASCOLI, Roberto - Gonçalo Byrne. A Intimidade dos Espaços, Coleção Público: A Casa de Quem Faz as Casas, Copyright, 2016, p.86, 87, 88
- Figura 34** - Centro Histórico do Porto - Área classificada Património Mundial (verde), Área de proteção (vista parcial - vermelho) e muralha do século XIV (azul), Edifícios com interesse histórico (amarelo).72
 Fonte - <http://www.portopatrimoniomundial.com/fotos-antigas.html>
- Figura 35a e 37b** - a) Reabilitação de dois edifícios do séc. XIX, Largo dos Loios, Porto, OODA 2014, b) Planta de um piso.72
 Fonte - <http://www.ooda.eu/>
- Figura 36a e 37b** - Edifício de habitação para jovens / Pormenor das fachadas.80
 Fonte - <http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/office/conxita-balcells-blesa>

- Figura 37a e 37b** - Plantas, piso 0 e piso 1, sucessivamente.....81
 Fonte - <http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/office/conxita-balcells-blesa>
- Figura 38a e 38b** - Tipologia tipo / Imagem do interior.82
 Fonte - <http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/fisyDwCdDc/51-viviendas-sociales-publicas-conxita-balcells-blesa>
- Figura 39** - López Rivera, edifício de habitação social para jovens, Barcelona, 2003-2007 - Fachada Principal.83
 Fonte - http://www.lopez-rivera.com/proyectos/selected/vpo_barcelona.html
- Figura 40a e 40b** - À direita, galeria de acesso aos vários pisos e habitações, à esquerda, pormenor dos slats nos vãos.....84
 Fonte - http://www.lopez-rivera.com/proyectos/selected/vpo_barcelona.html
- Figura 41a e 41b** - Planta dos pisos 0 e 1, respetivamente.84
 Fonte - http://www.lopez-rivera.com/proyectos/selected/vpo_barcelona.html
- Figura 42a e 42b** - a) Tipologia tipo, b) imagem do interior/ligação da sala com o quarto. ..85
 Fonte - http://www.lopez-rivera.com/proyectos/selected/vpo_barcelona.html
- Figura 43a, 43b e 43c** - Edifício de habitação para idosos - Barcelona.86
 Fonte - <http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786058/81-viviendas-para-personas-mayores-grnd82>
- Figura 44a e 44b** - Acesso às habitações/galeria a Norte, sucessivamente.87
 Fonte - <http://www.arquitour.com/85-viviendas-tutela-das-y-un-centro-civico-sergi-serrat-gines-egea-cristina-garcia/2009/07/#jp-carousel-7002>
- Figura 45** - Planta do piso da entrada/habitacional.87
 Fonte - <http://www.arquitour.com/85-viviendas-tutela-das-y-un-centro-civico-sergi-serrat-gines-egea-cristina-garcia/2009/07/#jp-carousel-7002>
- Figura 46a e 47b** - Interior das habitações.88
 Fonte - <http://www.arquitour.com/85-viviendas-tutela-das-y-un-centro-civico-sergi-serrat-gines-egea-cristina-garcia/2009/07/#jp-carousel-7002>
- Figura 47** - Planta tipo, T0 45 m².88
<http://www.arquitour.com/85-viviendas-tutela-das-y-un-centro-civico-sergi-serrat-gines-egea-cristina-garcia/2009/07/#jp-carousel-7002>
- Figura 48** - Peter Zumthor, residência para idosos, Suíça 1993.....89
 Fonte - http://images.adsttc.com/media/images/5215/43cb/e8e4/4e9a/4500/0047/large_jpg/Untitl-ed_6883741660_o.jpg?1377125285
- Figura 49a, 49b, 49c, 49d** - Peter Zumthor, residential home for the elderly, Suíça 1993 ...90
 Fonte a) - <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/67/52/b1/6752b18a925ba5a7f9e666dc8fb93387.jpg>
 Fonte b) - <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/50/a5/67/50a567f1447c374dbfc87128d203d9ec.jpg>
 Fonte c) - <https://static.dezeen.com/uploads/2009/04/pritzker-prize034.jpg>
 Fonte d) - <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/236x/9e/12/d3/9e12d3600cd777b35c729ccccbe7b7f3.jpg>
- Figura 50** - Planta do piso habitacional.90

Fonte	-
http://images.adsttc.com/media/images/55e8/8ebe/46fe/9f69/3200/0012/large_jpg/residential-home-for-the-elderly-in-masans-floor-plan.jpg?1441304227	
Figura 51a e 51b - Peter Zumthor, residential home for the elderly, Suíça 1993	91
Fonte - https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/4f/33/f8/4f33f83e335ad9eecff792a365cb4202.jpg	
Figura 52 - Sé Catedral da Guarda, b) Igreja da Misericórdia, c) Torre de Menagem, d) Vista aérea sobre a cidade.	95
Fonte a) - http://www.rotasturísticas.com/imagens/fotos/pt/large/fotos_23337_guarda_secatedral_da_guarda.jpg	
Fonte b) - https://farm2.staticflickr.com/1519/23561372844_fa5b738017.jpg	
Fonte c) - https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/0b/97/90/a0/torre-de-nmebagem-castelo.jpg	
Fonte d) - https://holidaysportugal.eu/wp-content/uploads/2015/05/xGuarda.jpg.pagespeed.ic.GxS6qb65hn.jpg	
Figura 53 - Planta do Edifício, Guarda.	97
Fonte - Cidade e Democracia, 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal / Fundação da Juventude: Paulo Santos, Paula Cardoso, Susana Chaves pg.240	
Figura 54 - Planta aérea da cidade da Guarda/Vazios urbanos selecionados.	98
Fonte - Autor	
Figura 55a, 55b e 55c - Vazio nº1.	99
Fonte - Autor	
Figura 56a, 56b e 56c - Vazio nº2.	99
Fonte - Autor	
Figura 57a, 57b e 57c - Vazio nº3.	99
Fonte - Autor	
Figura 58a, 58b e 58c - Vazio nº 4.	99
Fonte - Autor	
Figura 59 - Planta do Centro Histórico da Guarda e localização do local de intervenção (a amarelo).	101
Fonte - PEREIRA, Vítor, PENA, António (2008) - Roteiro Arqueológico da Guarda, Território, Paisagens e Artefatos, Ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda, p.45	
Figura 60 - Planta de localização do lugar de intervenção e integração com o envolvente.	102
Fonte - Autor	
Figura 61a, 61b, 61c, 61d, 61e e 61f - Fotografias do local de intervenção (Vazio Urbano).	102
Fonte - Autor	
Figura 62 - Conxita Balcells, Arquitetos.	107
Fonte - http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/office/conxita-balcells-blesa	
Figura 63 - Emiliano López e Mónica Rivera, Arquitetos.	108
Fonte - http://www.lopez-rivera.com/proyectos/selected/vpo_barcelona.html	
Figura 64 - Sergi Serrat, Arquitetos.	109
Fonte - http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/786058/81-viviendas-para-personas-mayores-grnd82	
Figura 65 - Peter Zumthor, Arquiteto.	110

Fonte -
http://images.adsttc.com/media/images/5215/43cb/e8e4/4e9a/4500/0047/large_jpg/Untitled_6883741660_o.jpg?1377125285

Figura 66 - Solução tipológica. 111
 Fonte - Autor

Figura 67 - Fotografia Maqueta Formal. 115
 Fonte - Autor

Figura 68 - Conjunto de desenhos formais..... 117
 Fonte - Autor

Figura 69a e 69b - Imagem ilustrativa da flexibilidade interior do espaço habitacional. 119
 Fonte - Autor

Figura 70 - Organização do espaço habitacional, conforme os diferentes usuários..... 120
 Fonte - Autor

Figura 71a e 71b - Imagem ilustrativa do módulo (armário) fixo. 121
 Fonte - Autor

Figura 72 - Sequência das peças desenhadas, correspondente aos vários pisos. 125
 Fonte - Autor

Figura 73 - Planta de Estacionamento. 126
 Fonte - Autor

Figura 74 - Planta Piso Térreo. 127
 Fonte - Autor

Figura 75 - Planta Piso 1 e 2. 129
 Fonte - Autor

Figura 76 - Planta Piso superior, sob cobertura. 130
 Fonte - Autor

Figura 77 - Imagem Ilustrativa da relação do interior habitacional com a galeria. 131
 Fonte - Autor

Figura 78 - Imagem Ilustrativa do logradouro. 132
 Fonte - Autor

Figura 79 - Proposta de Intervenção para Habitação de Interesse Social na cidade da Guarda
 135
 Fonte - Autor

Lista de Tabelas

- Tabela 1** - Dimensões mínimas das HIS em Portugal, 1918.56
 Fonte - COELHO, António, Baptista (2009) - **Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972**, artigos e ensaios, (revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, eescusp), p.57.
- Tabela 2** - Promoção da HCC por parte as 3 principais entidades desde 1984 a 2004.59
 Fonte - BAPTISTA, António, Coelho - 1984-2004, 20 ANOS A PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, INH, LNEC
- Tabela 3** - Tipo de família por tipo habitacional76
 Fonte - PEREIRA, Sandra, Marques - CASA E MUDANÇA SOCIAL uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa, Outubro de 2012
- Tabela 4** - População residente ao longo dos anos na cidade da Guarda.95
 Fonte - INE
- Tabela 5** - Programa de áreas para cada tipologia justificado por funções. 104
 Fonte -
https://www.researchgate.net/profile/Joao_Pedro9/publication/267384376_Revisao_das_areas_minimas_da_habitacao_definidas_no_RGEU/links/546b27ee0cf20dedafd49948/Revisao-das-areas-minimas-da-habitacao-definidas-no-RGEU.pdf
- Tabela 6** - Programa de áreas para cada tipologia justificado por compartimentos. 104
 Fonte -
https://www.researchgate.net/profile/Joao_Pedro9/publication/267384376_Revisao_das_areas_minimas_da_habitacao_definidas_no_RGEU/links/546b27ee0cf20dedafd49948/Revisao-das-areas-minimas-da-habitacao-definidas-no-RGEU.pdf

Lista de Gráficos

- Gráfico 1** - Desvio das componentes do perfil regional de mudança familiar face à população de referência.76
 Fonte - PEREIRA, Sandra, Marques - CASA E MUDANÇA SOCIAL uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa, Outubro de 2012

Lista de Acrónimos

CIAM - Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

FFH - Fundo de Fomento da Habitação

HIS - Habitação de Interesse Social

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INCASÒL - Institut Català del Sòl

INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda

INE - Instituto Nacional de Estatística

INH - Instituto Nacional de Habitação

ICAT - Iniciativas Culturais Arte e Técnica

LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil

SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local

SBQP - Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído

ODAM - Organização dos Arquitetos Modernos

Capítulo 1 - Introdução

“A casa como lugar do habitar constituiu desde sempre, para os arquitetos, o espaço privilegiado da investigação e da experimentação. Uma investigação que abrange o mundo da economia e da cultura tecnológica, quer no âmbito dos processos de produção, quer na inevitável dinâmica da evolução da sociedade. [...] A família nunca foi tão mutável como na contemporaneidade e tem exigências de conforto e de funcionamento que, apesar da técnica e da ciência aparentemente poderem satisfazer, continuam ausentes da grande maioria das casas que hoje realizamos em Portugal.”

CANNATÀ, Michele e FERNANDES, Fátima (2002), p.8

1.1 | Justificação do tema

A motivação que despertou o interesse para a temática desenvolvida no âmbito desta dissertação de mestrado, tem tudo a ver com a habitação nos dias de hoje. É essencial desenvolver uma habitação adequada para a nova sociedade, seja ela dirigida para: famílias carenciadas; mas também para pessoas sós, pequenos agregados, idosos e até jovens autónomos, que correspondem a uma sociedade cada vez mais diversificada.

Ao longo do percurso académico, foram realizados diversos projetos de Habitação de Interesse Social para um público diversificado, isto reflete que hoje o papel do arquiteto passa também por responder às novas exigências da atualidade ligadas ao habitar. O interesse pela habitação acessível e os novos modos de habitar, surge de um tema bastante atual que precisa ser investigado e compreendido para se promoverem intervenções bem desenhadas, integradas na cidade e na paisagem urbana preexistente. O estudo da matéria do habitar contemporâneo revela-se portanto pertinente numa altura em que se assiste novamente a um conjunto de alterações no que diz respeito às mudanças dos núcleos familiares, bem como às alterações no modo como o habitante hoje utiliza os espaços que habita.

Julga-se importante, uma reflexão geral sobre quais os problemas que anos atrás levaram à desintegração da habitação de interesse social e à perda de identidade dos espaços urbanos das cidades, e que hoje se refletem nos maus exemplos em termos de concentração excessiva e repetição exagerada de tipologias habitacionais, que ainda não se conseguiu erradicar totalmente.

1.2 | Objetivos

Com este trabalho de investigação pretende-se não só contribuir com o processo de estudos de novos projetos habitacionais de interesse social nos centros urbanos, mas também perceber as necessidades dos novos contextos sociais e identificar os possíveis caminhos e estratégias que o arquiteto necessita para responder à habitação de carácter social no contexto urbano contemporâneo. A investigação dedicada ao tema do habitat humano e sua evolução tem, portanto, como objetivo, assimilar o essencial das matérias teóricas que fazem parte da sua composição e relativas ao desenvolvimento da habitação.

O trabalho que aqui se apresenta, em termos de objetivos, pretende analisar os novos modos de habitar a cidade e suas transformações sociais e despertar a atenção para um tema, que se julga muito atual, relacionado com o papel do arquiteto na compreensão e na resposta às novas necessidades da sociedade em transformação no âmbito do habitat humano e urbano e, especificamente, na área da Habitação de Interesse Social (HIS). Assim, este trabalho propõe uma reflexão sobre a atual HIS, partindo da análise do contexto europeu, até chegar à questão

da HIS em Portugal, analisando o seu desenvolvimento até à atualidade. Importa ainda identificar os processos de transformação do habitat e os fatores que conduziram a um novo interesse e sentido de mudança que se vai manifestando, atualmente, cada vez mais. Portugal tem vindo a passar por um período económico crítico que se reflete essencialmente na população mais desfavorecida. Interessa compreender as respostas arquitetónicas que estão a ser dadas aos novos problemas sociais no âmbito residencial, e se uma habitação de interesse social, adequadamente diversificada pode servir modos de vida atuais e apoiar na (re)vitalização urbana.

Contudo para se propor novas formas de habitar é necessário analisar as mudanças que levaram a este novo conceito de habitação de custos controlados no Século XXI. Aqui o contexto a analisar não é só o contexto físico do lugar mas também as carências, costumes e vivências da população a que se dirige. Parece então pertinente, pela sua atualidade mas também pela importância, repensar e estudar o caminho da arquitetura num momento em que a sociedade é bastante diversificada.

Constata-se que a habitação será sempre um tema atual, o que se pretende assim colaborar numa pesquisa das matérias do novo habitar e quais os rumos a seguir, numa sociedade em constante mudança e em confronto com a cidade contemporânea. Uma cidade vitalizada é hoje o objetivo central do desenvolvimento urbano, fazer cidade é fazê-la com habitação. É importante que a arquitetura habitacional siga uma nova linha de evolução e que acompanhe o ritmo de uma rede global e dinâmica. Neste sentido desde já se sublinha que a flexibilidade na habitação mínima parece poder responder às mais divergentes necessidades do sujeito atual.

Neste sentido e para concluir este estudo teórico-prático, será tentada uma experimentação, em termos de projeto “esquemático” - em fase de anteprojecto que se pretendeu razoavelmente desenvolvido, aplicando-se as ideias, anteriormente consideradas no trabalho, numa parcela que foi identificada na cidade da Guarda, com o objetivo de ensaiar a aplicação teórico-prática de novas formas de Habitação de Interesse Social adequadamente disseminadas no tecido urbano e dirigidas para grupos socioculturais específicos. Procurou-se, ainda, que este projeto revelasse, para além de uma solução, um ponto de partida para outras possíveis situações/soluções, onde o espaço mínimo é uma premissa importante, mas bem enquadrada num amplo leque de estimulantes objetivos sociais e arquitetónicos.

1.3 | Metodologia

A presente dissertação apoia-se numa metodologia estruturada em três fases essenciais para o desenvolvimento da mesma: pesquisa, interpretação e desenvolvimento.

Numa primeira fase de trabalho, foi essencial realizar toda a pesquisa bibliográfica e complementar à temática e posteriormente o seu estudo e compreensão, como forma de estruturar a base teórica do trabalho.

Numa segunda fase de trabalho, como metodologia adotada, procurou-se desenvolver uma interpretação da essência do habitar e da sua origem, associada ao desenvolvimento das cidades, sendo a habitação a peça fundamental das mesmas. De igual forma, e sequencialmente, foi abordado o desenvolvimento da habitação social em geral até aos finais do século XX e principalmente na viragem para o século XXI. O objetivo incidiu no estudo da habitação acessível do século XXI e na aplicação de novos conceitos ligados, designadamente, aos diversos rumos de qualidade arquitetónica residencial. Foi, também, essencial abordar o conceito de contemporaneidade, ligado à qualidade arquitetónica na habitação e na cidade, e suas transformações que vieram despertar um novo interesse no tema.

Partindo da análise do contexto europeu, apresentaram-se alguns exemplos paradigmáticos de HIS que adotaram estratégias diferentes para solucionar as novas realidades. Já no contexto português, mais tardio, foi essencial analisar um pouco da história da HIS e o caminho percorrido até à atualidade, salientando-se ser no contexto português que o tema incide, através da análise de exemplos mais paradigmáticos dos finais do século XX, até aos dias de hoje.

Por fim, o desenvolvimento da proposta de intervenção de Habitação de Interesse Social no centro da cidade da Guarda surge como esboço de concretização das ideias anteriormente interpretadas.

1.4 | Estrutura

Esta dissertação divide-se em sete capítulos, referentes ao estudo e interpretação das diversas matérias ligadas com a temática habitacional de interesse social, e ainda apresenta um ensaio prático.

O primeiro capítulo apresenta o estudo nos seus aspetos mais relevantes. O segundo capítulo diz respeito à definição global de cidade e de habitação, matéria esta considerada essencial para se compreender o desenvolvimento das cidades, bem como os problemas habitacionais que conduziram ao desenvolvimento da HIS.

O terceiro capítulo integra uma análise do habitat contemporâneo e do papel do arquiteto face às atuais transformações da sociedade bem como a ligação entre a mesma e a arquitetura. Aborda-se também o desenvolvimento da Habitação de Interesse social, no contexto europeu, explorando alguns exemplos paradigmáticos realizados a partir do século XX.

No quarto capítulo analisa-se o desenvolvimento da Habitação de Interesse Social já no contexto português, referindo-se o que se julga serem os principais aspetos e características que fizeram parte da sua evolução. Apresentam-se ainda alguns exemplos da promoção da HIS que se caracterizam por corresponderem a novos modos de habitar no século XXI e que evidenciam a qualidade arquitetónica e a sua integração no tecido urbano vitalizado.

No quinto capítulo considerou-se essencial definir os conceitos de (re)vitalização e (re)habitar, subjacentes a uma resposta bem integrada, entre novas tipologias habitacionais e urbanas, cuja importância se pretende sublinhar e privilegiar nas cidades e principalmente em pontos estratégicos dos seus centros históricos. Apresentam-se ainda alguns casos de estudo tipológicos, essenciais à compreensão do espaço habitacional das tipologias direcionadas a um público-alvo que se tem evidenciado ultimamente em termos de novos núcleos familiares.

O sexto capítulo contextualiza geograficamente a cidade da Guarda e apresenta a área de intervenção selecionada para o desenvolvimento da proposta. Posteriormente, apresenta o estudo tipológico que concretiza a solução tipológica que é desenvolvida em resposta a novos modos de habitar.

Por fim o sétimo e último capítulo, corresponde ao desenvolvimento da proposta de intervenção, em termos de arquitetura urbana e habitacional, tendo-se em consideração os diversos temas até então abordados no decorrer da investigação e resultantes das respetivas análises e interpretações. Ainda neste capítulo, a memória descritiva e justificativa da proposta é apresentada como peça fundamental para o entendimento de todo o respetivo processo conceptual.

Capítulo 2 | Cidade e Habitação

“A arquitetura é duplamente um facto urbano. Por um lado, «a arte e a técnica da construção» marcam profundamente o aspeto dos edifícios de toda natureza da cidade e, por outro lado, a cidade em si pode ser considerada como uma arquitetura, pela organização do seu espaço, logo do seu desenho, pela disposição dos seus cheios e vazios, pela repartição das suas densidades, das suas alturas e das suas funções.”

Jean Pelletier e Charles Delfante (2000)

2.1 | A habitação como geradora da cidade

A palavra habitação está sempre associada à palavra cidade, pois evidentemente ela integra a maior parte da superfície urbana. A casa, como peça fundamental, constitui partes privadas da cidade que dão forma às partes públicas, dando-lhe sentido. Podemos afirmar que a casa urbana é entendida como o principal elemento na construção da cidade, e que se define como objeto de uso e de obra integrante da arquitetura.

O arquiteto Joaquín Arnau (2000, p.20)¹ define casa como sendo o lugar de alojamento público ou privado, residencial e laboral fazendo parte da cidade e dando-lhe sentido. Para compreendermos melhor de como a casa constitui cidade, nada mais que entender os conceitos distintos da mesma. Primeiramente, cidade é a “soma aberta” e indeterminada de unidades domésticas sucessivamente acumuladas. Em segundo, a cidade divide-se em bairros que por sua vez, parcelados sustentam as unidades. A diferença entre os dois conceitos distintos é no segundo caso, a ideia de que a cidade antepõe a sua formalização à medida que a casa vai formando os quarteirões, e por aí sucessivamente. No entanto o desenvolvimento de uma cidade também pode ter sido espontâneo e lento, a partir de um núcleo mínimo, sem uma ordem e estratégia definidas. Aqui a casa assume nada mais que um aparente protagonismo no processo evolutivo da cidade. Porém o que aqui se pretende analisar, é sem dúvida o segundo caso onde a casa se assume como sendo a peça fundamental da formação das cidades de todo o mundo.

A cidade é vista precisamente através das suas partes, bairros e delimitações muito diferenciadas nas suas características formais e sociológicas que constituem algumas delas, ela é constituída pela sua arquitetura e por todas as suas obras. Cada cidade tem as suas características próprias formadas através do processo histórico, do tempo e do homem, tal como refere Aldo Rossi, “*A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade; e existem muitos tempos na forma da cidade.*”² A cidade foi crescendo espontaneamente ao longo dos séculos, através do núcleo habitável que veio assumir um processo evolutivo, não só na sua formação como no processo de assentamento humano. “*A cidade sempre foi amplamente caracterizada pela residência. Pode-se dizer que não existem ou não existiram cidades em que o aspeto residencial não estivesse presente [...].*”³

Em todas as cidades da Europa existem edifícios ou conjuntos edificados que viriam a constituir bocados da mesma, são várias as cidades europeias que se destacaram ao longo dos tempos, quer pela sua formação quer pelo seu grande desenvolvimento. As cidades de Viena e Berlim traduzem-se como exemplos da grande evolução geral, constituída essencialmente pela habitação, (Fig. 1 e 2).

¹ ARNAU, Joaquín (2000)- 72 Voces para un Diccionario de Arquitectura Teórica, Ed. Celeste, [s.l.] p.20

² ROSSI, Aldo (2001) - A arquitetura da Cidade, Edições Cosmos, Lisboa, p.80.

³ *Ibidem*, p.96.



Figura 1 - Viena, Planta da cidade. A planta esquemática no canto superior direito mostra as diversas fases do desenvolvimento urbano.



Figura 2 - Berlim, Planta da cidade. A planta esquemática no canto inferior direito mostra as fases do desenvolvimento urbano.

Continuando a interpretar o pensamento de Aldo Rossi (2001), o qual afirma que, o edifício é analogicamente referido a uma forma da cidade, por sua vez a sua estrutura veio transformar a natureza o que levou a adaptarem-se necessidades sociais. As primeiras casas a surgir, serviam para proteger os habitantes do exterior e foi a partir destas construções que mais tarde se desencadeou a transformação do mundo, segundo as necessidades do homem. Todas estas metamorfoses formaram as primeiras formas, as primeiras tipologias de habitação, mas também os templos e os edifícios mais complexos. Rossi afirma que a arquitetura, mais propriamente dos monumentos, é o que permanece na cidade, porém aqui o monumento traduz-se apenas na casa singular, pequena cada uma, mas muito grande nos seus conjuntos de vizinhanças e bairros. E é através da tipologia dos edifícios e da sua relação com a cidade que podemos afirmar que, os edifícios são como monumentos e partes de um todo da cidade. O livro *A cidade como Arquitetura*, do mesmo autor, sistematiza assim diversas reflexões sobre a cidade e as próprias questões urbanas que explicam o processo e desenvolvimento das mesmas.

A habitação é também o elemento urbano que transmite os costumes, gostos e usos do homem/habitante. Por todo o mundo a casa teve uma forma, função e características idênticas, porém nas mais variedades cidades ela exercia funções diferentes. Tal fato pode ser entendido na antiga Roma onde a casa se diferenciava através de dois tipos: a *domus*, e a *insula*; a primeira caracterizava-se por uma construção, frequentemente, pobre, e constituía a essência urbana a partir da qual se ia modelando a cidade. Por outro lado, a *insula*, desempenhava um papel importante no crescimento da cidade, através de edifícios de vários pisos e com várias unidades independentes de uso residencial. Conhecer estes dois tipos de residência, ajuda-nos a compreender a diferenciação e o sistema dos edifícios que desencadearam o crescimento da cidade, neste caso na antiga Roma. No desenvolvimento da cidade o bairro torna-se num elemento fundamental das suas formas. O bairro caracteriza-se numa unidade morfológica e estrutural que marca a paisagem urbana que caracteriza as cidades e cada cidade. Nesta sequência de ideias e na perspectiva de Manuel Correia Fernandes, é a habitação que concebe cidade, pois “o modo mais natural de fazer cidade é com habitação e a cidade sem habitação não faz sentido.”⁴ Podemos, então, considerar que é através da habitação que se cria uma cidade humanamente adequada, que seja a essência do ambiente urbano e humano.

Contudo, para se fazer cidade adequada, é também importante reconhecer que é o próprio habitar e as relações sociais que harmonizam todo o processo da conceção da mesma. Sendo a habitação geradora da cidade, reconhece-se que qualidade da arquitetura residencial urbana é indispensável na sua construção, e esta qualidade passa não só pelo desenho urbano mas também por todo o ambiente ao redor do habitar, que é matéria de grande amplitude temática (exemplo: habitação, lojas de proximidades, espaços públicos de vizinhanças, etc.). Habitar é

⁴ FERNANDES, Manuel Correia - «Anos 80 As Cooperativas de Habitação e o Desenho da Cidade, a Senhora da Hora em Matosinhos» citado por António Baptista Coelho in OPÚSCULO 18 - *Entre Casa e Cidade, a Humanização do Habitar*, p.3.

realmente contruir a cidade e por sua vez a arquitetura constrói a cidade, criando e influenciando o seu crescimento, positiva e negativamente.

2.2 | O habitar como gênese da arquitetura

A arquitetura em todo o seu caminho histórico e na sua constituição disciplinar, identifica-se com a cidade e não pode afirmar-se sem ela. A arquitetura não é apenas a imagem visível da cidade nem o conjunto das suas formas/arquiteturas, ela é também e essencialmente a sua construção; e ela é também a criação da sociedade e de um ambiente propício à vida que resultam nos caracteres da arquitetura, através da habitação, levando a cidade a crescer por si mesma.

A ideia da primeira casa esteve presente no pensamento dos arquitetos modernos de todos os tempos. Para Vitrúvio a essência da arquitetura está associada à cabana que protege do fogo, a habitação torna-se deste modo a primeira casa, que resulta de uma “solução” para o fogo protegido, (Fig.3). Mas logo imediatamente à casa vazia, recém-construída, juntam-se os seus habitantes, que lhe dão vitalidade e significado. A “casa” é a essência da arquitetura, e Vitruvius foi o primeiro a procurar a essência da casa; neste sentido, a cabana primitiva e o fogo revelam-se inseparáveis, é partir do fogo controlado e amenizador que a arquitetura nasce quase como mito, e, mais tarde, desligando-se, de certa forma, do seu simples uso funcional, num salto significativo que a transformará em arte.



Figura 3 - Fra Giocondo, invenção do fogo, ilustração na edição de Vitruvius em Veneza, 1511.

A arquitetura está, assim, intrinsecamente ligada à função do habitar, que por sua vez compreende não só as atividades domésticas como atividades da sociedade muito integradas no povoado e na cidade, promovendo-se, desta forma, o lugar social que a cidade constitui, tal como cita Aldo Rossi (2001, p.100), “ [...] Na arte da arquitetura, a casa é, sem dúvida, o que melhor caracteriza os costumes, os gostos e os usos de um povo [...] ”⁵. A habitação é uma das funções primordiais da arquitetura, ela dá resposta à necessidade básica e fundamental do Homem, o habitar, mas também permite a construção de uma diversidade cultural da sociedade e um repositório das suas práticas quotidianas.

*“A soma dos hábitos constitui a habitação. E a habitação é a função que propicia e decanta a Arquitetura. Como a visão na Pintura, a audição na Música, a leitura na Poesia ou o movimento na Dança, a habitação afina-se, magnifica-se e resplandece com a Arquitetura. Que é o esplendor da habitação. Diferente de outros hábitos, como os de ver ou ouvir, complexos mas concentrados num só dos sentidos, o hábito de habitar liga-se a todos eles. Na pluralidade das sensações, a Arquitetura assemelha-se ao Teatro. A habitação é assim o propósito principal da Arquitetura: a sua tese.”*⁶

Para António Baptista Coelho (2003), Joaquín Arnau (2000, p.100) define extraordinariamente a arquitetura residencial, e outros conceitos que integram na arquitetura, são conceitos inerentes ao pensamento ao longo dos anos da história das diversas teorias da arquitetura, tanto nos tratados antigos, como nos modernos e nos manifestos das vanguardas contemporâneas. Para Arnau, habitar implica o exercício de vários hábitos, desde os superficiais, liberais e de serviços; dentro destes hábitos encontram-se: comer, dormir, estudar, conversar, trabalhar, entre outros. Porém habitar é muito mais do que conceber todos estes exercícios mencionados; habitar significa apropriarmo-nos do nosso espaço minuciosamente equipado, no sentido de reunir adequadas condições de habitabilidade e com o objetivo geral de desenvolver qualquer atividade, estando ao mesmo tempo a habitar aquele conjunto de espaços; sendo que o principal ato de habitar, é, simplesmente, estar, um estar que é marcar/ser, em termos de vivência e de identidade: *“Habitar es estar adonde se está. Y Arquitectura es aquella que ace de esse estar bienestar”*⁷.

A condição de habitação é provavelmente o principal propósito da arquitetura; e é através da arquitetura que a cidade se vai desenvolvendo, sendo que a arquitetura, assim, influencia o crescimento da cidade. Habitar será, assim, basicamente, construir um lugar, e se pensarmos na habitação como o espaço que nos acolhe, o espaço que constitui o nosso ambiente habitável, o lugar construído é, em primeira linha, o espaço interior, espaço esse que estabelece a total ligação entre o habitar e construir.

⁵ VIOLLETE-LE-DUC (2001) - *in Arquitetura da Cidade*, Aldo Rossi, Lisboa, p.100.

⁶ ARNAU, Joaquín *in TEXTOS - Habitar com qualidade e urbanidade*, António Baptista Coelho, 2003.

⁷ *Idem - 72 Voces para un Diccionario de Arquitectura Teórica*, Ed. Celeste, 2000, p.100.

2.3 | A cidade do século XX

A cidade do século XX ficou assinalada pelas novas tendências modernistas, o que deu ao início à formação da «cidade moderna», ou seja, a nova forma de organização dos assentamentos urbanos no início do século XX; a rutura dos anos 20 desse século originou uma visão global e social da arquitetura e de todo o seu conjunto, que até aqui parecia apenas preocupar-se com um desenho urbano tomado isoladamente. Uma rutura ligada às tensões na sociedade geradas pelo aceleramento do desenvolvimento industrial.

O referido Movimento Moderno caracterizou-se pela rutura da cidade histórica, novos modelos urbanísticos começaram a surgir, bem como uma nova afirmação de arquitetura. No final dos anos quarenta do século passado, a destruição dos principais núcleos urbanos europeus provocada pela grande guerra ligou-se a uma outra década associada a novas perspetivas de jovens arquitetos e a um novo papel do arquiteto, que passou a ser, tendencialmente, fundamental nas mudanças das cidades, mas também na melhoria das condições dos seus habitantes.

As primeiras modificações estruturais da cidade surgiram com a revolução industrial, ligadas aos intensos processos de transformação de usos e das estruturas do território. Estas transformações começaram por produzir uma rutura radical na estrutura das cidades, na forma, na organização distributiva e em todos os conteúdos urbanísticos. Caracterizam-se por alterações rápidas e profundas da paisagem associadas aos novos modos de produção, às condições de habitabilidade e às próprias formas de convivência social e da apropriação do espaço público. Com estas referências pretende-se, aqui, sublinhar as diversas alterações ao longo do século XX associadas à imagem da cidade moderna.

“No primeiro pós-guerra, a pesquisa arquitetónica ultrapassa o ponto de compatibilidade com os interesses constituídos e elabora uma verdadeira alternativa à cidade pós-liberal corrigida ou não: a cidade moderna.”⁸

Leonardo Benévolo (2016, p.47), identifica três fases que caracterizaram o desenvolvimento da cidade do século XX. A primeira localiza-se no período entre as duas guerras, esta fase diz respeito à análise das funções urbanas (classificadas pela *Carta de Atenas*⁹: a qual defendia os princípios de habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito) e ao estudo dos mínimos elementos funcionais para cada uma delas. A segunda fase localiza-se nos vinte anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial, e aqui se desenvolveu o estudo dos modelos de agrupamento conduzindo a uma definição do conceito de unidade de habitação. Por fim, a terceira fase, prolonga-se até aos dias de hoje onde o tema central corresponde à pesquisa dos agregados

⁸ BENEVOLO, Leonardo (2016) - *A Cidade e o Arquiteto*, Edições 70, Lisboa, p.46.

⁹ A Carta de Atenas diz respeito a um manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933.

habitacionais e urbanos que caracterizam uma cidade verdadeiramente viável e que encontra muitas raízes na cidade tradicional.

Sendo assim, ao longo da primeira metade do século XX, a cidade tradicional viria a ser substituída por um novo modelo que pretendia construir cidades novas, uma vez que as estruturas urbanas tradicionais já não correspondiam às necessidades do século. Mas foi a Segunda Grande Guerra que levou à reconstrução das cidades destruídas, proporcionando a implementação de transformações, experimentações e formulações teóricas, que tinham sido pensadas anteriormente para substituir a cidade tradicional por um novo modelo.

De acordo com o estudo de José Lamas (2004, p.298)¹⁰, a reconstrução das cidades e por sua vez as necessidades habitacionais causadas pela guerra e fenómenos sociais, proporcionaram um grande ritmo de construção de habitações, bairros, cidades novas e reconstrução dos centros urbanos. É neste contexto que alguns dos arquitetos «modernos», os novos criadores da arquitetura, vêm tentar resolver os problemas da cidade, e, simultaneamente, procurar desenvolver uma maior expressividade impulsionadora de interessantes modificações e inovações. O sentido, frequentemente, revolucionário da época trouxe consigo uma nova geração de arquitetos: surgiu a Escola de Viena, a Bauhaus onde se destacaram Walter Gropius e Mies Van der Rohe, mas também o emblemático Le Corbusier, e todos eles encararam e defenderam a substituição dos modelos urbanos tradicionais, pelas novas formas defensoras de um pensamento designado como moderno.

As novas formas da época começam então a ganhar ênfase e a reproduzirem-se por todas as cidades e em todas as épocas, depois da guerra, rapidamente se começam a sentir as grandes alterações urbanas e a introdução de novas tipologias construtivas, designadas como torre, banda e bloco, começando a erguer-se os novos bairros, que dão novas formas urbanas à cidade moderna, (Fig.4). O urbanismo revelou-se maioritariamente e uni-funcionalmente habitacional, ficando de lado, “esquecido” o espaço urbano funcional e imagetivamente misto da cidade tradicional; sendo que o espaço urbano acaba por se reduzir, frequentemente, ao que resta da implantação dos edifícios. Os edifícios autonomizam-se, não têm qualquer ligação com a estrutura do quarteirão, ao contrário do que se passava na cidade tradicional, o que faz com que as ruas sejam somente de circulação e serviços. Estes aspetos criam assim uma rutura crítica da cidade moderna com a tradicional.

¹⁰ LAMAS, José (2004) - *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Porto, p.298.

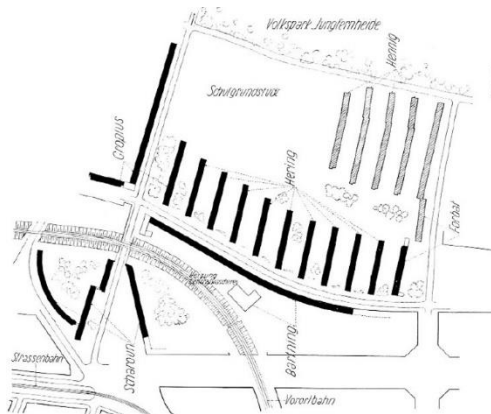
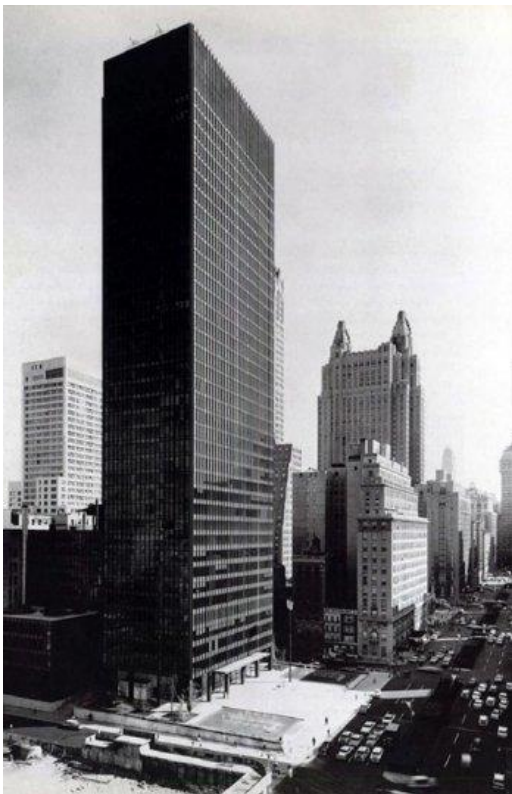


Figura 4a, 4b e 4c - a) Mies V. der Rohe, *Seagram Building*, Nova Iorque, 1958; b e c) Walter Gropius, bairro *Siemensstadt*, Berlim, 1930.

Na Europa, a partir dos anos vinte até ao início da Segunda Guerra, inúmeras experiências habitacionais foram feitas, quer no campo urbanístico, arquitetónico e habitacional com a realização de planos para as principais cidades. A Europa inicia um período em que a reconstrução passava por continuar a seguir o urbanismo «formal» e ao mesmo tempo o «moderno», vindo só nos anos cinquenta a optar totalmente pelo último. A reconstrução das cidades passou por várias etapas conduzindo as propostas modernas até aos anos sessenta, todas elas bastante diversas, desde a unidade de vizinhança ao racionalismo e funcionalismo da *Carta de Atenas* (modelo regulador para as cidades de todo o mundo), a urbanística dos CIAM e finalmente as propostas radicais/globais de Le Corbusier.

Os projetos e as diversas realizações modernas das novas cidades ficaram caracterizados também pelas utopias do princípio do século XX. No panorama internacional, Le Corbusier manifesta-se como um dos arquitetos mais convictos do ideal moderno, e de todos os arquitetos modernos foi certamente o mais polémico e provocador. O *Plan Voisin* de 1925, propunha arrasar o tecido urbano de uma zona de Paris, conservando apenas os edifícios históricos, traçava as vias e dispunha os grandes edifícios de habitação e escritórios. A «Cidade Radiosa» de Corbusier, apresentada em 1930 no II Congresso dos CIAM em Bruxelas marca, sem dúvida, a ideia utópica da cidade moderna do século XX. Corbusier idealizava uma cidade verde com grandes construções assentes em *pilotis* de modo a libertarem o solo para os peões e a prolongar os espaços verdes sob as construções, (Fig.5).

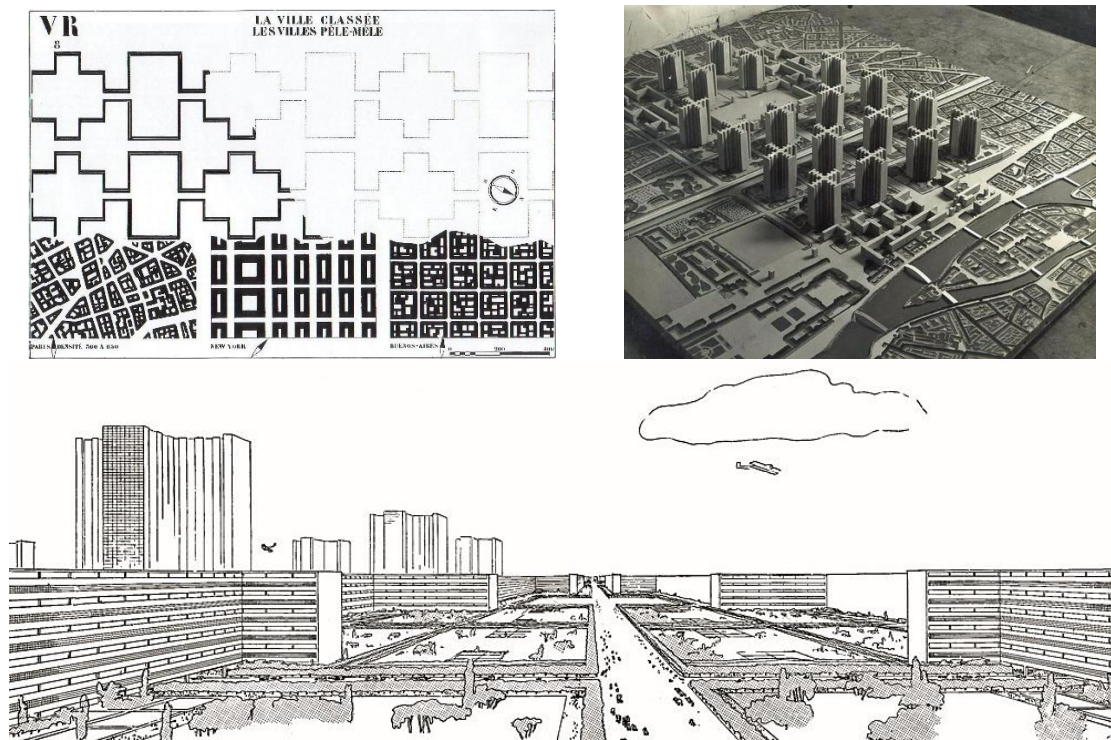


Figura 5a, 5b e 5c - a) Le Corbusier, *La Ville Radiouse*, confronto entre a cidade tradicional e as novas propostas urbanas, 1930; b) Le Corbusier, *Plan Voisin*, proposta para a reestruturação do centro de Paris, 1925; c) Le Corbusier, «A Cidade Radiosa».

A «Cidade Radiosa» influenciou o pós-guerra até aos anos setenta do século passado, mais tarde viria a servir de inspiração a outros projetos nos quais os seus principais conceitos permaneciam, variando somente nas formas e no relacionamento das construções com o território. O novo modelo de edifício desenhado pelo arquiteto, com base na «unidade de habitação» para um número elevado de habitantes, integrando diversos equipamentos entre uma creche e escola pré-primária na cobertura, mas também uma zona comercial a meia altura levou à construção da unidade de habitação de Marselha, (Fig.6).

A visão da cidade para Corbusier caracterizou-se essencialmente ao nível arquitetónico, mantendo pequenas ligações entre o nível urbanístico. Caracterizou-se por ser um dos arquitetos mais influenciadores na formação e pensamento arquitetónico moderno, estendendo-se da Europa ao Brasil e até ao Japão, marcando outros arquitetos do século.



Figura 6a, 6b, 6c e 6d - Le Corbusier, A Unidade de Habitação de Marselha, França, 1952.

Desta forma, no final da década de 40 e durante a década de 50 assistiu-se ao começo do desenvolvimento dos princípios sistematizados ao longo dos diversos encontros dos CIAM na década de 20. Porém à medida que os novos princípios e concretizações se materializavam na reconstrução das cidades do ‘pós-guerra’, começavam por outro lado a surgir os primeiros problemas de funcionamento dos novos bairros das cidades. Era necessário uma reflexão sobre os novos fenómenos urbanos cada vez mais emergentes.

“[...] Quando no final da década de Quarenta, a Arquitetura Moderna se encontrou estabelecida e institucionalizada, a imagem da cidade Moderna sofreu conseqüentemente. [...] E pouco a pouco começou a pressentir-se que algo tinha corrido mal. A Arquitetura Moderna não havia dado como resultado um mundo melhor, e ao restringirem-se correlativamente as fantasias utópicas, ao nublar-se todo o objetivo crítico, produziu-se uma certa carência de meta, que bem pode dizer-se que desde então vem afligindo o arquiteto... [...]”¹¹

Com o avançar dos Anos Cinquenta surgiu um conjunto de transformações radicais ao nível da sociedade. Estas transformações da sociedade do ‘pós-guerra’ ofereceram uma nova perspectiva sobre os princípios da Carta de Atenas, entre os quais se salientam: a separação de atividades, o zonamento funcional, a separação de circulações e uma arquitetura urbana marcada pela exposição solar. As últimas reuniões dos CIAM propunham repensar o problema da cidade e da habitação de um novo homem contemporâneo; afirma-se, assim, uma vontade crescente de participação dos habitantes na conformação dos seus habitats e uma nova necessidade de adaptabilidade das estruturas em crescente mudança, ideias que vão conformar o final do século passado.

Conseqüentemente, os anos 80 ficaram caracterizados por uma década de ansiedade e incerteza em relação ao futuro. Novos problemas, novos programas, novas instituições, novos empreendedores e gestores, novos métodos construtivos e novas formas concorrem no tempo. Impõe-se a originalidade e a novidade, substituindo as tradições vernaculares, para se adotarem as novas tecnologias. E, de forma geral, procurou-se humanizar as cidades, procurando recuperar os espaços tradicionais e as relações sociais que se tinham perdido, pois a “cidade moderna” acabou por ter muito reduzidas ligações com a tradicional.

Em Portugal, as cidades desenvolveram-se num contexto particular em relação ao resto da Europa, certamente por razões culturais e tradicionais. Os grandes programas públicos de renovação e construção das cidades não foram concebidos, pois os problemas que existiram não se deveram a uma guerra mas sim a outras situações de natureza diversificada. Por outro lado, as ideias do movimento moderno apenas se conseguiram impor a partir dos anos 50, perante o enfraquecimento do regime salazarista.

¹¹ ROWE, Collin, KOETTER, Fred - *Ciudad Collage in - A Metáfora do ‘Organismo’ Nas Arquiteturas dos Anos Sessenta, A obra dos ‘Archigram’ como manifesto de um ‘novo habitar’*, Ana Marta das Neves Santos Feliciano, Ed. Caleidoscópio, [s.l], [s.d.], p.65.

Nas palavras de Nuno Teotónio Pereira (1996, p.255) os anos 50 protagonizavam o nascimento de uma nova fase da arquitetura portuguesa, após um período obscuro imposto pelo Estado Novo, o qual procurou instrumentalizá-la, “ [...] como elemento expressivo das suas tendências totalitárias [...] ”.¹² A arquitetura do início do século XX evidenciava-se pelo seu carácter decorativo e a qual não ia ao encontro das necessidades da sociedade, porém os anos 40 trouxeram vozes de protesto às reações conservadoras impulsionando os modos de pensar a arquitetura.

Ainda no final dos anos 40 Keil do Amaral e Fernando Távora destacam-se como figuras importantes através dos seus manifestos, os quais defendiam uma arquitetura mais consciente do Homem moderno, onde a arquitetura deveria ser mais funcional para servir o homem dos seus dias, mas também mais humana e sensível aos críticos problemas sociais. Ambos defendiam uma arquitetura moderna, porém mais simples e equilibrada com algum fundamento na tradição popular e dedicada à resolução dos problemas sociais e urbanos.

Com o desenvolvimento tecnológico e capacidade criativa dos arquitetos portugueses, o país não tardou a assimilar as correntes modernas, demonstrando a rápida adaptação da nossa arquitetura portuguesa muito particular. Sobre a arquitetura Portuguesa dos anos 50, Ana Tostões (1997, p.51)¹³, referência que a produção arquitetónica se afirmou, nessa década, essencialmente no domínio da habitação, revelando-se como uma das principais inovações quer no âmbito dos programas, quer na sua conceitualização. Todavia os programas do habitar proporcionaram diversas intervenções de qualificados profissionais que procuraram implementar novos materiais, respondendo aos objetivos e solicitações da “vida moderna”.

A produção arquitetónica desta época incide essencialmente no tema da habitação coletiva, ensaiando novas formas de agrupamento e organização dos fogos. Os programas de habitação coletiva, caracterizam-se por soluções onde predomina o radicalismo formal e funcional através da sua organização em relação às novas exigências da vida moderna. Surgem as preocupações as áreas mínimas dos fogos, no âmbito das promoções de habitação de interesse social e de acordo com os novos conceitos de habitar como resposta às necessidades de habitação de uma sociedade em grande crescimento. A arquitetura é a responsável e transformadora da vida do quotidiano contemporâneo, respondendo aos novos desejos e necessidades do homem “Por isso, a habitação é na arquitetura um dos programas que melhor responde e revela as estruturas das sociedades em que se integra [...] ”.¹⁴

O crescimento das cidades portuguesas e respetivas grandes zonas urbanas, nomeadamente em Lisboa, começa pela sua redefinição e estruturação, começam por surgir novos bairros que viriam a preencher os espaços de acordo com as linhas dos novos eixos urbanos reformulados.

¹² PEREIRA, Nuno, Teotónio (1996) - *Escritos (1947-1996, seleção)*, FAUP publicações, Porto, p.255.

¹³ TOSTÕES, Ana (1997) - *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*, Argumentos. Série 2, 14, FAUP publicações, Porto, p.51.

¹⁴ *Ibidem*, p.51.

Um dos grandes programas de habitação coletiva lisboeta surge na década de 60, o bairro de Alvalade nasce como uma intervenção que propunha morfologias habitacionais que iam ao encontro dos poderes públicos ainda com inúmeras inovações. O Bairro das Estacas, localizado na área do plano de Alvalade é também ele uma inovação modernista pela sua implantação em relação à rua, considerado como uma inovação da época, os arquitetos ainda que condicionados às regras municipais, aplicaram os novos princípios do urbanismo moderno estabelecidos na Carta de Atenas, (Fig.7).



Figura 7 - Ruy Atouguia, Sebastião Sanches, Bairro das Estacas, Lisboa, 1952.

De acordo com Lamas (2004, p.454)¹⁵ é visível a influência das correntes que vão surgindo pela Europa nos planos e realizações públicas em Portugal até meados de setenta. A cidade moderna definida na Carta de Atenas é finalmente seguida e considerável aquando a construção da nova zona habitacional de Olivais-Norte, do arquiteto Carlos Duarte, nos anos sessenta. A cidade tradicional que outrora era constituída essencialmente por edifícios que formavam ruas, praças e largos, é através dos novos programas habitacionais mas também de comércio e serviços, substituída por edifícios isolados, sejam eles blocos, torres e bandas.

Hoje é ainda nítido o bom desenho e estruturação do bairro, pois é de salientar que a zona de Olivais-Norte está bem desenhada e conseguida, nas palavras do arquiteto António Baptista Coelho¹⁶, apesar de não existirem quarteirões e praças, há uma grande harmonia e vida no bairro, facto que exemplifica positivamente os ideais da cidade moderna, (Fig.8).

De um lado temos as intervenções públicas que de certa forma conseguiram positivamente impor inúmeras intervenções e novidades na gestão urbanística das cidades em Portugal. Por outro lado, existiram diversas iniciativas urbanísticas privadas, nas quais se verificava o “pior

¹⁵ LAMAS (2004), op. Cit., nota 10, p.454.

¹⁶ COELHO, António, Baptista (2010) - **Olivais Norte: modernismo e natureza (i)** - *Infohabitar* 305, (revista semanal sobre o habitat humano).

«moderno operacional»¹⁷. Contudo o novo urbanismo começa a ganhar ênfase, com o declínio do regime que trará a perda da autoridade do estado e consecutivamente o enfraquecimento da intervenção pública, perdendo a capacidade em ordenar o território. Neste contexto, planos de loteamento e de pormenor sejam de iniciativa pública-municipal, sejam de iniciativa privada, caracterizaram-se por projetos, vias, equipamentos e espaços verdes desordenados e sem essência até aos anos 70. Estas problemáticas levaram a que existisse ao longo das últimas décadas do século passado uma procura diversificada da abordagem tradicional, versus moderna, na arquitetura urbana portuguesa, com resultados frequentemente caóticos e descaracterizadores no tecido constituinte de povoações e cidades, bem como com péssimas influências na descaracterização e destruição dos respetivos quadros paisagísticos.

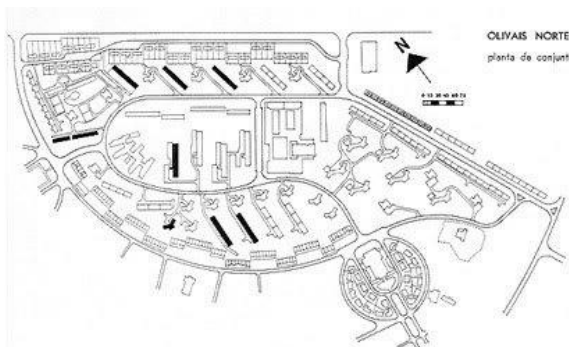


Figura 8 - Carlos Duarte, Olivais Norte, 1955



Figura 9 - Olivais Norte, desenho do Arq. António Baptista Coelho

O Plano do Bairro do Restelo dos arquitetos Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e João Paciência foi uma das primeiras realizações caracterizado por um retorno cuidadoso e fundamentado às tipologias tradicionais de malha urbana, marcadas pela harmonia entre funcionalidades e continuidade/coesão do respetivo tecido urbano. O bairro previa um centro de serviços e comercial, separado das habitações que se organizavam em blocos estreitos que definiam as ruas. Porém, constatavam-se preocupações relativamente à sua forma urbana, o que levou em 1974 ao debate para este tipo de problemas.

As cidades iniciam um grande crescimento que corresponde ao crescimento da população urbana e ao fluxo migratório da população para as mesmas ainda nas décadas de 60 e 70 do século passado, é neste contexto que vão surgindo diversas realizações urbanísticas e habitacionais por todo o país e que se verificam inovações principalmente no campo da habitação de caráter social. Seguem-se intervenções que vinham tentar remediar e dar atenção às questões habitacionais, sendo elas, os programas de intervenção urbana e Habitacional (o SAAL)¹⁸ que vieram preencher áreas vazias das cidades, nomeadamente no Porto e Lisboa. “As

¹⁷ LAMAS (2004), op. Cit., nota 15, p.454.

¹⁸ O SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) foi criado em Julho de 1974 como serviço público para apoiar as iniciativas dos moradores de fracos recursos nas zonas de habitação degradada.

operações SAAL permitiram a experimentação de morfologias urbanas tradicionais e a recuperação de espaços da cidade considerados mais aptos a incrementarem as relações sociais entre os moradores: a rua, a praça ou o agrupamento de fogos em quarteirão.¹⁹

Neste quadro de novas intervenções de resgate moderno de uma cidade tradicional, o Plano da Malagueira em Évora, do arquiteto Siza Vieira caracterizou-se pela sua morfologia urbana tradicional, recuperando a rua alentejana da aldeia propondo um conjunto de estreitas ruas que definiam zonas sobre as ruas. (Fig.10).

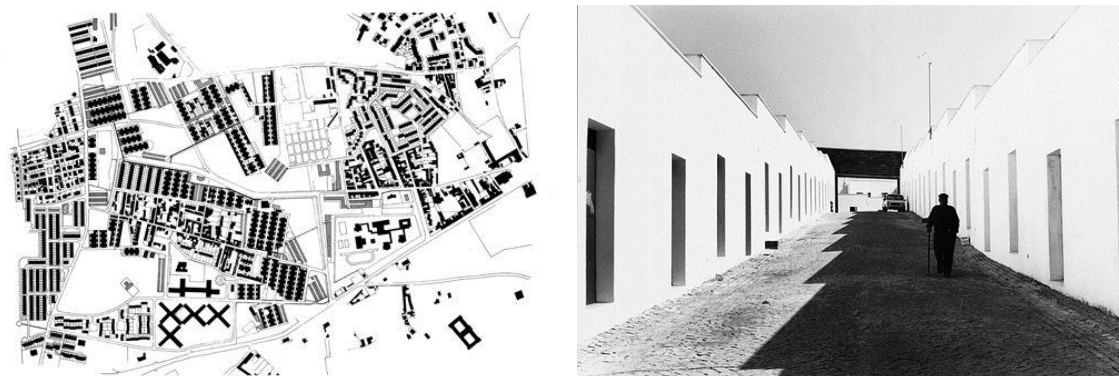


Figura 10a e 10b - Álvaro Siza Vieira, Bairro da Malagueira, Évora, 1977

Segundo Teotónio Pereira (1996, p. 15), a arquitetura que se praticou em Portugal no século XX, esteve ligada tanto às ideias tradicionais impostas no país, como também às ideias modernas, *“uma, a que pretende ser tradicional, e é geralmente uma mascarada [...] Sobre esta arquitetura nada mais é necessário dizer. É uma arquitetura de moda [...] a outra - a que pretende ser, ou passa por ser moderna - é uma arquitetura de compromisso [...]”*²⁰ Coube ao arquiteto trabalhar e aperfeiçoar os seus conhecimentos tendo sempre em conta a sua época. No final do século XX, precisamente na década de 80, Portugal assistiu a uma reformulação das leis urbanísticas. Com a descentralização do poder após o 25 de Abril, verifica-se uma dispersão da arquitetura e dos arquitetos por todo o país, onde foi possível elevar a qualidade da construção também nas pequenas cidades. Constatou-se o forte crescimento arquitetónico mas também um forte crescimento económico que possibilitou estabelecer dinâmicas económicas, sociais e culturais a um nível global em todo o país.

O fim do século constituiu uma época de internacionalização. Novas vontades e formas emergentes surgem, dando a possibilidade aos novos arquitetos de se afirmarem, destacando-se o Arq. Siza Vieira e mais tarde o Arq. Eduardo Souto de Moura. A Escola do Porto ganha também

¹⁹ LAMAS (2004), op. Cit., nota 17, p.458.

²⁰ PEREIRA (1996), Op. Cit. nota 12, p.15.

destaque; aqui a consciência social impõe-se de modo a ensinar-se a projetar com base num equilíbrio entre processos de desenho/construção e necessidades da sociedade.

Os últimos anos do século XX, caracterizaram-se, globalmente, pelo desejo por parte dos arquitetos, em projetarem edifícios emblemáticos para a cidade, dava-se igualmente importância em conjugar a sua forma e função de modo a que o edifício pertencesse, realmente, ao seu local, valorizando-o; e estes ideais eram transmitidos da Escola (de Arquitetura) para os *ateliers*. A arquitetura evidenciava nesta época, uma consciência da realidade que tentava dar continuidade à cidade existente, mas bem alerta relativamente aos problemas da cidade e da sociedade.

2.4 | O problema da habitação

O tema da habitação teve bastante importância principalmente no século XX, a relevância do tema surge por um lado com a construção de habitações populares que vinham dar resposta à crise habitacional operária. Porém as transformações da sociedade do Pós-guerra e a revolução industrial trouxeram consigo graves problemas. A construção das cidades, incluindo principalmente as habitações, não tardou a manifestar os primeiros problemas tanto funcionais como sociais, começaram a surgir os primeiros dilemas de funcionamento dos novos bairros das cidades, aliados às questões ligadas aos direitos e deveres do novo homem contemporâneo.

Neste sentido, Aldo Rossi, referindo-se a Engels (2001, p.230), aborda a questão da problemática da habitação, tendo início ainda no período pós-industrial: “ «... *esta carência de habitações não é qualquer coisa de particular da época presente, nem é um mal particular do proletariado moderno que o distinga de todas as classes oprimidas que o precederam; pelo contrário, este problema tem atingido todas as classes oprimidas de todos os tempos de maneira uniforme...* » ”.²¹

Evidentemente foi através da indústria que a habitação começou a ter os mais variados dilemas, pois ela protagonizou o mal e o bem nas transformações da cidade. Por conseguinte foram surgindo as casas dos trabalhadores, as casas “massificadas”, casas de aluguer que por sua vez trouxeram novas questões para o problema da habitação realçando os seus aspetos urbanos e sociais.

Em Portugal é na passagem das décadas de 30 a 50 do século passado que os problemas do contexto social e económico da produção da arquitetura se começam a manifestar. Em 1948, o 1º Congresso Nacional de Arquitetura apresenta ao Governo um dos pontos importante que tinha de ser resolvido, «o problema da habitação» e o papel da arquitetura e urbanismo modernos para sua solução.

²¹ ENGELS, Friedrich - *in A arquitetura da Cidade*, Aldo Rossi, Edições Cosmos, Lisboa 2001.

Duas organizações regionais, o movimento ODAM, no Porto e a ICAT, em Lisboa, surgiram ainda antes do Congresso, onde pela primeira vez arquitetos discutiam o papel do seu trabalho. Ambas foram importantes, nas palavras de Nuno Portas (2008, p.200), pelo facto de serem constituídas por novos arquitetos que mostravam preocupações pelo estado económico e social da época. “[...] «Os grupos progressistas» vieram a dar uma imagem, para fora, de que a solução dos problemas, sobretudo o do alojamento, passava pela chamada dos arquitetos e a adoção das teses racionalistas ou mais propriamente do CIAM [...] grandes conjuntos, habitação coletiva em altura, standardização dos elementos, racionalidade urbanística começando pela aquisição e posterior fornecimento do solo urbanizável pelas Câmaras ou o Estado.”²²



Figura 11a e 11b - Relatório do 1º Congresso Nacional de Arquitetura em 1948.

²² PORTAS, Nuno - A Arquitetura para Hoje seguido de Evolução Moderna em Portugal, Livros Horizonte, Lisboa, [s.d.], p.200.

A polémica da «casa portuguesa» viria a ser o tema mais debatido no 1º Congresso, mas igualmente discutidos, o papel do arquiteto e da arquitetura. A Carta de Atenas e a “Unidade de Habitação” de Le Corbusier eram também debatidos uma vez que se acreditava serem a resposta para resolver os problemas sociais e arquitetónicos da época, afirmando que a Carta de Atenas seria a solução para os problemas da habitação. *“A arquitetura representa o espírito da verdade, assim responsabilizando os arquitetos que têm a sagrada missão de construir racionalmente casas no sentido de manter o equilíbrio da sociedade, por isso a forma radiosa proposta pela Carta de Atenas é a única forma de oferecer aos homens alegria e otimismo”*.²³

Consecutivamente a arquitetura começa a ganhar uma função eminentemente social, o arquiteto redefine as suas intervenções pelo facto de não se restringirem a clientes e programas específicos, demonstrando interesse em trabalhar para uma população mais abrangente. O problema da habitação começa então a ser analisado com alguma serenidade, uma vez que a política da habitação do Estado Novo se começava a revelar bastante desajustada à realidade social perante o seu tradicionalismo e regionalismo. A casa passou a ser vista como uma “máquina de habitar”, frase bastante celebre da época definida por Le Corbusier, ela deveria servir as necessidades dos seus habitantes através de espaços simples e bem articulados.

Anos mais tarde, a problemática das habitações volta a ser o principal tema para os arquitetos modernos, porém, desta vez mais direcionada para a falta de infraestruturas e equipamentos urbanos que os grandes bairros de alojamento não possuíam. Nuno Teotónio Pereira (1996, p.79) aborda o tema da problemática das habitações, direcionada para a população mal alojada, *“No processo de crescimentos das cidades modernas, a habitação tende a desequilibrar a estrutura urbana tradicional: as zonas de residência aumentam desmesuradamente, desenvolvendo-se em sucessivos anéis ou estendendo-se em tentáculos, cavalgando rapidamente as barreiras administrativas e naturais e deixando para trás sucessivos planos de urbanização, aliás inoperantes”*.²⁴

Considera-se assim que algumas das construções que se foram fazendo nas últimas décadas do século XX nomeadamente nos aglomerados suburbanos das cidades, para o maior número, tinham como principal objetivo a criação de alojamento familiar, ignorando as estruturas necessárias para a vida dos seus habitantes. Isto quer dizer que as más condições de alojamento nomeadamente nas grandes cidades como Lisboa por volta de 1960, não se traduziam apenas em termos de capacidade, mas sim em problemas à escala do bairro, da unidade de residência e do próprio aglomerado.

²³ TOSTÕES (1997), op. Cit., nota 13, p.36.

²⁴ PEREIRA (1992), op. Cit., nota 12, p.79.

*“As situações de carência que foram referidas encontram as suas causas na incapacidade da nossa sociedade em criar estruturas urbanas para responder ao fenómeno da deslocação massiva de populações provocado pela passagem de uma sociedade agrária a uma sociedade industrial”.*²⁵

Esta afirmação vai ao encontro do que anteriormente se afirmou, o desenvolvimento do país ligado ao fenómeno industrial em constante aceleração, não correspondeu à oferta de novas habitações para o fluxo de populações, o que provocou a crise do alojamento. Por outro lado, quer isto dizer que o problema habitacional nem sempre esteve ligado à população mais desfavorecida ou com carências económicas, *“[...] a amplitude da crise tem abarcado constantemente novas camadas, e tornou-se hoje um fenómeno coletivo à escala da generalidade da população”.*²⁶

Portanto vários foram os fatores que conduziram à problemática habitacional ao longo do século XX, estes problemas continuam hoje a existir e, provavelmente, sempre existirão, cabe ao arquiteto conhecer os instrumentos necessários à resolução dos problemas atuais, contribuindo, assim, para a sua mitigação.

²⁵ *Ibidem*, p.82.

²⁶ *Ibidem*, p.83.

2.5 | Cidade e habitação: Síntese do capítulo

A temática da cidade e habitação traduz-se no ponto de partida ou no tema central do presente trabalho, no sentido de se focar a atenção na origem do habitat humano, e seguidamente em todas as suas particularidades e necessidades que levaram ao crescimento das cidades. A habitação é o que melhor caracteriza a cidade, por sua vez define a arquitetura, e é através dela que a cidade se desenvolveu ao longo dos séculos.

Todavia, a habitação corresponde à necessidade básica e fundamental do Homem, o habitar, é através dele e do seu estudo que se consegue perceber quais as características e funções fundamentais que o espaço/lugar que o compõem, necessita para constituir o ambiente habitável bem articulado e harmonioso que o homem procura.

O Habitar, sendo génese da arquitetura, manifestou-se através da construção das várias partes que constituem uma cidade, consecutivamente, elas foram crescendo através da habitação, dos monumentos, serviços e de todas as partes fundamentais para sua conceção e desenvolvimento, o século XX, caracterizou-se pelo crescimento das mesmas. O Movimento Moderno protagonizou uma rutura com a cidade histórica, na Europa e em Portugal, os ideais do movimento moderno foram-se impondo através das ideias e conceções dos arquitetos mais prestigiados. A década de 50 ficou marcada pelo reconstruir de uma cidade mais humana após anos de standardização funcional e urbana, era necessário atender às necessidades do Homem moderno. As influências modernistas, rápido se espalharam pela arquitetura da Europa onde os programas habitacionais se impunham, por um lado, devido às necessidades do século. A habitação caracterizou-se por ser o principal agente da construção das cidades, por sua vez, o bairro veio dar-lhes forma, sendo ele a principal unidade morfológica e estrutural das mesmas.

Contudo, os problemas habitacionais foram surgindo após a reconstrução de algumas cidades, atingindo principalmente a população mais desfavorecida a qual estava sujeita a uma crítica carência habitacional. Neste sentido, a habitação de interesse social, ganhou um papel importante no desenvolvimento das cidades, com enfoque específico nos programas urbanos relacionados com a mesma, onde a arquitetura tem a possibilidade de se afirmar.

Sendo a habitação geradora de cidade, e uma vez que transmite os costumes e gostos do homem, reconhece-se que qualidade da arquitetura residencial urbana é indispensável na sua construção. O século XX protagonizou tanto boas como más práticas da arquitetura urbana, e o seu estudo é uma mais-valia para que se possa apurar o que melhor a caracteriza, mas também não seguir os erros do passado.

Capítulo 3 | A contemporaneidade e o habitat humano

“As cidades contemporâneas são profundamente heterogêneas, refletindo uma sociedade complexa e de indivíduos com aspirações e com práticas múltiplas. Colocam problemas de urbanismo muito diferentes e necessitam de soluções adaptadas a contextos variados. Fazem apelo à criatividade.”

François Ascher (2010, p.105)

3.1 | Arquitetura e sociedade

A arquitetura como vimos anteriormente, tem a sua própria história e desenvolvimento através de valores, ideias, opiniões e desejos da sociedade de diferentes épocas, as várias doutrinas por detrás dos resultados da arquitetura, mas principalmente os diversos contextos sociais têm um peso importante nas suas soluções. A arquitetura, como produto do homem, acompanha e responde ao tempo em se insere, todavia para compreendermos o atual momento da arquitetura é fundamental tentar avançar na percepção sobre a relação entre a sociedade atual e a arquitetura contemporânea.

Sendo a arquitetura uma disciplina ligada essencialmente ao social e geradora das relações entre os homens, poderá afirmar-se, tal como refere Maria Malard (2005, p.117)²⁷, que “o espaço modificado pelo trabalho humano - a arquitetura, portanto - é gerado por processos sociais e é meio em que relações sociais são criadas [...]”.²⁸ Portanto de igual forma se pode afirmar que a arquitetura e sociedade “se condicionam mutuamente”²⁹ aquando a formação de uma determinada cultura e configuração do seu espaço físico, daí julgando-se que a nossa sociedade se organiza prioritariamente pelo espaço que nos rodeia. Considera-se então, oportuno dizer que a arquitetura determina os ambientes, delimita e sustenta as relações que os indivíduos estabelecem entre si e que desta forma influencia os seus hábitos e a forma como eles o vivenciam.

*“A arquitetura é, portanto, o principal meio de ações, é instrumento utilitário e é forma de comunicação e expressão de uma sociedade organizada espacialmente.”*³⁰

Tendo em conta esta afirmação e seguindo o raciocínio da autora, sintetiza-se que a sociedade, sendo o principal agente na organização do espaço arquitetónico, confere à arquitetura um papel crucial no processo da sua produção.

Entretanto, também Michel Freitag (2004, p.16)³¹ expõe o modo como arquitetura e sociedade se interligam, sendo que os mais variados problemas que a arquitetura tem vindo a enfrentar dizem respeito à maneira como a sociedade produz o mundo e seguidamente os efeitos negativos mas também positivos que resultam dessa produção. Para o autor, esta ligação entre ambas, começa quando a arquitetura “dá um lugar”³², (constrói o espaço) humano e nesse sentido estimulam-se as relações sociais. Contudo este espaço que se tem vindo a referenciar, traduz-se no *habitat* acolhedor para o homem, espaço esse em que “a sociedade se torna visível para si própria”. Porém, a sociedade de que temos vindo falar desenvolveu-se em diferentes épocas, a arquitetura acompanhou ou sempre tentou acompanhar os ideais, desejos e

²⁷ MALARD, Maria, Lúcia (2005) - *Cinco Textos Sobre Arquitetura*, Belo Horizonte, [s.l.], p.117.

²⁸ *Ibidem*, p.117.

²⁹ *Ibidem*, p.117.

³⁰ *Ibidem*, p.118.

³¹ FREITAG, Michel (2004) - *ARQUITETURA E SOCIEDADE*, publicações Dom Quixote, Lisboa, p.16.

³² *Ibidem*, p.17.

necessidades da sociedade, portanto quer isto dizer que as alterações e inovações que a arquitetura sofreu ao longo dos tempos têm a ver com as etapas de desenvolvimento da sociedade. Situando-nos ainda no século XX, o desenvolvimento da sociedade moderna conjuga-se com uma expressiva autonomização da arquitetura da qual resultou um certo abandono das modalidades tradicionais da época e foi dando lugar a desenvolvimentos arquitetónicos modernos.

Consecutivamente com a viragem do século XX para o século XXI verifica-se outra vez uma rutura do moderno para o contemporâneo, aqui segundo Michel Freitag³³, surge um novo conceito de sociedade, surge um novo fenómeno de urbanização onde novas aglomerações da sociedade urbanizada se começam a implantar nos núcleos antigos, oferecendo novas ferramentas para a arquitetura se relacionar com a respetiva realidade social. A sociedade urbana em que vivemos mudou muito nos últimos anos e julga-se que continuará num longo processo de evolução no futuro; ela caracteriza-se cada vez mais por ser complexa, daí ser importante que a arquitetura saiba acompanhar estes processos de evolução.

Em suma, a arquitetura que se vai produzindo nos dias de hoje é o reflexo da sociedade atual, e julga-se ser este o sentido mais correto que caracteriza a sua produção, pois o espaço habitado e sonhado pelos homens tem de resultar de uma boa harmonia entre o desenho arquitetónico do habitar e a forma como o espaço é apropriado por cada habitante.

3.2 | O papel social do arquiteto

O século XX foi um século de ideias, dúvidas e certezas relacionadas com a profissão de arquiteto, a ele coube assimilar os valores da sociedade em causa, quando projetou arquitetura para o Homem. Perante as transformações urbanas e da sociedade, o arquiteto tem-se interrogado sobre a forma como deve atuar hoje e qual deve ser o seu papel para acompanhar e responder aos novos ideais do século XXI; uma perspetiva evidenciada por Dennis Lasdun:

“Qualquer que seja a direção que a Arquitetura venha a tomar, o testemunho daqueles que viveram o entusiasmo impetuoso dos anos do pós-guerra permanecerá fundamental. Eles têm muito a transmitir aos seus sucessores e, se todos temos de nos desenvolver e evoluir, temos de o fazer mantendo intactas aquelas certezas criativas que tornam a existência da arquitetura possível.”³⁴

A arquitetura e a sua criação ao longo dos séculos, produto do Homem e para o Homem faz parte do nosso património e da história da humanidade, ela traduz as mais variadas necessidades dos homens correspondendo inevitavelmente a diferentes arquiteturas que

³³ *Ibidem*, p.17.

³⁴ LASDUN, Dennis, *in - Arquitetura e Humanismo O papel do arquiteto, hoje em Portugal*, Vasco Croft, Ed. Terramar, Lisboa, 2001, p.34.

refletem o progresso e evolução da sociedade. O arquiteto e o seu papel fundamental para a evolução da arquitetura e dos variados ambientes urbanos, contribuiu não só na construção das cidades e aldeias, mas essencialmente na multiplicidade de formas de estar e de viver dos homens. A sociedade de hoje caracteriza-se por profundas e permanentes mudanças e mutações, são vários os fatores que têm surgido a um ritmo acelerado e que têm vindo alterar as formas de vida da população e os seus hábitos sociais, ao arquiteto exige-se a constante capacidade de adaptação e inovação por forma a corresponder a estas mudanças e necessidades. Sendo a arquitetura a arte de projetar espaços, por sua vez enraizados nos costumes das sociedades, o papel do arquiteto torna-se essencial na medida em que cabe a ele conhecer o homem real e as suas necessidades para que possa contribuir para a qualidade dos mesmos espaços.

Torna-se fundamental, recorrer a dois autores que explicitam bem a matéria aqui exposta e perceber qual o papel social do arquiteto na sociedade em que nos encontramos. Vasco Croft (2001, p.52) reúne nos seus textos, o que foi e será essencial ao arquiteto de hoje: refletir sobre o seu papel na sociedade e as suas capacidades em influenciar a qualidade da arquitetura, tendo-se em conta que a arquitetura tem manifestado lacunas, principalmente quando é direcionada para um «serviço público», nomeadamente, em operações urbanísticas de grande escala e muito dirigidas para o mercado livre.

Julga-se então importante o papel do arquiteto numa intervenção especificamente sensível à questão social, sendo o seu principal objetivo a melhoria da qualidade das construções implementando tecnologias adequadas e inovadoras. Vasco Croft (2001, p.53) sublinha a importância do arquiteto procurar novos métodos, processos e valores que sejam capazes de responder e harmonizar o habitat, e quando a intervenção do arquiteto estabelece uma ligação com as pessoas que vão habitar o lugar, o envolvimento das mesmas na construção torna-se essencial, pois a comunidade sabe o que precisa e deseja em termos de habitar e percebe a importância de salvaguardar e sustentar o seu novo espaço de habitar.

Torna-se clara a função do arquiteto e o que ele pode oferecer nos diversos processos que se têm vindo a referir pois *“cabe ao arquiteto captar o espírito de cada lugar e, embora com outras funções ou diferentes materiais, manter intacto o seu encantamento [...] estimulando a troca de experiências entre pessoas, a convivência e a solidariedade.”*³⁵

Segundo Fernando Távora (2006, p.73), podemos referir que o arquiteto é *“ [...] um criador de formas, um organizador do espaço [...] ”*³⁶, estes aspetos da arquitetura e da sua profissão são pensados em diversas circunstâncias onde há escolhas e gostos, o que leva a resultados positivos ou negativos. As escolhas/decisões do arquiteto necessitam de ser tomadas tendo em conta não a sua satisfação pessoal, mas sim ter sempre atenção às pessoas a quem se destina,

³⁵ CROFT, Vasco (2001) - *Arquitetura e Humanismo O papel do arquiteto, hoje em Portugal*, Ed. Terramar, Lisboa, 2001, p.32.

³⁶ TÁVORA, Fernando (2006) - *DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO*, FAUP publicações, Série 2-Argumentos, Porto, 2006, p.73.

conforme expõe Távora, a ação do arquiteto deve “[...] procurar criar formas que melhor serviço possam prestar quer à sociedade quer ao seu semelhante [...]”.³⁷ Os conceitos essenciais da arquitetura, projetar, planejar e desenhar não se devem traduzir em formas vazias ou simplesmente na moda, pois o que se deverá ter em conta é um equilíbrio das formas que o próprio arquiteto deverá saber transmitir através da sua visão/conhecimento, um equilíbrio ligado à causa e circunstância a que motivaram a intervenção.

*“Antes de arquiteto, o arquiteto é homem, e homem que utiliza a sua profissão como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence. [...] a sua posição será, portanto, de permanente aluno e de permanente educador [...] que seja assim o arquiteto - homem entre os homens - organizador do espaço - criador de felicidade.”*³⁸

3.2 | O habitar contemporâneo

A partir dos anos 50 do século XX, começam a surgir uma série de ensaios, instalações artísticas e projetos de arquitetura que redefinem o ato de habitar segundo os parâmetros herdados pelo movimento moderno. Alguns destes ensaios ainda se baseiam nos conteúdos estéticos e ideológicos de obras anteriores, mas por outro lado, evidenciam propostas que vêm oferecer respostas às necessidades do mundo de então.

Tendo em conta as reflexões de Gisela Lameira (2006, p.23)³⁹, a arquitetura define-se como a organização do espaço do habitar humano. Por sua vez a relação entre o homem e o espaço ele habita, leva-nos a perceber que é o indivíduo o principal crítico no processo da criação arquitetónica. O homem é nada mais que o utilizador do espaço da arquitetura, é aquele que tem a possibilidade de experimentar, usufruir e utilizar o espaço que habita. É neste sentido que surge a questão da “casa” como o núcleo principal da questão do habitar humano. Atualmente a questão do habitar contemporâneo tem sido questionada, sobretudo, pelas “possibilidades atuais de experimentação/ inovação em edifícios de habitação coletiva”⁴⁰, tal como refere Gisela Lameira.

Uma das principais funções da arquitetura, ou mesmo a principal função da arquitetura, é, como já anteriormente referido, o habitar. Sendo assim, a habitação estabelece uma ligação permanente com os modos de vida, através da relação entre espaço e uso. Porém, nos dias de hoje, verificamos precisamente um desajuste na relação entre o espaço e os usos do habitar contemporâneo, pondo em causa os modelos de habitação que compõem as cidades.

³⁷ *Ibidem*, p.74.

³⁸ *Ibidem*, p.74 e 75.

³⁹ LAMEIRA, Gisela (2006) - *O Habitante na Arquitetura*, in *Arquitetura Ibérica* Nº 16, Habitar/Housing, Caleidoscópio, Portugal, p.23.

⁴⁰ *Ibidem*, p.23.

Atualmente perante a novidade e radicalidade que se tem imposto nos últimos anos verifica-se uma mudança da “casa coletiva” nomeadamente nos usos domésticos. São notáveis, hoje em dia, as grandes mudanças sociais e por sua vez as mudanças habitacionais. *“Observamos um crescente de propostas/projetos que procuram resolver as necessidades habitacionais de grupos atípicos, como sejam as famílias monoparentais, os solteiros, os estudantes ou emigrantes. Mas a realidade é que a grande massa arquitetónica que forma o tecido na cidade, na qual habita a família corrente tradicional, permanece inerte, vítima de modelos estereotipados, invariavelmente repetidos de uma operação urbanística para outra.”*⁴¹ Portanto o arquiteto está hoje perante questões problemáticas da contemporaneidade que necessitam de ser repensadas de modo a definir e construir o verdadeiro habitar contemporâneo.

Estudar, projetar, conceber a casa contemporânea, traduzem-se em alguns conceitos que precisam de ser entendidos e bem definidos para a investigação da ideia do habitar contemporâneo, ainda um pouco difuso na sociedade. Gisela Lameira (2006, p.23)⁴² define a ideia de habitar contemporâneo através da caracterização de determinados, conceitos aliados à realidade atual: *“a privacidade, o conforto, a memória, o significado, o uso, a identidade.”* Contudo refere ainda que a ideia de habitar contemporânea hoje já não se encontra dirigida ao “conceito de família”, mas sim aos diferentes usos da casa pelo habitante.

Um das principais questões que se pretende aprofundar com a presente dissertação, tem a ver com a mudança social no habitar a que assistimos, como mais adiante se refere. Evidentemente a rapidez das mudanças tecnológicas e de mobilidade urbana como também as mudanças das relações sociais, impuseram uma revisão do conceito de permanência do interior habitável aliado ao espaço doméstico. Portanto, parece ser errado sustentar a ideia de casa como um espaço específico apenas para um modo de habitar. A casa é construída para acolher o homem e a sua vida, logo as soluções propostas devem criar espaços que influenciarão o habitante a desenvolver formas de apropriação próprias tendo em conta as suas necessidades, os seus hábitos e a respetiva variação ao longo da vida.

Neste sentido e para que a ideia de um adequado habitar contemporâneo ganhe expressividade e viabilidade, parece ser necessária uma inovação na conceção arquitetónica, bem distinta do que parece ser uma arquitetura do habitar tipologicamente paralisada, porque não tem acompanhado a evolução dos modos de vida. Esta inovação ao nível da arquitetura deverá transmitir e ter capacidade de resposta às necessidades reais e atuais, pois inovar não se pode restringir apenas no campo formal, mas sim transformar as formas de modo a adequá-las às novas situações. Continuando a estudar o pensamento de Gisela Lameira (2006), identificamos que a novidade do habitar produz-se em novas relações espaciais da conceção dos espaços domésticos, hoje é essencial desenhar espaços relativa ou equilibradamente ambíguos, que

⁴¹ *Ibidem*, p.23.

⁴² *Ibidem*, p.23.

possam ter diferentes interpretações e usos por parte de cada habitante, anulando um espaço e uso específico que negativamente se vinha produzindo.

“Não pode um corredor mais largo ser um espaço habitável, mais do que mero espaço de circulação? E por que não um quarto junto à entrada, utilizado como escritório? Faz sentido, nos dias de hoje, uma rígida separação entre a zona privada da casa, os quartos, e a zona pública, sala e cozinha?” ⁴³

As questões aqui expostas pela autora são bastante pertinentes, pois a arquitetura residencial necessita evoluir e inovar para criar formas de habitar não convencionais, de modo a garantir uma evolução do conceito de espaço habitacional como marco referencial do “novo” habitante.

Porém quando falamos de habitar contemporâneo, não nos podemos limitar a explorar/estudar exemplos recentes que apenas dizem respeito ao século presente, século XXI, pois anos atrás os mais prestigiados arquitetos já pensavam e projetavam espaços que naquela época se afirmavam pela radicalidade da sua linguagem arquitetônica fora do tradicional e que correspondiam às formas de habitar então prevalecentes.

Como vimos, o século XX foi um século de ruturas, e vários foram os arquitetos que contribuíram para as mesmas; e a título de significativo e oportuno exemplo sublinha-se que, em 1920, o arquiteto Rietveld projetava a Casa Schoder, casa esta que ficou conhecida pela sua “arquitetura plástica”. O objetivo do arquiteto na construção da casa foi primeiramente implementar uma conceção inovadora do interior através de volumes simples cúbicos onde aplicou uma elaborada interpretação do espaço doméstico, através dos seus conhecidos planos e quase inexistência de paredes, Rietveld conseguiu, deste modo, criar uma grande flexibilidade na definição dos limites espaciais das várias zonas que compõem a casa; o que resultou no final foi uma planta que se apresenta como um único espaço apenas separado pelos planos deslizantes (Fig.12). Esta flexibilidade, criada há já quase 100 anos, parece corresponder ao que hoje se pretende criar, em termos de flexibilidade de leitura e uso, nas novas formas de habitar que cada vez mais se impõem na atual sociedade.

⁴³ *Ibidem*, p.24.



Figura 12a e 12b - Gerrit Rietveld, Casa Schoder, 1924, Utrecht, Reino dos Países Baixos.

O tema HABITAR ocupa um grande espaço na teoria da arquitetura. É um tema que tem sido estudado ao longo dos anos e que se mantém bastante presente nos nossos dias relacionando-se com a nossa qualidade de vida. Porém o tema habitar como vimos nos capítulos anteriores, não se pode desligar da cidade, é portanto importante manter uma ligação positiva entre o habitar e os restantes espaços da cidade. José Teixeira Monteiro (2004, p.5), então presidente do Instituto Nacional de Habitação, fala sobre o tema afirmando que *“as cidades têm que ter vida e uma boa imagem urbana para que as pessoas tenham gosto de aí habitar, trabalhar e divertir-se.”*⁴⁴ Afirma ainda que hoje o tema HABITAR não se limita ao estudo da conceção dos espaços interiores, a qualidade arquitetónica do edifício é também um fator importante na sua conceção e interação com o espaço exterior e envolvente. As habitações devem sim refletir uma boa distribuição do espaço interior e de conforto para que haja uma harmonia na vida dos seus habitantes. Porém, como defende Teixeira Monteiro, é extremamente importante garantir a qualidade dos espaços exteriores sendo eles um prolongamento das habitações e da sua inserção no meio envolvente.

Em Portugal, a política de habitação tem vindo a assistir a uma mudança, tal como tem acontecido por toda a Europa. A atual política de habitação passa por deixar de solucionar apenas carências habitacionais ao nível quantitativo passando a dar ênfase ao nível qualitativo. O Instituto Nacional de Habitação e depois o IHRU têm vindo a estimular a qualidade arquitetónica dos conjuntos habitacionais de Habitação de custos Controlados, que apoia financeiramente.

O Instituto Nacional de Habitação e depois o IHRU têm atribuído o Prémio INH e o Prémio IHRU, dos quais resultam uma seleção e valorização de diversos conjuntos edificados, onde são tidos em conta diversos parâmetros e características qualitativas⁴⁵:

⁴⁴ MONTEIRO, José, Teixeira - *Habitar*, in *Arquitetura Ibérica*, Nº 2, *Habitar*, Caleidoscópio, Portugal, 2004, p.5.

⁴⁵ (Parâmetros retirados do texto exposto pelo Presidente do INH, na revista *Arquitetura Ibérica*, Nº 2, *Habitar*, p.6).

- A salvaguarda e valorização da qualidade da paisagem global;
- O modelo e a integração urbanística com a compreensão da aptidão dos espaços e dos valores naturais e culturais existentes;
- A imagem e organização arquitetónica;
- As técnicas e a racionalidade construtiva, integrando valores de caracterização local e aplicando soluções, tecnologias e materiais amigos do ambiente que reduzem o consumo de energia;
- A compatibilização das instalações e equipamentos;
- A integração, quando for caso disso, de equipamentos de desporto e de lazer atendendo a todas as classes etárias;
- A apropriação de espaços pelos utilizadores quer no interior, quer no exterior dos edifícios.

Para que os parâmetros expostos sejam conseguidos e bem-sucedidos, cabe mais uma vez ao arquiteto colaborar ativamente para esse processo.

3.3 | A Habitação de Interesse Social (HIS)

3.3.1 | O desenvolvimento da Habitação de Interesse Social

A questão habitacional constitui uma problemática já antiga na história das cidades. Sobre a problemática habitacional, vimos anteriormente que ela surgiu com a Revolução Industrial e com os processos de urbanização. Porém é fundamental retomar o acontecimento da Revolução Industrial, pois a problemática habitacional teve início ainda no século XIX aquando do grande desenvolvimento da classe operária e de uma classe média com fracos recursos, muito afetadas pelas más condições habitacionais. Surge assim uma crise habitacional relacionada com a falta de habitações para as classes mais desfavorecidas, mas também com a falta de conforto e higiene. Salienta-se nesta época, a título de exemplo significativo, o Bairro de Rochechouart (Fig. 13), com 200 alojamentos, para 600 pessoas; e pode considerar-se que a partir desta altura se irá desenvolvendo um conceito de ‘alojamento mínimo’ muito ligado a questões de salubridade.

Contudo, as questões sociais e o desenvolvimento da habitação de interesse social será mais abordado e aprofundado com o início do séc.XX, sendo mesmo objeto de investigação por parte dos arquitetos, que evidenciam um grande interesse e participação nesta temática, tal como aponta Ricardo Carvalho.

“A habitação assume-se como um fenómeno indissociável da cidade enquanto manifestação civilizacional, mas também enquanto veículo pacificador da ordem social. Contudo, para garantir a ordem social continuava em aberto a forma da cidade das classes trabalhadoras. É aí que os arquitetos procuram uma nova possibilidade de construção da forma urbana e, por consequência, uma nova forma para a comunidade.”⁴⁶



Figura 13 - Bairro de Rochechouart, primeiro projeto de bairro operário, Paris, 1872.

⁴⁶ CARVALHO, Ricardo (2016) - **A CIDADE SOCIAL Impasse, Desenvolvimento, Fragmento**, Edições tinta-da-china, Lisboa, p.44.

Conforme expõe Ricardo Carvalho (2016.p44) ⁴⁷ na sua obra ‘A Cidade Social’, a partir do séc. XX a habitação de massas traduziu-se para os arquitetos num desafio que tinha de ser tratado e que desse modo deu origem à ‘cidade social’. No que diz respeito à habitação destinada à classe operária, o Estado assume um papel predominante no séc. XX, que se vai refletir na Europa a partir da década de 1930. A questão da concentração humana conduz à investigação da habitação coletiva por parte dos arquitetos modernos integrados nos CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna). A Alemanha foi um dos principais países a criar uma exemplar ligação entre a arquitetura moderna e a resposta à condição das classes médias e trabalhadoras. Em 1929 decorre em Frankfurt o II CIAM no qual se colocaram as questões do alojamento mínimo associado às classes proletárias.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, as condições socioeconómicas da Alemanha conduziram à construção maciça de habitação social, surgindo assim o termo *Siedlung*, que, segundo o autor da “Cidade Social”, é o termo utilizado na língua alemã no discurso da arquitetura relativo à habitação; o mesmo termo surge então como veículo de construção e resposta ao problema da habitação e veículo para alcançar a cidade social. De entre as primeiras operações de construção de habitação com objetivos especificamente sociais na Alemanha salientam-se o *Weissenhofsiedlung* do arquiteto Mies van der Rohe (Fig.14), os conjuntos habitacionais de caráter social em Frankfurt de Ernst May (Fig.15) e o *Törten - Dessau Siedlung* de Walter Gropius, destinado originalmente a uma população rural.



Figura 14a e 14b - Ludwing Mies van der Rohe, Edifício de vivendas Weissenhofsiedlung, Alemanha, 1927, b) Plantas correspondentes ao 1º piso e último.

⁴⁷ *Ibidem*, p.64.



Figura 15 - Ernst May, Conjunto Habitacional *Siedlung* Niederrad, Frankfurt, Alemanha, 1927.

O arquiteto Ernest May, depois de ter construído diversos bairros na Alemanha e na Polónia, foi chamado a Frankfurt para apoiar na resolução do problema da habitação, através de uma estratégia de integração de vários *Siedlungen* em torno do centro da cidade, com uma conceção marcada pelo Movimento Moderno, designadamente, na utilização de superfícies planas, coberturas planas e através da valorização de jardins e da circulação de peões. Segundo Ricardo Carvalho (2016 p.96) ⁴⁸, e no que diz respeito à problemática habitacional que se sentiu na Alemanha, conclui-se que o mesmo país acabou por assumir uma posição pioneira em relação questão da habitação, pois houve sem dúvida por parte das diversas cooperativas ligadas à temática, estratégias para melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras e os mais variados exemplos habitacionais realizados pelos mais ilustres arquitetos europeus.

Todavia, para alguns arquitetos, como é o caso do Arq. Aldo Rossi, o *Siedlung* não tinha capacidade de se tornar um modelo universal pelo seu vínculo a um determinado lugar, programa e forma. Surgem então outros modelos noutras partes da Europa com igual escassez habitacional, e onde encontramos respostas distintas como é o caso do bloco habitacional de Gallarate, em Milão Itália (Fig.16), construído já na segunda metade do século XX, em 1972 e projetado por Aldo Rossi “[...] com a colaboração de Carlo Aymonino, significou um passo importante na procura de novos paradigmas para projetos residenciais muito necessários.” ⁴⁹ Este conjunto habitacional caracteriza-se por uma arquitetura muito ligado ao seu sítio e integradora de unidades mínimas de habitação, (salienta-se a introdução a tipologia T1), através da distribuição dos fogos em galeria.

⁴⁸ *Ibidem*, p.96.

⁴⁹ FRENCH, Hilary (2009) - *Vivienda colectiva paradigmática del siglo XX, Plantas, secciones y alzados*, Editorial Gustavo Gili, Sl, Barcelona, p.154, (Traduzido do Espanhol para Português).



Figura 16 - Aldo Rossi e Carlo Aymonino, Conjunto de Vivendas Dallaratense, Milão, Itália, 1974.

Tal como a Alemanha, também Itália passou por uma reconstrução no segundo pós-guerra e neste sentido Bruno Zevi, citado por Ricardo Carvalho (2016)⁵⁰, alerta para um afastamento da arquitetura autoritária e para a criação de uma arquitetura ‘autêntica’, ou seja uma arquitetura mais significativa, e neste caso direcionada para a habitação de promoção pública. Em Itália, procurou-se então aliar a tradição com os ideais modernos e permitindo a valorização social das comunidades.

Relativamente à experiência da França no que diz respeito aos problemas associados à questão habitacional, caracterizou-se por um total afastamento das propostas dos outros países, e consistiu, na maioria dos casos, na criação de soluções do tipo subúrbio-jardim compostas por edifícios de habitação coletiva com muitos pisos.

“Os edifícios de habitação coletiva iriam substituir ou co-habitar com as moradias unifamiliares com jardim. Esta seria a matriz que a Sociedade Francesa de Urbanistas imporia, influenciando o contexto português.”⁵¹

Um dos exemplos que mais se aproximou de uma cidade-jardim com grande dimensão é o caso de Gennevilliers, que segundo Carvalho (2016)⁵² pode ser comparado com o Plano de Alvalade em Lisboa. O projeto da cidade-jardim de Gennevilliers da autoria do arquiteto Félix Dumail (Fig.17a), apresenta algumas diferenças relativamente aos restantes casos no mesmo país, era constituído por 186 edifícios de habitação coletiva e 237 moradias e o único material utilizado foi o tijolo maciço. Relativamente a outro projeto, o caso da cidade-jardim de Trappes (Fig.17b), distinto de todos os outros pela sua pequena escala, era constituído por apenas 40 habitações em banda e destinado aos trabalhadores dos caminhos-de-ferro, a sua configuração, repetição de um módulo e cobertura plana evidenciavam uma arquitetura do Movimento Moderno.

⁵⁰ CARVALHO (2016), op. Cit., nota 44, p.85.

⁵¹ *Ibidem*, p.81.

⁵² *Ibidem*, p.83.

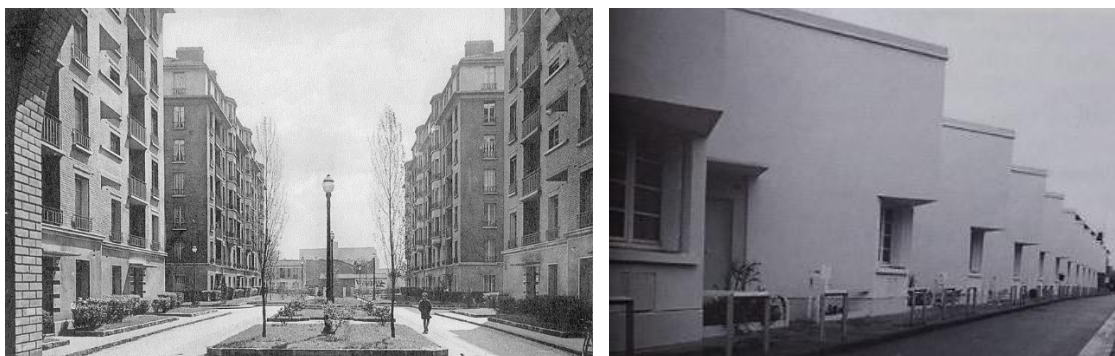


Figura 17a e 17b - Félix Dumail e Ernest Michel Ebrard, cidade-jardim de Gennevilliers, França, 1923-1934 | 17b - Andre Gutton e Henry Gutton, cidade-jardim de Trappes, França, 1926-1931.

O movimento cidade-jardim em França caracterizou-se, portanto, por permitir controlar a degradação urbana que se fez sentir no século XX e promover um crescimento suburbano com base na organização do desenvolvimento e crescimento rigidamente planeado das cidades precavendo um crescimento difuso das mesmas. Porém como adiante se falará, hoje em pleno século XXI sabemos que o crescimento das cidades para as periferias é o principal problema que afeta a Habitação de Interesse Social (HIS), o que leva a que hoje se pense e atue de forma diferente, os exemplos aqui expostos correspondem ao que outrora foi a solução dos problemas habitacionais de caráter social e que de certa forma corresponderam ao que melhor se fez e que ainda hoje são casos de estudo, porém a sociedade muda constantemente tal como as suas necessidades e para isso há que saber acompanhar essas mudanças. Nas décadas que se seguiram, nomeadamente a década de 60 e 70 a França deu continuidade às investigações e concretizações da habitação social sobretudo com a intervenção pública.

3.3.2 | Notas sobre a Habitação de Interesse Social na viragem do século XX

“Os modos de produção de cidade, desde a segunda metade do século XX até à cidade contemporânea, fundaram-se na especialização da forma e do tipo, à qual se juntou o abandono progressivo do Estado como promotor de habitação de interesse social.”⁵³

Sabe-se que o Movimento Moderno foi bastante contestado por parte de alguns arquitetos, as propostas modernas revelaram-se demasiado rígidas para a sociedade, o desenvolvimento da HIS no final da década de 60, vê um maior interesse na promoção habitacional pelas sociedades privadas, no que diz respeito às questões das enormes carências habitacionais da Europa. Carvalho (2016) descreve as últimas décadas do século XX como estáveis onde as preocupações habitacionais vão gradualmente diminuindo, as cidades estão reconstruídas, a estabilidade social e política denota-se, *“assiste-se hoje à desindustrialização e já não se fala de*

⁵³ *Ibidem*, p.219.

trabalhadores ou operários, mas de homens.”⁵⁴ Contudo o que se vinha produzindo, na maioria dos casos apenas correspondia a interesses económicos, as cidades não ofereciam espaços adequados que proporcionassem relações sociais entre os indivíduos bem como o seu descontentamento relativo à qualidade do seu habitat. Começou então a evidenciar-se um desfasamento entre a arquitetura de caráter social e os modelos de vida da sociedade, e tal como a mudança do século também a mudança de mentalidades e necessidades se manifestavam.

O confronto com o mundo contemporâneo demonstrava na viragem do século XX as preocupações e objetivos que a Europa ponderava ao nível das políticas de habitação, o desfasamento das políticas tradicionais confirmava-se dando lugar às respostas dos problemas que se vinham manifestando. A qualificação arquitetónica começava a ganhar cada vez mais importância, mais do que na realização de unidades de habitação ou bairros, na qualidade da arquitetura e a capacidade de produzir uma diversidade das formas habitacionais, que se questionava e se acreditava ser uma das principais necessidades do habitar contemporâneo. Para o autor que se tem vindo a referenciar, nesta matéria de caráter social o significado de cidade social *“prende-se com a permanente necessidade de questionamento da relação entre a urbanística e a arquitetura, sobre os seus fundamentos e a sua capacidade de gerar lugares humanizados para a vida quotidiana”*.⁵⁵

François Ascher (2010, p.99)⁵⁶ dá-nos uma perspetiva das grandes alterações na estrutura da sua sociedade no final do século XX, desde a extinção dos operários à afirmação de uma população mais ativa e ao desenvolvimento de países mais urbanos. Surgem novos modelos familiares, bem como todas as atividades de lazer dando lugar às transformações que geraram uma complexidade da sociedade, e assim todas as mudanças que se manifestavam sensivelmente a partir dos anos 70 até à viragem do século XX, foram essenciais para a evolução do habitar.

Julga-se então que a passagem do século XX para o século XXI se traduziu no começo de uma nova fase da arquitetura, nomeadamente na arquitetura de caráter social. Esta fase diz à matéria da qualificação arquitetónica que começava primeiramente a estar na ordem do dia na Europa e posteriormente um pouco mais tarde em Portugal. Começava a considerar-se que a “qualidade arquitetónica”, que segundo António Baptista Coelho e Pedro Baptista Coelho (2009)⁵⁷, se traduz num termo da atualidade, e que protagonizava uma das principais preocupações e objetivos da União Europeia e de igual preocupação ao nível das políticas municipais de habitação e da arquitetura e qualidade urbanística. O século XXI inicia-se com

⁵⁴ *Ibidem*, p.220.

⁵⁵ *Ibidem*, p.220.

⁵⁶ ASCHER, François (2010) - **Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos**, Livros Horizonte, [s.l.], p.99.

⁵⁷ COELHO, António, Baptista, COELHO, Pedro, Baptista (2009) - **Habitação de Interesse Social em Portugal 1988-2005**, [s.l.], p.295 a 298.

uma forte crise económica que se foi agravando um pouco por toda a Europa e daí começaram a surgir as primeiras transformações e novos contextos sociais. Todavia estas mudanças proporcionaram às cidades europeias a criação de novas estratégias para a promoção da HIS o que mais tarde se evidencia em Portugal. A maioria dos países, apesar das evidentes diferenças económicas e socioculturais, propõem então renovar e requalificar as cidades, o espaço público que as compõe e evidentemente investigar as novas conceções da vida contemporânea adotando uma linguagem que abandonasse os erros do passado e afastasse os estigmas sociais que algumas propostas provocaram.

Assim, o arquiteto depara-se de novo com a oportunidade de atuar no campo da arquitetura social do habitar, desta vez com uma bagagem trazida das experiências com grande variedade e qualidade de soluções de habitação apoiada que se conhecem na Europa, tornando mais fácil o seu trabalho, conjugado com as novas oportunidades e ferramentas que tem, desde a diversidade de materiais até aos lugares e edifícios devolutos que esperam por uma proposta que ofereça tanto uma excelente arquitetura, como a integração dos diversos grupos sociais.

Em Portugal a habitação de interesse social na viragem do século XX, salienta-se por uma melhoria na arquitetura urbana e, nas palavras de António Baptista Coelho (2005, p.85), “[...] as tipologias dominantes são já as de baixa altura, as torres só aparecem pontualmente e as soluções com galerias comuns são bem desdenhadas.”⁵⁸ No final do século as promoções municipais apresentam soluções inovadoras, pois até aqui ficavam um pouco aquém, no caso das promoções cooperativas estas atingem um excelente nível nesta época de transição, sejam eles edifícios multifamiliares e unifamiliares, “desenvolvidos muito positivamente em todos os em boa parte dos níveis físicos da arquitetura residencial, isto é desde interiores de quarteirão bem equipados e úteis à organização interna da habitação.”⁵⁹

Em suma, daqui em diante a tendência de melhoria da promoção habitacional de interesse social começa a ganhar força tanto na Europa como em Portugal através de soluções inovadoras, de uma variedade de tipologias e consecutivamente pela atenção para com a escala dos edifícios e igualmente com a pormenorização do exterior de uso público.

⁵⁸ COELHO, António, Baptista (2005) - 1984-2004, 20 ANOS A PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, INH, LNEC, p.84.

⁵⁹ *Ibidem*, p.84.

3.4 | Novos problemas sociais (mudança social), novas soluções habitacionais

A habitação de interesse social foi-se desenvolvendo ao longo dos anos, conforme a época, a sociedade e as questões políticas, as cidades organizavam-se segundo funções que respondiam às necessidades daquele tempo. Hoje o arquiteto depara-se, novamente, com as recentes necessidades habitacionais e exigências regulamentares, ainda um pouco desconhecidas ou mal definidas, *“vivemos numa sociedade urbana, que mudou muito nas últimas dezenas de anos e que está ainda, como é evidente, em processo de evolução”*⁶⁰, conforme afirma François Ascher, os modos de vida mudaram e diversificaram-se.

No campo da habitação de interesse social, tema principal desta dissertação, interessa identificar/conhecer as novas exigências que a caracterizam nos dias de hoje. Sabemos que a habitação social, sempre esteve ligada a estigmas, problemas de integração e carências construtivas, as intervenções tornaram-se repetitivas e por vezes quase monstruosas, agravando-se ainda mais quando implementadas nas periferias das cidades, uma *“[...] área suburbana dominada pelas zonas de construção unifamiliar, com muito poucas ligações com a cidade-centro, e que fica “condenada” às deslocações automóveis; a cidade dos excluídos e daqueles com residência atribuída, ou seja, os grandes conjuntos de habitação social, encravados e mal servidos.”*⁶¹

Para tal é importante repensar as intervenções urbanas e habitacionais, e conforme expõe António Baptista Coelho⁶², quando afirma que é necessário apostar na diversidade e flexibilizar a oferta de soluções, de modo a criar estruturas adequadas às necessidades da população, adequando-as aos novos modelos contemporâneos. Atualmente existem vários motivos para a criação de flexibilidade na habitação, nomeadamente a mobilidade da população, a mudança da composição social, que se tem vindo a referir e as dinâmicas familiares. Contudo, o conceito de flexibilização na arquitetura já era definido por Herman Hertzberger nas suas “lições de arquitetura”, ainda no século XX, referindo algumas das suas obras que evidenciavam bem esse conceito; segundo Hertzberger⁶³, flexibilidade significa a negação de uma única solução fixa definida no habitar, flexibilidade representa então, o conjunto de todas as soluções possíveis para um problema, deste a flexível mudança dos objetos do interior habitacional.

O projeto do arquiteto Herman Hertzberger para as Moradias Diagoon, em Delft na Holanda (Fig.18), representa bem o conceito de flexibilidade na arquitetura; o projeto consistiu em as habitações serem deixadas “inacabadas”, as áreas vazias de que são compostas, foram deixadas

⁶⁰ ASCHER, François (2010) - **Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos**, Livros Horizonte, [s.l.], p.99.

⁶¹ *Ibidem*, p.172 e 173.

⁶² COELHO, António, Baptista (2009) - **Entre Casa e Cidade, A Humanização do Habitar**, OPÚSCULO 18, Pequenas Construções Literárias sobre Arquitetura, Dafne Editora, Porto, p.3.

⁶³ HERTZBERGER, Herman (1999) - **Lições de Arquitetura**, Editora Martins Fontes, [s.l.], p.146.

propositadamente com o intuito de cada morador se apropriar do espaço como deseja. As habitações são constituídas por dois núcleos fixos e com vários níveis separados que abrigam as necessidades essenciais do homem: habitar, dormir, estudar, brincar, relaxar, etc. Esta flexibilidade constitui uma total liberdade nos usos dos espaços do habitar e uma metodologia que tem de ser adotada no habitar contemporâneo.

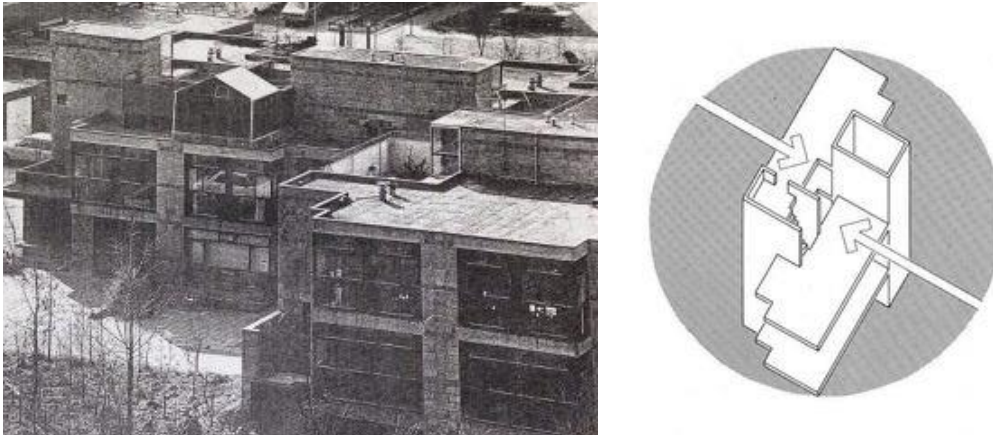


Figura 18a e 18b - a) Herman HERTZBERGER, Moradias Diagoon, Delft, Holanda b) Casa dividida em 2 núcleos.

Também Steven Holl projetara no final do século XX um conjunto residencial em Fukuoka (Fig19), no Japão, para famílias de classe média e no qual pretendia investigar um novo “estilo de vida” criando uma variedade de tipos de vivenda e explorando a possibilidade de uma nova forma urbana para a vivenda. *“O espaço interior chave é a Flexibilidade para os residentes, tanto na vida diária como a longo prazo. Os painéis instalados dobráveis facilmente são modificados permitindo que os espaços sejam usados como quartos vivos e, eventualmente, podendo adicionar ou remover quartos de acordo com as necessidades da família.”*⁶⁴

⁶⁴ FRENCH, Hilary (2009) - *Vivienda colectiva paradigmática del siglo XX, Plantas, secciones y alzados*, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, p.186.



Figura 19a e 19b - a) Steven Holl, Habitações em Fukuoka, Japão, 1989-91, b) exemplo de várias disposições possíveis através de painéis e armários móveis.

A habitação deve ser então desenhada a fim de ser potencialmente habitável de modo a acompanhar o processo de vida e mesmo de desejos do habitante, no entanto para que a liberdade e flexibilidade do habitar contemporâneo, de que se tem vindo a falar neste trabalho, seja conseguida, é necessário sublinhar, hoje em dia, a importância da diversidade tipológica com escalas físicas bem controláveis, a qual deve corresponder a vários tipos de soluções que no seu todo, o produto final, quando implementadas nas cidades densamente consolidadas, podem criar uma diversidade de novas formas de habitar que fortalecem o estímulo pessoal, bem como a integração com a vizinhança e entre vizinhanças.

As mudanças do habitar começam por assumir os vários espaços que a cidade oferece à população, quer espaços públicos, de serviços e de proximidade, quer pelos equipamentos direcionados aos habitantes que se localizam junto aos edifícios. Levar a habitação de interesse social para o centro da cidade é a resposta às novas necessidades da população que vai usufruir dela, estes edifícios com um número reduzido de fogos, pela sua composição e implantação no tecido da cidade, são uma mais-valia para a integração social bem como resposta à reabilitação e nova construção nos vazios urbanos. Estas pequenas intervenções, direcionam-se para o novo núcleo familiar, que tanto em Portugal como na generalidade da Europa, caracteriza-se cada vez mais por pessoas que vivem sós, a dimensão média das famílias diminuiu o que provocou novas tendências de tipos de alojamento e da sua composição tipológica, portanto a redução do núcleo familiar deverá também corresponder a uma redução do espaço doméstico: *“La familia nuclear há desaparecido y com ella la organización tradicional del piso.”*⁶⁵

⁶⁵ MOZAS, Javier; FERNÁNDEZ PER, Aurora (2004) - *Nueva Vivienda Colectiva = New Collective Housing: Densidad = Density*, p.20.

Além do novo modelo familiar, outro fator de mudança do habitar contemporâneo é o modelo laboral, como explicita Ana Moreira (2013, p.91) ⁶⁶ este tem vindo a sofrer grandes alterações nos últimos anos, cada vez mais, as profissões são bastante instáveis o que leva o local de habitação a ser provisório, principalmente para jovens solteiros ou pequenas famílias com carências económicas. Portanto, o habitar contemporâneo tem cada vez mais de ser entendido como um lugar estimulante e diversificado, de pequena dimensão e mistura social articulada. Para isso acontecer, é importante ter em conta a qualidade arquitetónica, e aqui o papel do arquiteto é fundamental, sendo importante ter em conta que a habitação de interesse social em Portugal sempre teve um papel relevante na arquitetura portuguesa; e, neste sentido fica sublinhada a importância do arquiteto no estudo e na compreensão das atuais transformações sociais/habitacionais e na consequente proposta de novos conceitos de habitação coletiva.

É preciso, portanto, fazer cidade com diversidade de situações, de espaços e modos de vida, tal como expõe Ascher na sua obra dizendo que *“esta cidade do século XXI não pode ser senão diversidade e, portanto, compromisso entre as procuras e as práticas variadas de que ela é o objeto.”*⁶⁷

3.5 | Casos Europeus

No que diz respeito à Habitação de Interesse Social (HIS) no panorama europeu, pode-se afirmar que sem dúvida o seu desenvolvimento e promoção ao longo dos últimos anos do século XXI, se tem evidenciado por uma riquíssima produção quer ao nível do desenho arquitetónico, quer à implementação dos mais variados materiais e quer à sua integração nos mais variados tecidos urbanos e indo ao encontro das necessidades da sociedade atual. De facto, é na Europa que encontramos os primeiros exemplos da HIS que apresentam todas as características e princípios que temos vindo a evidenciar na promoção e necessidade de HIS na atualidade.

Ao longo da pesquisa sobre habitação de interesse social na atualidade, destacaram-se várias cidades que possuem bons exemplos de HIS marcados pela contemporaneidade, na Europa apresentam-se alguns projetos em diferentes países que adotaram estratégias inovadoras na tentativa de solucionar as questões que se têm vindo a colocar e onde a habitação para novas carências habitacionais se vai adaptando às novas exigências dos grupos sociais diversificados. Julga-se que todos os casos apontados, em seguida, exemplificam positivamente o que se tem vindo a referenciar, no que diz respeito à *“busca de equilíbrio entre desenho de arquitetura e satisfação do morador”* como defende António Baptista Coelho (2009).⁶⁸

⁶⁶ MOREIRA, Ana (2013) - *À Procura dos Novos Modos de Habitar*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura de Interiores pela FAUL, Lisboa, p.91.

⁶⁷ ASCHER (2010), op. Cit., nota 55, p.108.

⁶⁸ COELHO (2009), op. Cit., nota 61.

Com os exemplos que se seguem, pretende-se apresentar o melhor que se tem feito na Europa nos últimos anos em termos de soluções residenciais humanizadas e bem integradas que caracterizam a atualidade da programação das soluções da habitação de interesse social. Este estudo recai principalmente na procura de soluções que se consideram como novos modos de habitar a cidade e que se adaptam aos grupos sociais com exigências específicas, como os idosos ativos, estudantes e pessoas sós, que frequentemente conjugam o espaço de habitar com o espaço de trabalho, pretende-se também dar a conhecer os bons exemplos ainda pouco conhecidos, mas que devem ser seguidos e que certamente serão inspiradores para novas intervenções.

No âmbito da procura pela HIS contemporânea e das novas formas de habitar na Europa, Espanha caracteriza-se por possuir um vasto leque de projetos que se caracterizam por uma boa qualidade arquitetónica e que possuem todos os equipamentos adequados às diversas necessidades dos habitantes. As propostas que vão surgindo, neste contexto em Espanha são bastante interessantes e variadas, há uma preocupação por parte dos arquitetos na conceção dos espaços distributivos, potenciais lugares de convivência entre moradores e espaços públicos e semipúblicos positivos.

Em Madrid salienta-se o conjunto habitacional em Carabanchel (Fig. 20 e 21), conjunto esse no qual os projetistas procuraram um modo inovador e sustentável de construir habitações sociais tendo em conta as restrições e exigências das mesmas. O resultado é então um bloco de planta retangular que apesar de não se encontrar no centro da cidade, possui todos os serviços necessários. O que despertou interesse neste exemplo é sem dúvida o seu desenho e qualidade arquitetónica bem como as tipologias que o compõem, pois elas proporcionam o máximo espaço e flexibilidade.



Figura 20a, 20b e 20 c - Foreign Office Architects, Conjunto habitacional em Carabanchel, Madrid, 2007

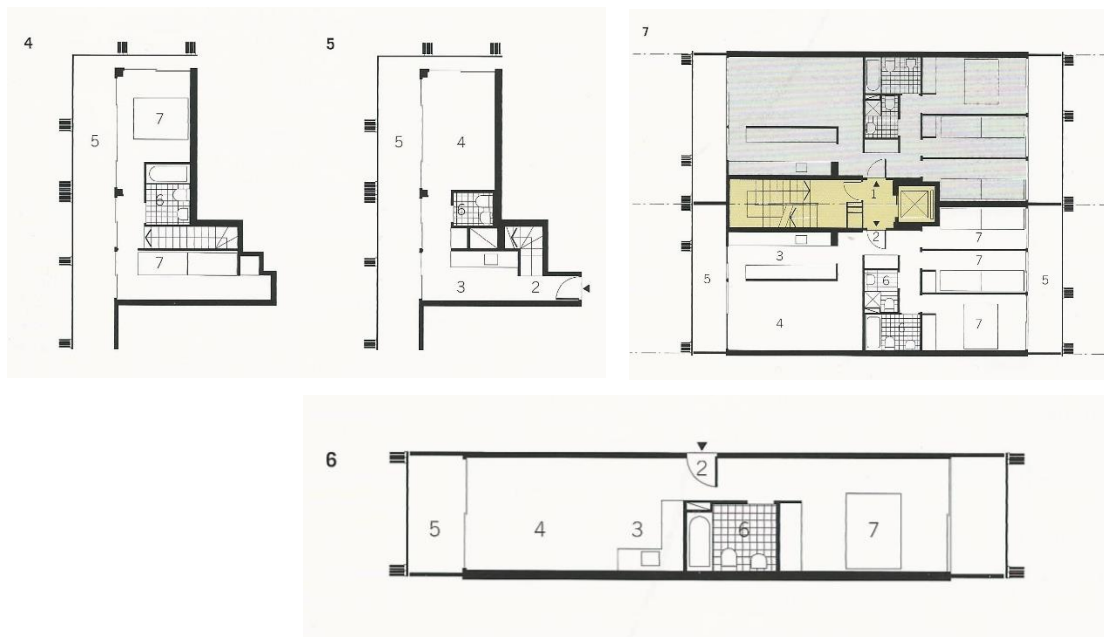


Figura 21a, 21b e 21c - Plantas tipo das Tipologias habitacionais, a) Duplex, b) tipologias T3 e c) Tipologia T0.

Ainda em Espanha salientam-se 24 habitações de realojamento no centro histórico de Cádiz, projeto dos arquitetos Cano Lasso. O projeto consistiu em projetar habitações que proporcionassem melhores condições de vida a famílias necessitadas, num conjunto integrado no centro histórico da cidade e onde foram demolidos pequenos elementos degradados da malha urbana para assim dar lugar às novas unidades habitacionais que preenchem vazios no tecido urbano.



Figura 22a, 22b, 22c e 22d - Cano Lasso Arquitetos, 24 habitações sociais no centro histórico de Cádiz, Espanha, 2011.

Em França, país este que anteriormente projetou os grandes planos de periferias ajardinadas e com enormes blocos de habitações sociais, estão a ser atualmente desenvolvidos bons exemplos de conjuntos de HIS, que respondem às carências habitacionais contemporâneas. Neste sentido salienta-se um conjunto de HIS em Paris, do arquiteto Frédéric Schlachet, (Fig. 23). O edifício veio preencher o gaveto de um quarteirão e é constituído por 5 pisos sendo o primeiro de comércio e os restantes pisos compostos por 11 apartamentos. Os apartamentos possuem terraços, varandas e vistas diferentes a partir das fachadas urbanas para centro da cidade; no seu todo caracteriza-se por ser um edifício compacto com volumes cortados o que torna a rua com mais vida contrapondo com os restantes edifícios de fachadas lineares. Talvez o que é mais interessante no projeto é a sua localização e a imagem urbana produzida, que potenciam a boa integração dos habitantes no contexto urbano. Suplementarmente, os materiais utilizados transmitem um positivo sentido de inovação. O projeto obteve um excelente equilíbrio entre a intervenção social e a intervenção na (re)estruturação do tecido urbano, criando uma estimulante sequência da paisagem urbana.



Figura 23a, 23b, 23c, 23d e 23e - Frédéric Schlachet Architecte, Habitação Social em Paris, França, 2012.

Ainda do mesmo arquiteto, encontramos outro edifício de HIS também na cidade de Paris, o projeto corresponde à reabilitação de um edifício antigo que preenche um quarteirão. O arquiteto manteve a fachada principal e dá continuidade ao edifício para o logradouro, é ainda de salientar que a sua linguagem arquitetônica é idêntica ao edifício anterior o que faz salientar uma linguagem arquitetônica específica do autor/arquiteto, (Fig.24). Outro aspecto comum a ambos os projetos é o desenvolvimento dos respectivos logradouros, eles permitem uma interação entre vizinhança e um espaço comum que pode ser usufruído por todos os habitantes e que se traduz numa mais-valia nas relações sociais favorecendo o convívio entre habitantes.

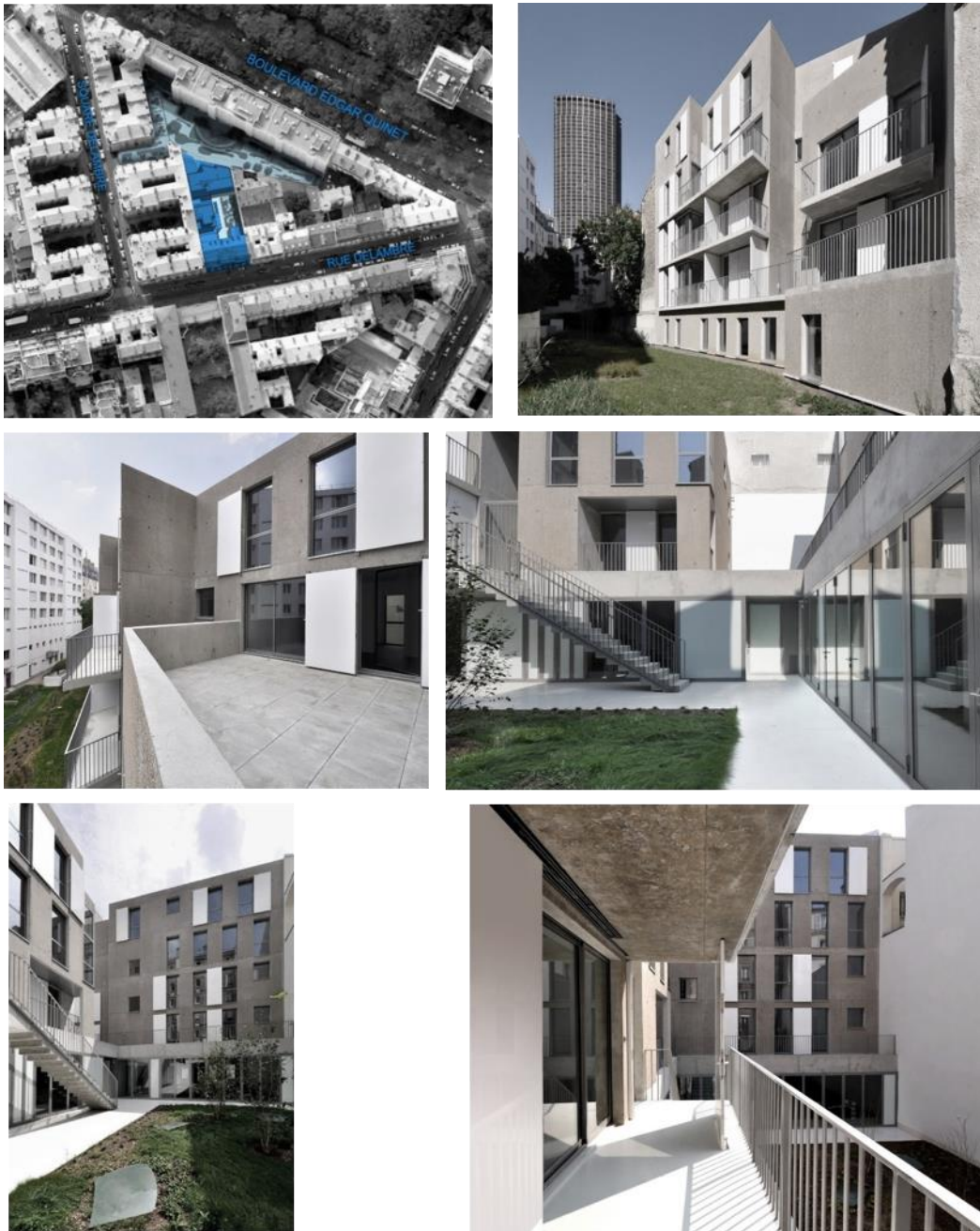


Figura 24a, 24b, 24c, 24d, 24e e 24f - Frédéric Schlachet Architecte, Habitação Social em Paris, França, 2010.

3.6 | A contemporaneidade e o habitat humano: síntese do capítulo

O século XX ficou marcado pela intervenção do arquiteto e pela tentativa de dar respostas aos problemas sociais e habitacionais que a Revolução Industrial tinha causado e que, mais tarde, as duas Grandes Guerras vieram acentuar. Neste contexto, durante os primeiros anos do mesmo século assistiu-se a uma vasta investigação tipológica do habitar, mas sobretudo no campo da habitação de interesse social destinado às populações mais desfavorecidas. Este período ficou então fortemente marcado pela consciência social e pelo papel fundamental do arquiteto. Seguidamente, após vários anos de investigação e construção da HIS na Europa, exemplos que hoje continuam a ser objetivo de estudo e inspiração, no final do século XX começam a evidenciar-se outros fatores importantes no campo habitacional, aliados à mudança da sociedade e aos primeiros sinais da crise económica. O contexto habitacional da Europa no final do século XX e início do século XXI traduziu-se a nível arquitetónico por um novo interesse pelo habitar social bem como pela qualidade e não quantidade das soluções e que afastasse os estigmas sociais, produzindo uma arquitetura socialmente correta e ao alcance de todos.

Tal como foi anteriormente afirmado, a arquitetura é sem dúvida o reflexo da sociedade e a mesma desenvolve-se em diferentes épocas, portanto com a chegada do novo século (XXI), novas mudanças e fatores estiveram ligados às novas necessidades habitacionais por parte dos diferentes grupos sociais que proporcionam a retoma da investigação arquitetónica de caráter social e nomeadamente um novo estudo da conceção tipológica que deveria corresponder aos novos modos do habitar contemporâneo. Os exemplos habitacionais que se traduzem então nos novos modos de habitar coletivo bem integrados e humanizados, vão surgindo com mais ênfase no século atual, onde as soluções procuram uma maior flexibilidade do espaço habitacional, seja ele mínimo ou não e que se dirigem aos grupos sociais mais diversos. A localização/dimensão destes conjuntos de habitação de interesse social é a primeira e mais importante decisão para o seu sucesso, conjugada com os serviços e equipamentos que a cidade oferece, devem servir como base de uma vida quotidiana equilibrada ao contrário do que se passava anos atrás.

Os exemplos expostos permitiram conhecer melhor os novos modos de habitar as cidades com HIS e estudar as características que lhe concedem o sucesso, julga-se, portanto, importante e urgente alterar os moldes como tem sido feita uma boa parte da HIS, e é fundamental que se debata e partilhe os conhecimentos e experiências, de forma a criar uma arquitetura social que contribua para a melhor qualidade de vida dos seus habitantes e das suas respetivas cidades.

Capítulo 4 | Aspectos a salientar na evolução da Habitação de Interesse Social (HIS) em Portugal

“Habitar é viver. Construir casas dignas é uma das funções da arquitetura, como forma de proporcionar uma vida saudável ao Homem. Mas, quando se criam desequilíbrios no ambiente urbano, a vida deixa de ser natural e as relações entre o Homem e o Habitat entram em crise.” Vasco Croft (2001, p.278)

4.1 | Breve enquadramento histórico e situação atual da HIS em Portugal

As consequências da Segunda Guerra Mundial alertaram para os arquitetos de diferentes países da Europa o tema da habitação como o principal problema da época, onde o alojamento para as classes mais pobres, afetadas pelos efeitos devastadores da Guerra, ganhou importância e consideração. Em Portugal, o problema da habitação não se deveu aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, porém as carências habitacionais também se começaram a manifestar ainda no regime do Estado Novo (1926 a 1974). A situação das famílias mais carenciadas piorava a um grande ritmo, a intervenção por parte do Estado tornava-se urgente, a habitação, e em particular a habitação social ou económica, passa a ser encarada como instrumento fundamental da ordem social, onde a casa de família enquanto elemento fundamental da sociedade, se torna na ideologia do Estado Novo.

O desenvolvimento da Habitação de Interesse Social (HIS) em Portugal, desenvolve-se em três principais fases, conforme sintetiza o Arq. António Baptista Coelho, (2009, p.57)⁶⁹, sendo que a primeira fase tem início em 1919 com o regime das “Casas Económicas” das quais sobressaíram algumas características positivas e onde os programas de habitação deveriam proporcionar habitação mínima adequada a quem demonstrava carências de habitabilidade. A promoção da HIS correspondia à disponibilização de habitações para aluguer/arrendamento de baixo valor, entre os primeiros bairros a surgirem, destaca-se nesta primeira fase em Lisboa os bairros do Alto da Ajuda (1933), da Ajuda (1934), do Arco Cego (1935, iniciado em 1918) Madre de Deus (1944), o Bairro da Encarnação (1945); entre outros, no Porto destacam-se os bairros de Ramalde (1939), Paranhos (1941) e Contumil (1942). Relativamente às dimensões mínimas das HIS, caracterizavam-se por corresponderem a quatro classes de casas, diferenciadas pelas áreas mínimas dos quartos e existência ou não de cozinha e instalação sanitária, (Tabela 1), as habitações desenvolveram-se principalmente em edifícios multifamiliares e unifamiliares integrando bandas contínuas ou geminadas.

Classe I (mais elevada)	Classe II	Classe III	Classe IV
- 3 ou mais quartos habitáveis (superior a 9m ²)	- 2 Quartos (superior a 9m ²)	- 1 Quarto (9m ²)	- 1 Quarto (9m ²)
- Cozinha e WC	- Cozinha e WC	- Cozinha	

Tabela 1 - Dimensões mínimas das HIS em Portugal, 1918.

⁶⁹ COELHO, António, Baptista (2009) - *Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972*, artigos e ensaios, (revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, eesc-usp), p.57.

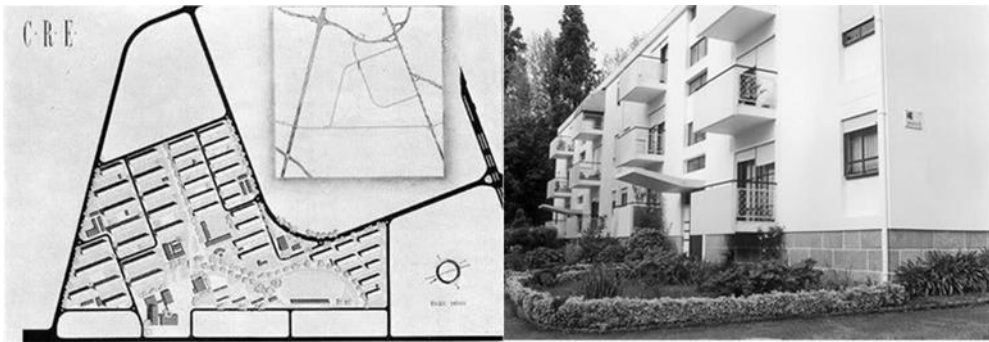


Figura 25 - Fernando Távora, Bairro de Ramalde, 1952, Porto.



Figura 26 - Paulino Montez, Bairro do Alto da Ajuda, 1933, Lisboa.



Figura 27 - Paulino Montez, Bairro da Encarnação, 1945, Lisboa.

Uma vez que as quatro classes sociais definidas não abrangiam a classe mais pobre, os habitantes das barracas, conforme explicita Vasco Croft (2001, p.280)⁷⁰, em 1945 são criadas as “casas para as famílias pobres”, estas habitações temporárias foram construídas em vilas e aldeias e pretendiam complementar o programa das casas económicas.

O problema da habitação, porém continuava a agravar-se, surgem outras iniciativas na década de 40 para atender a outros problemas sociais do país, a criação em 1946 de um novo organismo, as Habitações Económicas, ligado à Federação das Caixa de Previdência, veio criar as “casas de renda económica” direcionado para a promoção habitacional com caráter urbano e de edifícios plurifamiliares. Com cerca de 25 anos de atuação no campo habitacional, este organismo salienta-se pela sua ligação à HIS e por ser um dos que exerceu mais tempo de atividade completa e produtiva em Portugal, até 1972.

Os conjuntos construídos ao abrigo do programa das HE eram constituídos por habitações unifamiliares na maioria com quintal. O arquiteto Nuno Teotónio Pereira foi o primeiro e principal arquiteto responsável das HE, tendo desenvolvido uma ação meritória no controlo da qualidade arquitetónica e de construção das casas; como projetista, um dos seus trabalhos fora dos grandes centros, foi desenvolvido para as Casas de Renda Económica em Barcelos as quais caracterizam-se por tipologias rurais em banda de dois pisos (1962).

Posteriormente, conforme refere António Baptista Coelho (2009, p.59)⁷¹, a segunda fase do desenvolvimento da HIS, ficou marcada pela atividade do Fundo de Fomento da Habitação (FFH) entre 1972 e 1984 o qual centralizou a promoção em cerca de 52.000 habitações. O FFH veio substituir as experiências da HE, tratando-se de um programa que veio unificar os serviços relacionados com a temática habitacional concentrando o estudo da problemática da habitação social num único organismo, com o objetivo (eventualmente, pouco conseguido) de elevar o nível de vida da sociedade mais pobre.

Por último, a terceira e última fase da promoção da HIS fica compreendida entre 1984 e 2007, pela atividade do Instituto Nacional de Habitação (INH), depois prolongado pela ação do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana). Na sequência da extinção do FFH, a criação do INH veio permitir a muitas cooperativas promotoras desenvolver excelentes projetos de arquitetura urbana e doméstica onde o objetivo passava, também, por uma estruturação da própria política habitacional. Ao INH competia, também, fazer uma análise e um controlo dos custos das promoções bem como a elaboração de normas técnico-económicas, o apoio aos promotores, e as necessárias ações de formação.

Na promoção da habitação que decorreu com o surgimento do INH diversos foram os promotores que participaram neste tipo de habitação apoiada, e referindo-nos mais uma vez a António

⁷⁰ CROFT, op. Cit., nota 35, p.280.

⁷¹ COELHO, op. Cit., nota 38, p.59.

Baptista Coelho (2005)⁷², após o 25 de Abril a dinamização do cooperativismo habitacional (uma das principais entidades de promoção da HIS), salientou-se como uma das formas de promoção habitacional apoiada pelo Estado que mais competências demonstrava na resolução sustentada das carências habitacionais que se evidenciavam. As principais entidades promotoras da HIS são: as Câmaras Municipais, as Cooperativas e as Empresas privadas. A seguinte tabela apresentada pelo mesmo autor anteriormente referenciado apresenta o total de fogos da Habitação de Custos Controlados (HCC) vendidos ao longo da atividade do INH (de 1983/84 a 2004) por parte das 3 entidades promotoras.

FINANCIAMENTO DE HCC PARA VENDA - FOGOS								
	1984/86	1987/89	1990/92	1993/05	1996/98	1999/01	2002/04	Total
Câmaras	1 497	1 963	1 620	564	399	253	212	6 508
Cooperativas	9 375	11 545	10 368	4 703	1 895	1 034	940	39 860
Empresas (*)	54	2 144	2 249	2 462	4 338	4 823	3 541	19 611
Total	10 926	15 652	14 237	7 729	6 632	6 110	4 693	65 979

Tabela 2 - Promoção da HCC por parte as 3 principais entidades desde 1984 a 2004.

Nas palavras de António Baptista Coelho (2009, p.78)⁷³ e em notas conclusivas, sobre o período de promoção habitacional, sintetiza-se que a segunda fase do desenvolvimento da HIS (promovida pelo FFH) caracterizou-se por ser a menos positiva, porém com a criação do INH, “[...] combateram-se, sistematicamente, esses velhos monstros do excesso de dimensão, da repetição até à náusea, da concentração e segregação social e da falta de gestão local”⁷⁴.

Ao longo dos anos de promoção habitacional apoiada pelo INH, vários foram os prémios atribuídos aos diversos aspetos de qualidade da promoção, da qualidade arquitetónica e da qualidade construtiva de inúmeros conjuntos residenciais de HIS em Portugal, pois o conhecimento que hoje possuímos sobre a produção da HIS em Portugal no final do século XX deve-se na maioria ao Prémio INH. Destes prémios salientam-se, em seguida, alguns exemplos ainda no final do século XX: o conjunto habitacional de Massarelos (1995) no Porto com 95 fogos (Fig.28); o conjunto habitacional Travessa de Salgueiros (2002) Porto (Fig.29), com 40 fogos, uma inovadora intervenção principalmente pelo seu desenho arquitetónico e também pela introdução da tipologia T1, tipologia essa que surge com mais ênfase no habitar contemporâneo e diversificado do início do século XXI; e, por fim, o conjunto Habitacional Monte de São João (2003) também no Porto com 53 fogos (Fig.30), que se destaca pela sua integração.

⁷² COELHO (2005), op. Cit., nota 57, p.91.

⁷³ COELHO (2005), op. Cit., nota 57, p.78.

⁷⁴ *Ibidem*, p.78.

Todavia inúmeros foram os conjuntos habitacionais construídos no final do século XX e início do século XXI de igual mérito e qualidade arquitetónica a salientar, porém julgam-se os exemplos expostos com interesse para serem aqui apresentados em algumas imagens, pelo facto de se caracterizarem por pequenas obras onde a integração com a restante cidade é notória, e de facto o que se pretende com a presente dissertação é sem dúvida o estudo destas pequenas intervenções que se salientam pelo sentido coletivo harmonioso e bem integrado e que oferecem verdadeira qualidade aos seus habitantes e não, simplesmente, uma resolução “quantitativa” do problema da habitação.



Figura 28a e 28b - Francisco Barata, Manuel Sá, Conjunto Habitacional de HIS de Massarelos, Porto, 1995.



Figura 29a e 29b - Carlos Veloso, Conjunto Habitacional Travessa dos Salgueiros, Porto, 2002.



Figura 30a e 30b - Rui Almeida, Filipe Dias, Conjunto Habitacional Monte de São João, Paranhos, Porto, 2003.

Agora focando-nos um pouco nos dias de hoje e no que diz respeito à HIS na atualidade, a 3ª fase da sua promoção habitacional sobre a atuação do INH terminou em 2007, entretanto é criado o atual Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Atualmente são já vários exemplos de habitação de interesse social, que respondem às novas necessidades sociais nos mais diversos contextos urbanos em Portugal.

“A melhor habitação de interesse social portuguesa foi concretizada nas últimas dezenas de anos e caracteriza-se por uma estimulantes diversidade de soluções, pelas evidentes vantagens físicas e sociais de pequena dimensão e da máxima integração das intervenções [...]”.⁷⁵

Efetivamente, conforme refere António Baptista Coelho (2009, p.20), o início do século XXI surge com uma imagem contemporânea, provocando um novo interesse no tema da HIS, aliado a soluções integradas nas cidades. A introdução destas novas soluções caracterizam-se por formas e materiais sustentáveis que permitam reduzir os custos sem reduzir a sua qualidade residencial, e desta forma não seguir os erros do passado. Muitas têm sido as mudanças neste novo habitar, talvez por se destinar a uma população com novas carências para além das sociais. Pois fazer habitação de interesse social passa não só por construir pequenas soluções nos centros urbanos, como pela reabilitação, mas também responder às novas exigências do mercado. Deparamo-nos cada vez mais com uma grande transformação ao longo dos anos, transformação essa, no modo como se produz habitação de interesse social em Portugal, apesar de ainda as transformações serem pouco aprofundadas, pois é na Europa que encontramos os mais variadíssimos exemplos que adotam estratégias bastante diferentes e muito atuais em termos de respostas adequadas às novas necessidades humanas e urbanas.

Entende-se, portanto, que qualquer tipo de promoção habitacional de interesse social de pequena escala, bem desenhado e qualificado, surge nas cidades como resposta às novas necessidades e mecanismos do habitar contemporâneo como medida de (re)vitalizar os centros urbanos e oferecer aos respetivos habitantes um sítio harmonioso e humanizador, refletindo uma construção coesa na paisagem urbana. Portanto a situação atual da habitação de interesse social em Portugal passa, como já foi dito anteriormente, pela redução da ocupação territorial, oferecendo uma forma urbana mais atraente às cidades. E nada melhor para terminar este tema, com a frase de Leonardo Benévolo e Benno Albretch: “ (...) *os desafios a enfrentar no mundo de hoje não dizem apenas respeito às quantidades e aos números, mas também, - e sobretudo - à complexidade e à subtilidade (...)* ”.⁷⁶

⁷⁵ COELHO, António Baptista (2009) - **Cidade e Habitação de Interesse Social**, Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído, p.20.

⁷⁶ BENEVOLO, Leonardo, ALBRETCH, Benno (2004) - **As Origens da Arquitetura**, Edições 70, Lisboa, 2004, p.10.

4.2 | As atuais necessidades de HIS em Portugal

Em Portugal, nos últimos anos, a habitação de interesse social, tem vindo a ser alvo de grandes mudanças e de uma situação paradoxal. Segundo o IHRU (2015, p.3)⁷⁷, somos cada vez mais confrontados com a falta de oferta de alojamentos para famílias carenciadas, por outro lado há um grande número de edifícios devolutos que poderiam ser reabilitados por vários promotores da HIS e principalmente pelos municípios. É neste contexto que surge a presente estratégia, por parte de várias entidades promotoras, direcionada para o desenvolvimento de novas soluções de habitação de interesse social e para a requalificação dos alojamentos existentes.

Atualmente, as necessidades habitacionais têm-se diversificado o que levou a repensar os programas de habitação de acordo com as tendências sociais, adequando-os aos novos modelos de organização familiar. Os conjuntos habitacionais hoje projetados, caracterizam-se na maioria por conjuntos até um máximo de 50 fogos, privilegiando a pequena escala, e a adequada integração local. Nos últimos 40 anos a dimensão média das famílias tem vindo a reduzir-se, em contrapartida as habitações de maior dimensão (acima do T2), têm vindo a aumentar, existe assim um desfasamento entre a mudança do núcleo familiar e as tipologias habitacionais de oferta nos mercados. As atuais necessidades procuram a oferta de tipologias de alojamento adequadas à redução da dimensão das famílias, e esta procura passa por dinamizar a oferta de habitações de tipologias T0 e T1. A redução do núcleo familiar deverá também ela, corresponder a uma redução do espaço doméstico, ou à redução do número de compartimentos que o compõem, referindo-nos a Ana Moreira (2013,p.91)⁷⁸, que também ela concretizou um estudo aprofundado das atuais formas de habitar. Portanto defende-se assim, uma estratégia habitacional económica e diversificada diferente dos estereótipos do passado, mas também o incentivo à promoção das intervenções, sejam elas de reabilitação ou construção nova, na medida de se privilegiar a promoção de interiores domésticos adaptáveis e uma procura de arrendamento, cada vez mais, por parte de estudantes, jovens casais e idosos.

Além do modelo familiar, outro fator de mudança importante é o modelo de mobilidade e emprego, que tem também grandes implicações nas necessidades de alojamento, gerando novas procuras de habitações temporárias e arrendamento de espaços mais pequenos e por um período de curta duração. Esta transformação obriga a novas e renovadas ofertas tipológicas em termos de habitação de interesse social e à flexibilização espacial, fator este que pode permitir uma maior durabilidade da habitação por adequação espacial e funcional ao longo do tempo, e desta forma ter a capacidade de dar resposta a mudanças de necessidades e a diferentes utilizadores.

⁷⁷ IHRU - *Estratégia Nacional para a Habitação, Desafios e Mudanças*, 2015, p.3.

⁷⁸ MOREIRA, Ana Silva (2013) - *À Procura dos Novos Modos De Habitar*, Lisboa, 2013, Dissertação de Mestrado em Arquitetura de Interiores pela FAUL.

Por fim e talvez o aspeto mais importante da HIS é bastante aprofundado por António Baptista Coelho (2008)⁷⁹ é a imagem da mesma, o desenho da arquitetura é essencial para o seu sucesso, ele permite criar uma adequada integração local e também permitir que o edifício não demonstre que é destinado a habitação social, reforçando a satisfação dos seus habitantes. Para terminar, volta-se a reforçar a ideia de que todas as intervenções habitacionais de interesse social devem apresentar uma qualificação urbana pormenorizada de pequena escala, pensada para cada sítio e com qualidade, para que sejam verdadeiros exemplos nas cidades.

4.3 | Casos paradigmáticos da atualidade da HIS em Portugal

“A melhor habitação de interesse social portuguesa é caracterizada por uma estimulante diversidade de soluções, onde se constata as evidentes vantagens físicas e sociais da pequena dimensão e da máxima integração das intervenções.”⁸⁰

Conforme afirma António Baptista Coelho (2009, p.6), o que aqui se pretende dar a conhecer e analisar, em relação à HIS em Portugal são precisamente os pequenos edifícios de habitação social nos centros urbanos, que começam a ter cada vez mais ênfase nas nossas cidades, e é precisamente a partir do século XXI que começam a surgir estes novos exemplos do habitar contemporâneo. Todos estes projetos, surgem quer da promoção municipal, das cooperativas de habitação ou por instituições particulares, destinando-se à venda ou arrendamento, e são caracterizados pela diversidade de soluções e pelas vantagens urbanas e sociais associadas à sua pequena dimensão.

Os exemplos aqui expostos, demonstram que é possível viver numa cidade multiétnica e multicultural com soluções habitacionais bem conseguidas e com qualidade arquitetónica que determina a convivência dos moradores. Este é sem dúvida um dos aspetos fundamentais para uma melhor integração social, cultural e física das pessoas que procuram estas habitações e soluções no mercado. Atualmente a HIS resulta essencialmente do preenchimento de vazios nos centros urbanos e reabilitações, os casos que se seguem caracterizam-se por pequenos edifícios de habitação de interesse social onde a integração e a mistura de diferentes pessoas e atividades só é possível através do seu desenho. É de salientar que os exemplos que se seguem, se caracterizam por uma notável integração na malha existente e por uma ótima qualidade arquitetónica, e sendo destinados a HIS introduzem-se na cidade de maneira a que não seja perceptível a sua finalidade, um fator importante na sua integração física e social.

⁷⁹ COELHO, António, Baptista - **Novas formas de habitar (II): Unidades residenciais**, Infohabitar 200 (Revista semanal sobre o habitat humano), Lisboa, 2008.

⁸⁰ COELHO, op. Cit., nota 61, p.6.

O primeiro exemplo aqui exposto remete para um conjunto habitacional bastante paradigmático e que recebeu o Prémio IHRU 2008 de Construção, sendo ele o conjunto habitacional de 21 fogos nas Fontainhas no Porto (Fig.31), projeto da autoria dos arquitetos Hélder Ribeiro e Amândio Cupido. Caracteriza-se por uma recente intervenção urbana de pequena escala integrada na malha existente e um excelente exemplo de introdução da habitação social na cidade, e é composto por 5 edifícios independentes, sendo um deles apenas de equipamento direcionado para apoio aos habitantes em diversas atividades.



Figura 31a, 31b, 31c e 31d - Hélder Ribeiro, Conjunto de Habitação de interesse social de Fontainhas, 21 fogos, Porto, 2007.

O segundo exemplo de habitação igualmente de pequena dimensão e integração desta vez na cidade de Lisboa, é o edifício do arquiteto Nuno Távora, este edifício caracteriza-se por preencher um vazio e gaveto entre a Rua do Mercado e rua da Silva (Fig.32), acerca deste edifício ainda não se encontra muita informação, mas desde logo quando o vemos sobressai a sua linguagem arquitetónica. Ao nível dos materiais salienta-se o acabamento em betão, talvez uma novidade de materiais em projetos de caráter social e quando aos vãos, são bastante característicos de projetos de HIS pela implementação de portadas exteriores.



Figura 32a, 32b e 32c - Nuno Távora, Edifício de habitação Social na Rua do Mercado/Rua da Silva, 2005, Lisboa.

Por último, refere-se aqui um conjunto habitacional do arquiteto Gonçalo Byrne, através de alguma pesquisa aos seus trabalhos de HIS, pois como já foi referido anteriormente, a habitação de carácter social sempre esteve associada aos mais prestigiados arquitetos e sendo uma promoção que sempre acompanhou o desenvolvimento da arquitetura ao longo dos séculos, encontrámos então os edifícios na Ajuda em Lisboa do mesmo arquiteto, (Fig.33). O edifício em questão insere-se num conjunto urbano degradado que foi demolido para assim se construir um edifício de baixo custo, é composto por vários edifícios cada um com a sua própria entrada que permite logo avistar o logradouro e um total de 3 pisos que acompanha o declive do arruamento.



Figura 33a, 33b e 33c - Gonçalo Byrne, Edifícios na Travessa das Dores, 2015, Lisboa.

4.4 | A HIS em Portugal: síntese do capítulo

A relação entre arquitetura e sociedade funciona positivamente se houver mudanças de uma parte e transformação da outra. As mudanças serão sempre positivas se se tiver em conta as necessidades reais e específicas da sociedade em constante transformação. E no que diz respeito à habitação de interesse social, ela tem desempenhado um papel importante na arquitetura portuguesa contemporânea, por ser projetada por arquitetos e por cada vez mais se traduzir em exemplares programas habitacionais nas cidades. Relativamente à HIS em Portugal, ao longo dos últimos anos, bons e maus exemplos fizeram parte da sua promoção, quer pela sua má qualidade residencial quer pelo próprio programa habitacional, contudo os bons exemplos sobressaem e são uma mais-valia para o seu estudo.

Ficou evidenciada a necessidade de uma mudança no modo como se pratica a HIS, pois ela deve assumir-se na sociedade com novas perspetivas e ofertas adequadas aos novos e emergentes modelos familiares. O habitar contemporâneo trouxe novos problemas sociais, a partir dos quais surgem novas formas de habitar para as diversas classes e grupos sociais, mas também para os novos agregados familiares. Para responder a estes novos problemas, compete ao arquiteto compreender e responder de forma eficaz às questões atuais e propor propostas adequadas à realidade e aos diversos estilos de vida, que deverão refletir-se na organização do habitar; e tornou-se claro a importância de viver numa obra de arquitetura residencial bem desenhada e integrada na cidade.

A integração de pequenas de habitações de interesse social nos centros urbanos consolidados são uma mais-valia para a revitalização dos centros, antes desabitados e degradados. Os programas habitacionais com um grande número de fogos para alojar grandes grupos sociais, deixaram de ser solução para os problemas sociais, assim o arquiteto deve evitar grandes construções e tipologias excessivamente repetidas. A construção de edifícios de HIS nos centros urbanos devem apresentar características inovadoras quer ao nível tipológico, quer ao nível estrutural, e devem também promover a relação com a vizinhança e a disponibilização dos equipamentos e serviços necessários em cada local.

A cidade deve ser vivida por toda a população, todos têm direito ao seu usufruto e a habitação nela inserida deverá ser responsável por gerar espaços que promovam a vida urbana. Resta continuar a promover soluções residenciais que contribuam e respondam ao vasto leque das atuais necessidades contemporâneas e das novas formas de habitar da sociedade em constante transformação.

Capítulo 5 | Novas e atuais formas de habitar, novos caminhos do habitar e da cidade

“Houve tempos em que procurei perceber qual seria a “arquitetura para hoje”. Atualmente, a “urgência” estará em investigar, compreender e gerir “a cidade para hoje”, qualquer que seja a sua forma, percorrendo - eu, como tantos outros “seres urbanos” -, esse extraordinário caminho de múltiplas escolhas que ela tem para nos oferecer.”

Nuno Portas (2012, p.607)

5.1 | (Re)vitalizar ou (re)habitar a cidade e o centro urbano

A cidade contemporânea trouxe consigo novas necessidades da sociedade que depressa se tornaram uma ameaça para os centros históricos. A maior parte das cidades portuguesas e europeias não se souberam adaptar à sociedade contemporânea, sobretudo nos núcleos mais antigos da cidade. O crescimento das mesmas, e o processo de periferização, tornou evidente a necessidade de discussão sobre o retorno aos centros e o problema da habitação.

Num curto espaço de tempo, a partir da década de 80 até ao início do século XXI, presenciou-se uma forte expansão urbana e um processo de crescimento difuso, evidenciando uma modificação dos limites urbanos. Os centros urbanos das cidades sofreram nos últimos anos, um abandono por parte dos seus habitantes que procuravam um lugar de residência junto à natureza. A cidade passou a configurar um complexo sistema de redes e fluxos, colidindo com o seu núcleo central e tradicional. O crescimento das periferias levou a que os centros urbanos ficassem cada vez mais vazios, transformando-se em lugares degradados, obsoletos, abandonados ou descaracterizados, causando a sua perda de centralidade e por sua vez à marginalização social. Consequentemente, os centros históricos viriam a ter grandes problemas, sendo o principal a falta de gente que o habite de forma adequada e ativa.

Sobre todas estas grandes problemáticas, Aldo Rossi identifica três fases que explicam a génese da cidade moderna e caracteriza as transformações que levaram à degradação e decadência dos centros urbanos. A indústria foi a principal causa de todos os problemas dos centros, a primeira fase diz respeito ao crescimento urbano tendo como principal causa a “destruição da estrutura fundamental da cidade medieval que era baseada a absoluta identidade do local de trabalho como a habitação no mesmo edifício.”⁸¹ A expansão da área urbana levou ao início do fim da gestão doméstica, através da construção de casas em massa dos operários. Consequentemente, a segunda fase diz respeito ao processo de industrialização que trouxe como principal consequência o grande crescimento geográfico e demográfico das cidades através da habitação para a classe operária levando à destruição das relações de vizinhança. Por último, a desindustrialização é o resultado da terceira fase das grandes modificações urbanas da cidade moderna. Aqui, o desenvolvimento dos meios de transporte individuais e das grandes infraestruturas urbanas levou a que a habitação se tornasse cada vez mais independente dos locais de trabalho.

⁸¹ ROSSI (2001), op. Cit., nota 2, p.201.

“O centro Histórico, outrora constituía o centro vital da urbe no seu complexo social, meios urbanos de produção e de comércio, negócios e administração. Entretanto, a expansão física urbana rompe este quadro, ao deslocalizar os sectores produtivos, administrativos e residenciais, dando lugar à desertificação e envelhecimento da população residente, à pobreza e à degradação da atividade económica e dos edifícios.”⁸²

É nesta perspetiva de crescimento urbano que Lucília Caetano (1999, p.15)⁸³, refere nos seus textos que o centro histórico tem sofrido alterações à medida que os tempos avançam, no entanto, ele é visto como um local de memórias físicas e morais, possui importantes referências de identidade de quem lá habitou e habita ao longo do tempo.

Sabemos que o centro é composto por ruelas, edifícios típicos, monumentos históricos, integrando no tecido diversos edifícios antigos e simbólicos e também os mais diversos serviços. Porém, apesar de todas as potencialidades que apresenta, relativamente ao seu posicionamento de centralidade, diversidade social e económica, eles deixaram de ser apelativos à população, sendo uma das principais causas de abandono.

“Os centros e bairros históricos antigos manifestam atualmente uma imagem privilegiada, sintética e, de certa maneira, engrandecida, das dificuldades e das contradições com que se confrontam a valorização do património edificado, e em particular a sua reutilização. Noutras palavras: a sua integração na vida contemporânea.”⁸⁴

Através da leitura de vários autores como Aldo Rossi e Lucília Caetano, foi possível compreender os fatores principais das problemáticas dos centros urbanos das cidades em geral. Desta forma, é possível perceber que o centro histórico de uma cidade corresponde ao seu ponto inicial, onde durante séculos se ergueram alguns grandiosos e muitos sóbrios edifícios, reflexos das culturas que lá habitaram mas também das relações entre os habitantes. Portanto os centros das cidades são hoje áreas com problemáticas importantes para a gestão das mesmas, sendo necessário manter os seus valores culturais e identitários.

Segundo o IHRU, o setor da habitação em Portugal atravessa uma situação paradoxal, por um lado temos um elevado número de fogos devolutos, do outro a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação adequada às suas posses e necessidades. É neste sentido que surge a necessidade de dar resposta a este problema atual, preservando o património. Arquitetos e urbanistas têm vindo a alertar para a necessidade de “retorno ao centro” com projetos essencialmente de reabilitação e preenchimento de vazios. Estes projetos partem

⁸² CAETANO, Lucília (1999) - **Reabilitação e Revitalização dos Centros Históricos Urbanos, O Exemplo de Zaragoza**, Cadernos de Geografia, n.º 18, Coimbra, p.15.

⁸³ *Ibidem*, p.15.

⁸⁴ CHOAY, Françoise (2000) - **A Alegoria Do Património**, Lisboa, p.194.

essencialmente dos vários Municípios que têm vindo a discutir formas de requalificação e revitalização dos seus pontos centrais e mais antigos. As estratégias de reintrodução do programa habitacional na maior parte reabilitação têm como objetivo atrair de novo a população, sobretudo a mais jovem, mas também a idosa.

O termo “revitalização” surge na lógica de vitalizar os centros históricos principalmente com o habitar bem pormenorizado e qualificado interligando o habitante com a cidade. António Baptista Coelho (2010) refere nalguns dos seus artigos, que *“A cidade precisa da vitalidade da habitação, e a habitação precisa da vida cidadina, e por isso temos de enfrentar, rapidamente, os atuais problemas de falta de habitações vitalizadoras dos centros históricos...”*.⁸⁵ Os termos (re)vitalizar ou (re)habitar a cidade e o centro urbano, estão assim plenamente ligados, pois a introdução do novo habitar no tecido da cidade, vem vitalizar e qualificar a paisagem urbana conseguindo criar mais e melhores espaços de habitar a cidade, salvaguardando a sua memória. Mas para percebermos melhor estes dois conceitos nada melhor que começar, por distinguir o significado de cada um.

(Re)vitalizar

O conceito de (re)vitalização, segundo o estudo e análise de Catarina Miranda (2013, p.30)⁸⁶, resulta da aplicação de princípios de uma política que se caracteriza por um carácter integrador através de processos de recuperação do conjunto arquitetónico, segundo operações de reabilitação urbana, sem que se destrua. A (re)vitalização é aplicada sobre áreas mais antigas da cidade e visa revitalizar um determinado objeto seja ele um conjunto edificado, sejam áreas urbanas, como jardins, quarteirões, que se relacionam com um todo que deve ser constituído pelo edificado, mas também pelas relações do mesmo com o âmbito social e cultural. Estas intervenções têm como principal característica a integração das áreas urbanas com o edificado melhorando as condições de habitabilidade do tecido urbano e a qualidade de vida da população.

Em Portugal, registaram-se diversas intervenções no âmbito da reabilitação, nas décadas de 80 e 90. Estas ações de reabilitação urbana ocorreram principalmente nas grandes cidades de Lisboa e Porto, tendo sido esta última a ter mais intervenções que por sua vez se destacaram mais especificamente na Zona Ribeirinha. A cidade do Porto não deixou de ser afetada pelas tendências negativas do despovoamento que se tem vindo a referenciar. As alterações nos hábitos de consumo da sociedade levaram à degradação de grande parte do edificado do centro histórico da cidade. Porém são já várias as ações de reabilitação e revitalização na cidade ao longo dos últimos anos, que têm como objetivo a necessidade de criar uma nova metodologia

⁸⁵ COELHO, António, Baptista (2010) - *Caminhos da habitação e do urbanismo na cidade central ou na cidade “velha”*, Infohabitar (revista semanal sobre o habitat humano) n.º 303.

⁸⁶ MIRANDA, Catarina, Costa (2013) - **(RE) HABITAR O CENTRO HISTÓRICO: o caso de Palmela**, FA-UL, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, p.30.

de intervenção urbana que atribui à reabilitação no centro uma nova dinâmica que visa preservar o carácter histórico e memorial de cada lugar.

No processo de revitalização urbana da Baixa do porto, os princípios de intervenção vão ao encontro das problemáticas já mencionadas anteriormente, visando assim a constituição de uma imagem renovada da cidade, segundo, para Catarina Miranda (2013, p.42)⁸⁷, uma conceção multidimensional da reabilitação que integrou conjuntamente as dinâmicas físicas, funcionais, sociais, económicas e da mobilidade. O método de atuação sobre estas dinâmicas passou por desenvolver operações de reabilitação sobre os edifícios degradados e o delinear de um novo público-alvo, como se tem vindo a realçar. Estas intervenções destinam-se a jovens estudantes ou licenciados, jovens casais e população de meia-idade com capacidade em se reinstalar no centro da cidade, as operações direccionaram-se a um público mais jovem de forma a conferir uma mudança na realidade social baixa, com a intenção de desenvolver novas interações urbanas e de reavivar o núcleo a nível social, cultural e económico.

O Porto é umas das principais cidades do país onde a revitalização do centro histórico através da HIS tem vindo a ganhar cada vez mais ênfase. Várias têm sido as intervenções de reabilitação de edifícios em mau estado no centro histórico. Em 2016 a DomusSocial, (Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, constituída em 2000, visara entre outros setores, o desenvolvimento e implementação de projetos na área social), iniciou um programa de reabilitação do centro histórico onde visa reabilitar edifícios destinados ao arrendamento social. A reabilitação destes edifícios tem como principal objetivo inverter a lógica de muitas décadas e fazer regressar famílias que no passado foram deslocadas para as periferias.

As habitações implementadas têm como princípio determinante a sustentabilidade, tendo como objetivo integrar novas populações na área histórica, assim como a necessidade de preservar a população residente implementando equipamentos, infraestruturas e serviços adequados à fixação e satisfação das necessidades daqueles que habitam ou (re)habitam a zona histórica da cidade.

⁸⁷ *Ibidem*, p.42.

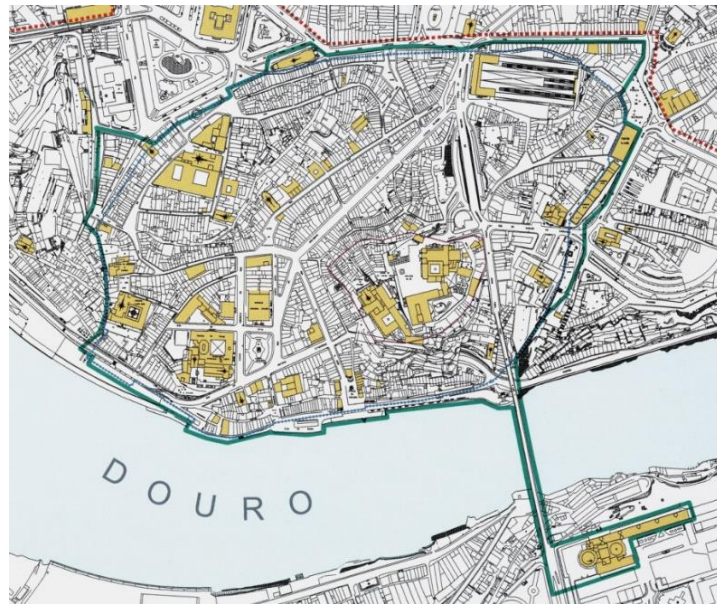


Figura 34 - Centro Histórico do Porto - Area classificada Património Mundial (verde), Area de proteção (vista parcial - vermelho) e muralha do século XIV (azul), Edifícios com interesse histórico (amarelo).

O edifício Loios situado no Largo do Loios, Porto, é um dos inúmeros exemplos de reabilitação no centro histórico, que demonstra o que melhor se tem vindo a fazer nos últimos anos, este edifício do séc. XIX foi reabilitado e concluído em 2014 por um jovem gabinete, OODA, implementaram 18 unidades habitacionais para turistas e estudantes num edifício de 1500m² num local centralizado da cidade do Porto (figura 35). Uma das tarefas mais exigentes no Porto hoje em dia é a intervenção sobre a maior parte dos edifícios do centro histórico que não estão ocupados em grande percentagem do tecido urbano central. A gestão responsável dessas estruturas afeta positivamente o ambiente construído e a conservação de recursos com benefícios sociais e económicos.



Figura 35a e 35b - a) Reabilitação de dois edifícios do séc. XIX, Largo dos Loios, Porto, OODA 2014, b) Planta de um piso.

(Re)habitar

O modo de habitar a cidade encontra-se em constante mutação, registando-se um desenvolvimento provocado pela mudança das dimensões sociais, políticas e económicas, assim é necessário formular novos modelos de apropriação do território de modo a criar uma vivência funcional e sustentável dos aglomerados urbanos.

O surgimento do conceito de (re)habitar segundo Catarina Miranda (2013, p.42)⁸⁸, parte da necessidade da reabilitação dos centros degradados, que por sua vez vem complementar a revitalização urbana. No desenvolvimento do modelo social e de adaptações de cariz económico e social que a sociedade atravessa, surge a oportunidade de superar alguns destes problemas através de ideias inovadoras. Ao conceptualizar uma intervenção urbana que promova o retorno da vida de um centro histórico, não se limita somente à reabilitação do edificado, mas o (re)habitar de lugares desocupados ou descaracterizados, através da sua reutilização ou aproveitamento para construção nova.

Portanto o conceito de (re)habitar pretende atuar num campo mais abrangente onde o princípio de atuação passa por detetar as novas necessidades da população alvo, e assim intervir através do reaproveitamento de um determinado espaço. Este novo modo de habitar sustenta-se segundo as transformações nos estilos de vida e das necessidades da atual sociedade, o que nos leva a procurar soluções para novos problemas. As constatações destas mudanças levam-nos a refletir e a pensar na “habitação para todos”, com a atual crise os problemas económicos atingem grande parte da população, o que nos leva a direcionar estas habitações para uma sua utilidade que privilegie o seu interesse social, e considerando que a habitação é caracterizadora da cidade, pois tal como refere Manuel Correia Fernandes, “*o modo mais natural de fazer cidade é fazê-la com habitação*” e a “*cidade sem habitação não faz sentido...*”⁸⁹.

Desta forma, surge a necessidade de introduzir Habitação de Interesse Social (HIS) integrada nos centros das cidades, de modo a flexibilizar a oferta de soluções urbanas residenciais e dando resposta aos urgentes desafios do habitar no século XXI.

Como já foi referido anteriormente, as grandes construções de HIS nas periferias das cidades, nada favoreciam ao bom vivenciamento dos seus habitantes, elas encontravam-se longe da vida urbana e de todas as infraestruturas necessárias, segundo afirma Nuno Teotónio Pereira (1996, p.24) “[...] são quilómetros e quilómetros quadrados de zonas suburbanas agrestes e tristes [...]”⁹⁰.

⁸⁸ MIRANDA, op. Cit., nota 60, p.30.

⁸⁹ FERNANDES, op. Cit., nota 4, p.3.

⁹⁰ PEREIRA, Nuno, Teotónio (1996) - *Tempos, Lugares, Pessoas, Público*, p.24.

Pois bem, é aqui que entram as novas soluções habitacionais de pequena dimensão, pois é nos centros consolidados que elas melhor se encaixam/integram e respondem às novas necessidades da população, pela vantagem de poderem usufruir de infraestruturas públicas, serviços e uma oferta cultural variada, “[...] *localizando estrategicamente as habitações e equipamentos por forma a serem colmatadas descontinuidades e rentabilizadas infraestruturas*” em “lugares de clara feição urbana” e criando “novos centros de serviços.”⁹¹

(Re)vitalizar ou (re)habitar a cidade e o centro urbano com habitação de interesse social, é uma mais valia para a integração da sociedade atual, pois é nas cidades que o homem, frequentemente, se afirma e realiza muitos dos seus objetivos e interesses. A aplicação do novo conceito de (re)habitar foca-se no reaproveitamento de edifícios e espaços devolutos, neste caso vazios urbanos à espera de uma intervenção, que se adaptem e traduzem numa oferta alargada à população alvo. As novas conceções arquitetónicas pretendem incidir nos agregados familiares reduzidos, maioritariamente casais jovens e idosos, sendo que estes últimos integram um dos grupos etários predominantes nos centros urbanos/históricos com um extrato social com baixos rendimentos.

A procura por pequenas habitações nos centros das cidades tem cada vez mais ênfase por parte dos jovens, que querem viver num lugar onde estejam junto de todos os serviços que necessitam, mas também por idosos com autonomia que querem viver na sua própria habitação junto de outros habitantes combatendo a solidão. Suplementarmente, esta integração entre jovens e idosos é uma mais-valia na interajuda e coesão social. Julga-se ser neste sentido de vitalizar a cidade com os mais jovens e idosos, pois são eles que usam maioritariamente a cidade.

Em suma, os princípios (re)vitalizar e (re-habitar) baseiam-se na conceptualização de experiências do (re)habitar das zonas históricas, tendo como lógica a reabilitação destes tecidos, segundo princípios de aproveitamento das préexistências e da consolidação de um sistema urbano de qualidade. É, ainda, de realçar a importância conferida à população residente enraizada nestes locais no âmbito destes processos; pois trata-se de uma opção de elementar justiça social (após decénios de quase abandono) e porque estes habitantes são portadores de vivências culturais e de tradições que conferem ao lugar a sua identidade.

⁹¹ *Ibidem*, p.25.

5.2 | Soluções habitacionais mais específicas para pequenos agregados familiares e seniores

Sempre que nos dias de hoje se fala de habitação de interesse social, fala-se de novos contextos e carências sociais. A crise que Portugal atravessa, criou carências económicas também à população sem problemas socioculturais, o que leva a uma procura pelas habitações de baixa renda por parte de população muito diversificada. Portugal tem vindo assim assistir a uma mutação dos modelos familiares, alterando-se o padrão de família numerosa com problemas económicos. Surgem cada vez mais agregados unipessoais e monoparentais, um aumento de casais sem filhos e ainda idosos. O contexto social crescentemente contaminado pelo discurso da emergência dos “novos tipos de família” que provocou a mudança social dos últimos anos, veio exaltar um aumento nos centros das cidades de agregados de uma ou duas pessoas, que por sua vez deverá influenciar adequadas alterações nas tipologias habitacionais a desenvolver hoje em dia no âmbito dos centros urbanos.

A partir do estudo da pesquisa das transformações na oferta da habitação e os modos de habitar face à transformação dos estilos de vida realizada por Sandra Marques Pereira (2012, P.137)⁹² em “Casa e Mudança Social” constatamos tal facto de que é cada vez mais perceptível nas grandes cidades portuguesas, nomeadamente em Lisboa, o grande notável crescimento, talvez surpreendente, das tipologias habitacionais pequenas. Ricardo Agarez, referenciado nos textos de Sandra (2012, p.138)⁹³, contribuiu bastante nesta temática com o seu levantamento exaustivo dos edifícios de habitação multifamiliar construídos nas Avenidas Novas na década de 60 salientando maioritariamente a existência de T1’s mas também a conjugação de tipologias diferentes no mesmo piso. Porém são os apartamentos T0’s que acabam por ganhar mais ênfase nos modos de habitar da sociedade atual, são constituídos por pequenas áreas, incluindo cozinha e instalação sanitária que rondam os 40 m² destinados às vivências contemporâneas de casas mínimas. Estes “studios” caracterizam-se por espaços pequenos mas espaçosos, económicos e de boa rentabilidade, perto de tudo e de todos, adaptados aos ritmos e exigências dos novos tempos são, muito para além de uma habitação, um conceito de vida destinado a quem quer a sua independência, sejam eles jovens em início de carreira, profissionais deslocados, estudantes e até mesmo idosos. Em Portugal são já vários os exemplos de T0’s ainda que poucos no campo da habitação de interesse social que se têm vindo aliar aos novos modos de habitar.

O seguinte gráfico (gráfico 1) representa a diferença percentual entre os valores dos indicadores que deram origem ao perfil regional de mudança familiar face à população de referência. O gráfico assume duas escalas: a da esquerda, relativa ao desvio percentual, e a da direita, relativa à dimensão média da família. Deste modo, as diferenças em relação à população de

⁹² PEREIRA, Sandra, Marques (2012) - **Casa e Mudança Social, uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa**, Caleidoscópio, [s.l.], p. 137.

⁹³ *Ibidem*, p.138.

referência crescem na razão direta do aumento do desvio percentual. Verificamos também, a partir da (tabela 3), que os *studios* e até mesmo *lofts* apresentam-se como o tipo habitacional mais habitado por pessoas sós ou sem filhos.

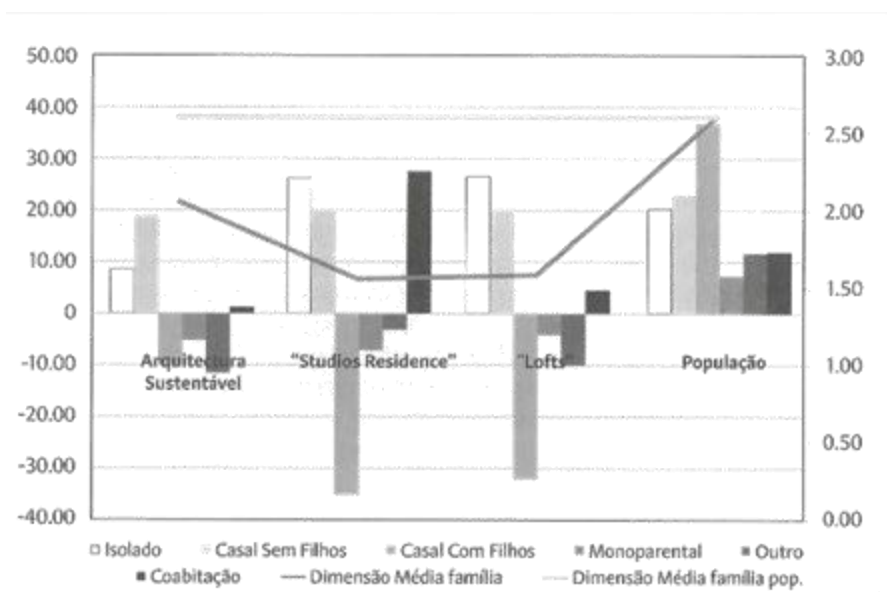


Gráfico 1 - Desvio das componentes do perfil regional de mudança familiar face à população de referência.

Tipo Habitacional		Arquitetura Sustentável	Studios Residence	Lofts	Total
Tipo de Família	N	13	27	28	68
	% no Tipo Habitacional	28,9	46,6	46,7	41,7
Casal sem filhos	N	19	25	26	70
	% no Tipo Habitacional	42,2	43,1	43,3	42,9
Casal com filhos	N	12	1	3	16
	% no Tipo Habitacional	26,7	1,7	5	9,8
Monoparentais	N	1		2	3
	% no Tipo Habitacional	2,2	-	3,3	1,8
Agregado s/ núcleo conjugal c/2 ou + pessoas c/relação de parentesco	N		1		1
	% no Tipo Habitacional	-	1,7	-	0,6
Agregado c/2 ou + pessoas s/relação de parentesco	N		4	1	5
	% no Tipo Habitacional	-	6,9	1,7	3,1
TOTAL		45	58	60	163
		100	100	100	100

Tabela 3 - Tipo de família por tipo habitacional

Portanto, na atualidade quem procura um local para viver, procura essencialmente um espaço adaptado às necessidades da sociedade contemporânea, cada vez mais caracterizada pelo acelerado ritmo de vida. Uma cidade culta depende de soluções integradas na cidade, e que tenham em conta o mundo urbano exterior e interior, que conjuguem soluções específicas adaptáveis aos diversos hábitos permitindo a integração de uma vida urbana intensa e contínua, não só às pessoas com problemas socioculturais e económicos, mas também a todas as outras que querem participar de uma vida urbana intensa.

Verificamos o atual e significativo crescimento do número de pessoas que vivem sós e que procuram tipologias de pequena dimensão e reduzido custo da renda. Mas são também os jovens independentes a procurar habitações adequadas aos seus modos de vida, sejam eles estudantes ou estando no início da carreira. Na ampla visão de António Baptista Coelho, as intervenções na cidade central, “ [...] têm de ser, cada vez mais, de pequena escala, bem pormenorizadas e qualificadas no seu desenho arquitetónico [...] ”⁹⁴, e é para este tipo de habitante, jovem, que surgem soluções de habitação mínima, considerada a primeira residência independente para os jovens. Tendo em conta o tamanho reduzido dos apartamentos tipo para estudantes, o espaço é aproveitado ao máximo com pequenas cozinhas e pequenos dormitórios, realçando mais uma vez o espaço de trabalho.

*“ [...] Vitalizar a cidade com jovens e pequenos agregados familiares para os quais tal possibilidade será um elemento fundamental na manutenção ou na redescoberta do interesse, da riqueza e da vitalidade e funcionalidade na vida diária em meio urbano denso; enquanto no caso dos seniores o resultado será a contribuição para a manutenção da vitalidade individual, em termos físicos e mentais - e mesmo com excelentes efeitos na sua saúde. ”*⁹⁵

Por outro lado, deparamo-nos também nos dias de hoje com uma população cada vez mais envelhecida, constituída por pessoas sós que procuram um maior conforto, qualidade e adaptabilidade residencial. Atualmente encontramos ainda um número significativo de pessoas sós a habitar num espaço com várias divisões que não são utilizadas, criando assim espaços desaproveitados e fechados. É fundamental pensar/projetar tipologias de pequenas dimensões, que sejam funcionais e possuam o espaço doméstico essencial bem desenhado.

As políticas sociais no caso de Portugal tentam, de um modo geral, responder a estas novas necessidades, porém a variedade de alternativas ao nível de recursos de habitação para idosos limitam-se, frequentemente, a lares de idosos ou centros comunitários. No entanto um idoso com autonomia física e mental tem o direito de habitar na sua própria habitação. Salienta-se a importância em implementar tipologias adequadas aos mesmos, ainda que os respetivos fogos devam ser desafogados/funcionais e nivelados no sentido de ter em conta a deslocação do

⁹⁴ COELHO, António, Baptista (2010) - *Caminhos da habitação e do urbanismo na cidade central ou na cidade “velha”*, Infohabitar (revista semanal sobre o habitat humano) nº 303.

⁹⁵ *Ibidem*.

idoso, tendo menos compartimentos para flexibilizar o espaço e assim tornar todo o ambiente mais confortável.

No que diz respeito a habitações para idosos, Victor Regnier (2002, p.4) é um estudioso e pioneiro na investigação sobre os sistemas de apoio habitacional a idosos, nomeadamente na área da habitação assistida. Nesta matéria importa referir algumas particularidades a ter em conta quando se projeta habitação para este nível etário. Para Regnier, a habitação para idosos deve possuir um carácter residencial tanto quanto for possível, de modo a que o habitar destes idosos seja fácil e integrador.

As habitações devem possuir um tamanho equilibrado e bem relacionado com o facto de os idosos serem criteriosos no uso e escolha dos diversos espaços da habitação, potenciando a sua vivência, *“Uma pequena Kitchenette e uma casa de banho completa tornam a unidade de habitação completa.”*⁹⁶ No que diz respeito ao próprio edifício, ele deve localizar-se em áreas centrais, *“ [...] junto a outros bairros, [...] as escadas abertas devem ligar os pisos para estimular o desenvolvimento de amizades e comportamentos de ajuda.”*⁹⁷ É relevante a existência de galeria e pátio, sendo que este último como espaço exterior circundante é também ele importante neste tipo de habitações, devendo fazer parte do tipo de características a ter em conta quando se projetam habitações para esta população. Relativamente à relação interior/exterior aconselha-se a integração nas habitações de uma zona de varanda, pois este elemento permite que o habitante (idoso) experiencie o contacto com o exterior sem sair da sua habitação.

É também importante desenvolver habitação adaptada a todos os níveis etários sejam eles jovens ou idosos, na medida em que nos dias de hoje é fulcral projetar arquitetura flexível e funcional atendendo à polivalência dos hábitos contemporâneos.

⁹⁶ REGNIER, Victor, Faia (2002) - **Design For Assisted Living, Guidelines for Housing the Physically and Mentally Frail**, United States of America, p. 4 (traduzido do Inglês para Português).

⁹⁷ *Ibidem*, (traduzido do Inglês para Português).

5.3 Habitação de Interesse Social: novas soluções e tipologias

Focando-nos um pouco nas matérias tipológicas que respondem às atuais soluções habitacionais, verificamos uma diversidade tipológica que dá corpo à habitação de interesse social nos dias de hoje. O interior doméstico tem vindo a evoluir cada vez mais através da apropriação que cada habitante tem perante o espaço. Como anteriormente referido, hoje as tipologias T0 e T1 predominam na habitação por diversos fatores, seja pelos atuais modelos familiares, seja pelas necessidades contemporâneas.

O interior habitacional é cada vez mais adaptável e multifuncional, por exemplo, a cozinha é cada vez mais um espaço comum com a sala de estar, talvez porque hoje passamos menos tempo em casa não necessitando de um espaço totalmente equipado para cozinhar. A sala apresenta-se como um espaço inovador onde ocorrem distintas atividades, desde sala de estar a espaço de trabalho, pois hoje são já vários profissionais a trabalhar a partir de casa que necessitam de converter o espaço de lazer também em espaço de trabalho, numa perspetiva designada de casa escritório. O quarto tem vindo a diminuir de área, pois alguns anos atrás concebiam-se quartos com uma grande área, porém hoje verifica-se que como sendo uma zona, essencialmente, para dormir, não necessita de ser grande, à exceção de quartos para tipologias assistidas para idosos e de quartos de estar e de trabalho. Portanto, há que ter em conta que devem existir diversas soluções tipológicas, desde a mínima/célula, até à habitação assistida.

Existem já vários casos de habitações que possuem as características que têm vindo a ser mencionadas, daí ter sido fundamental estudar vários exemplos que suportassem a execução do projeto final a realizar neste trabalho. Porém por se caracterizarem ainda essencialmente por programas tipológicos recentes, nomeadamente em Portugal, foi essencial recorrer a projetos fora do país e caracterizados por possuírem, de um modo geral, uma imagem contemporânea pouco evidenciadora do seu programa, pois é também este um dos objetivos pretendidos como resultado final.

5.3.1 | 51 Habitações sociais públicas para jovens em Barcelona

Ficha Técnica

Designação: 51 habitações sociais de aluguer/ Conxita Balcells Blesa

Promotor/Cliente: Proeixample. Fundació família i benestar social

Projetistas: Conxita Balcells

Colaboradores: Mariona Benedito, Laia Cisteró, Mariona Genís, Ana Lete e Heike Loewen

Construtor: e.d.o.s.e.r.

Área de Construção: 3875.0 m²

Data de Construção: 2007

Tipologias: 51 T0's

Apresentação

O edifício habitacional promovido pela e.d.o.s.e.r. é constituído por 51 habitações sociais de aluguer para jovens e fica situado na rua Carrer de Sardanya, Barcelona. O programa habitacional é composto por 51 habitações T0's com 36 m² úteis. Segundo Conxita, arquiteta coordenadora do projeto, o edifício tornou-se num bom recurso para a cidade e os seus jovens habitantes.



Figura 36a e 36b - Edifício de habitação para jovens / Pormenor das fachadas.

Acessos/ Espaços Comuns

O acesso ao edifício é feito pela entrada principal que se localiza na interseção dos dois blocos voltada para a rua. A posição dos dois blocos permitiu desfrutar das melhores direções em termos de orientação, um bloco voltado para Sudeste e o outro voltado para Oeste, os dois volumes foram desenvolvidos com sistemas de consumo de energia e gestão racionalizada que melhora o uso e o conforto e deste modo atingem a máxima ventilação cruzada e exposição solar.

Ao nível das fachadas, elas apresentam-se completamente fechadas na direção Norte, apenas com um mínimo de perfuração a fim de assegurar a ventilação, as restantes fachadas são constituídas por grandes vãos para entrada de iluminação e controle climático através de sistemas de portadas de correr.

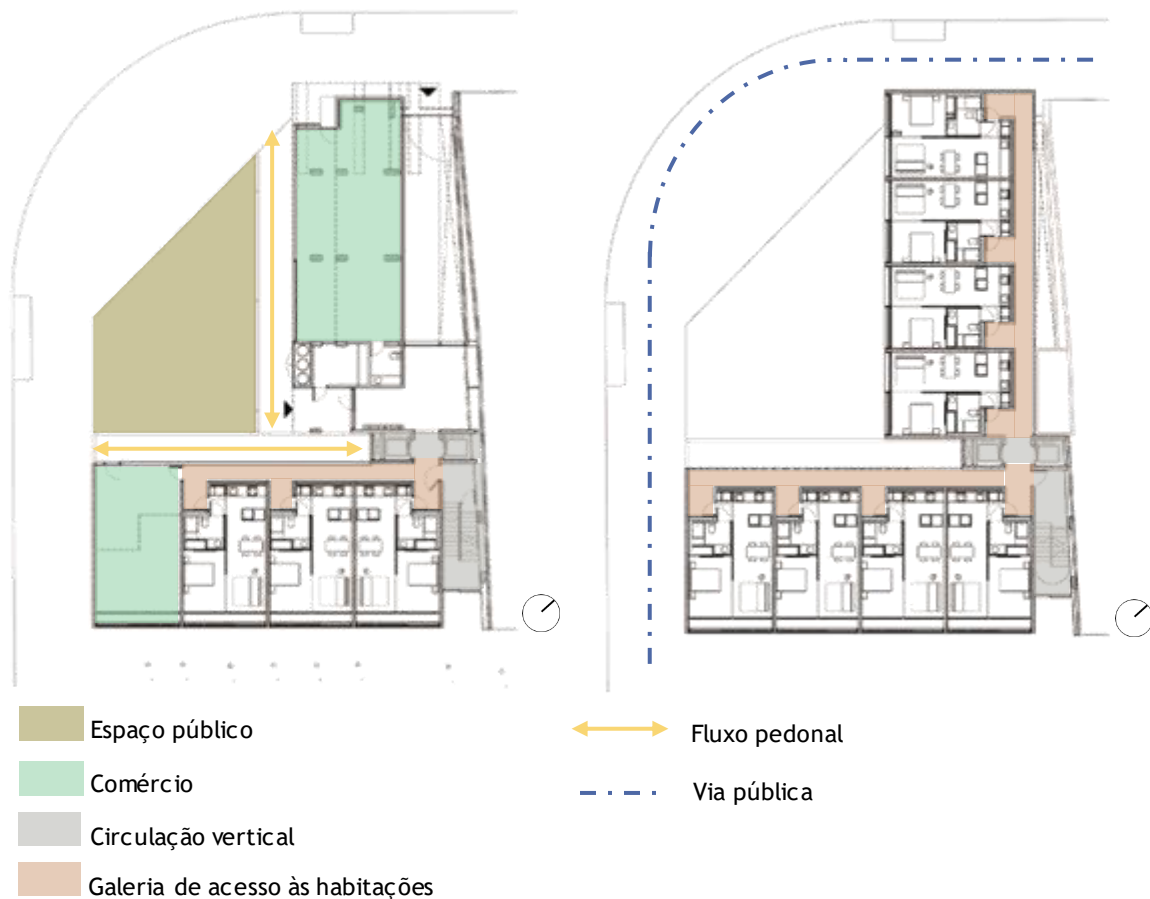


Figura 37a e 37b - Plantas, piso 0 e piso 1, sucessivamente.

Habitações

As tipologias T0's têm acesso através de duas galerias voltadas para o interior dos blocos, a entrada para as habitações encontra-se recuada relativamente à galeria, dando um pouco de privacidade à entrada de todas elas. As habitações são divididas em dois núcleos, o de dia (zonas de sala e cozinha) e o de noite (quarto e instalação sanitária), esta divisão é feita a partir de painéis de correr que permitem uma versatilidade do espaço.

Todas as tipologias dispõem apenas de aberturas de um lado oposto, ou seja sala e o quarto têm iluminação direta, as habitações que constituem o bloco voltado a Oeste dispõem de janelas, enquanto no bloco voltado a Sudeste usufruem de uma varanda que preenche na totalidade a frente de cada uma. No seu interior dispõem apenas de equipamentos mínimos essenciais que garantem a durabilidade e o desempenho de cada uma e que se considera que são suficientes para um jovem.



Figura 38a e 38b - Tipologia tipo / Imagem do interior.

5.3.2 | 27 Habitações sociais para jovens em Barcelona

Ficha Técnica

Designação: 27 habitações sociais de aluguer para jovens em Barcelona

Promotor/Cliente: INCASÒL

Projetistas Coordenadores: Emiliano López e Mónica Rivera, arquitetos

Colaboradores: Florence Grieco, Sandra Hernandez e Alvaro Solis

Construtor: Constructora d'Aro

Área de Construção: 2,2550 m²

Data de Construção: 2007

Tipologias: 19 T0's, 4 T1's e 4 T2's

Prémios: Finalista X Bienal Española de Arquitectura/ Prémio Arquitectura FAD 2008/ Prémio Mies Van der Rohe 2009, Arquitectura Contemporânea

Apresentação

O edifício habitacional promovido pela INCASÒL é constituído por 27 habitações sociais de aluguer para jovens e fica situado no distrito de Sant Andreu, Barcelona. O programa foi denominado de 6 apartamentos por andar: cinco para uma ou duas pessoas com 40 m² úteis e um para duas ou três pessoas com 50 m², no total de cinco pisos. O edifício está localizado num lote trapezoidal, daí a sua forma. Os arquitetos começaram a projetá-lo de dentro para fora, com especial atenção para as qualidades espaciais do interior, aspeto ao qual se julga que não é dada suficiente atenção nas habitações de interesse social na atualidade.



Figura 39 - López Rivera, edifício de habitação social para jovens, Barcelona, 2003-2007 - Fachada Principal.

Acessos/ Espaços Comuns

Aproveitando o clima mediterrâneo, a entrada dos apartamentos é feita na rua de trás do edifício que é voltado para um pátio interior, típico em Barcelona. A galeria de acesso às habitações é bastante ampla e pode ser apropriada pelos habitantes o que permite criar um espaço “semiprivado” de cada um, ligado à habitação através da janela com um peitoril de 60 cm que dá para a cozinha, funcionando para mover ou colocar objetos o que resulta de uma extensão do apartamento para a galeria, promovendo a interação social e a ideia de comunidade.



Figura 40a e 40b - A direita, galeria de acesso aos vários pisos e habitações, à esquerda, pormenor dos *slats* nos vãos.



Figura 41a e 41b - Planta dos pisos 0 e 1, respetivamente.

Habitações

Todas as habitações dispõem de luz natural em todas as áreas e duas fachadas opostas abertas. A cozinha e a instalação sanitária estão voltadas para a galeria de acesso e para o pátio, enquanto a sala e o quarto estão voltados para a fachada principal localizada a sudeste, na extremidade sul da sala foi projetada uma pequena galeria protegida por uma superfície de vidro que funciona como um recetor solar no inverno, constituído por *slats* exteriores, (grelha de alumínio com efeito de sombreamento cujo o ângulo das ripas é ajustável para controlar a entrada de luz), no verão as portas dobráveis da pequena galeria, aquando abertas, permitem transformá-la numa varanda que se estende pela sala.

O quarto é separado por grandes portas de correr, também ele tem uma janela de pequenas dimensões com ripas que filtram a luz solar, conforme pretenda o usuário. O acesso à instalação sanitária também é feito pelo quarto, surgindo primeiro apenas o lavatório e depois os restantes equipamentos sanitários que levam até à zona de lavandaria que se posiciona na galeria de acesso ao edifício, esta é constituída também por *slats* fechados de aço galvanizado e folhas de fibrocimento. Esta saliência na galeria permite resguardar o espaço “semiprivado” que se situa na galeria e que transporta a habitação para a mesma, criando laços de amizade entre os outros habitantes.



Figura 42a e 42b - a) Tipologia tipo, b) imagem do interior/ligação da sala com o quarto.

5.3.3 | 85 Habitações para idosos em Barcelona

Ficha Técnica

Designação: 85 habitações supervisionadas para idosos em Barcelona

Promotor/Cliente: Patronat Municipal de L'Habitatge

Projetistas: Sergi Serrat, Ginés Egea, Cristina García e Roberto González

Colaboradores: Juan Ortega, Anne Hinz e Tine Mahler

Área de Construção: 10.000 m²

Data de Construção: 2009

Tipologias: 85 T0's, 45 m²

Apresentação

O edifício misto de 85 habitações supervisionadas para idosos e equipamentos fica situado na zona de Carrer de Can Travi em Barcelona, é composto por um programa misto de habitação e equipamentos e construído com contenções económicas. O edifício é constituído por dois blocos dispostos em “L” sendo que o bloco orientado a Sudoeste é composto por 5 pisos, do qual um é de estacionamento, o bloco orientado a Sudeste é composto por 6 pisos, sendo o primeiro de serviços e de acesso às habitações, estão ambos orientados para sul com vistas sobre Barcelona e pousam sobre uma plataforma de um piso onde funcionam todos os serviços disponibilizados para os idosos.



Figura 43a, 43b e 43c - Edifício de habitação para idosos - Barcelona.

Acessos/ Espaços Comuns

Dada a forma de “L” que configura a ligação dos dois blocos, a entrada de acesso a ambos é feita na zona onde os dois blocos se tocam e voltada para a rua a tardoz. O acesso às habitações é feito através de duas galerias fechadas e orientadas sobre o perímetro Norte em ambos os dois blocos, possuindo vãos para a sua iluminação. Os vários espaços comuns/comunitários situam-se num plano de apenas um piso, funcionando como terraço no centro dos dois blocos, dele resultam a receção, o espaço público, salas de estar e outras atividades, todos eles permitem o máximo de conforto e bem-estar para os seus habitantes.



Figura 44a e 44b - Acesso às habitações/galeria a Norte, sucessivamente.



Figura 45 - Planta do piso da entrada/habitacional.

Habitações

O projeto resolve-se maioritariamente a partir das unidades habitacionais T0's com 45 m². A planta organiza-se através de diagonais para alargar as vistas interiores, após a entrada de cada habitação surge a cozinha, estando esta e a instalação sanitária, orientadas para Norte e a sala e quarto, orientadas para Sul. Todas as habitações dispõem de varandas recolhidas no edifício, estas ocupam uma grande parte de cada tipologia e constituem vazios e cheios nos alçados, funcionam ainda como o local de várias atividades domésticas podendo ser observadas pela cidade. No seu todo, as habitações de pequenas dimensões oferecem um local de habitação pequeno e harmonioso para pessoas de meia-idade, oferecendo conforto e equipamentos necessários para esta fase de vida da população.



Figura 46a e 46b - Interior das habitações.

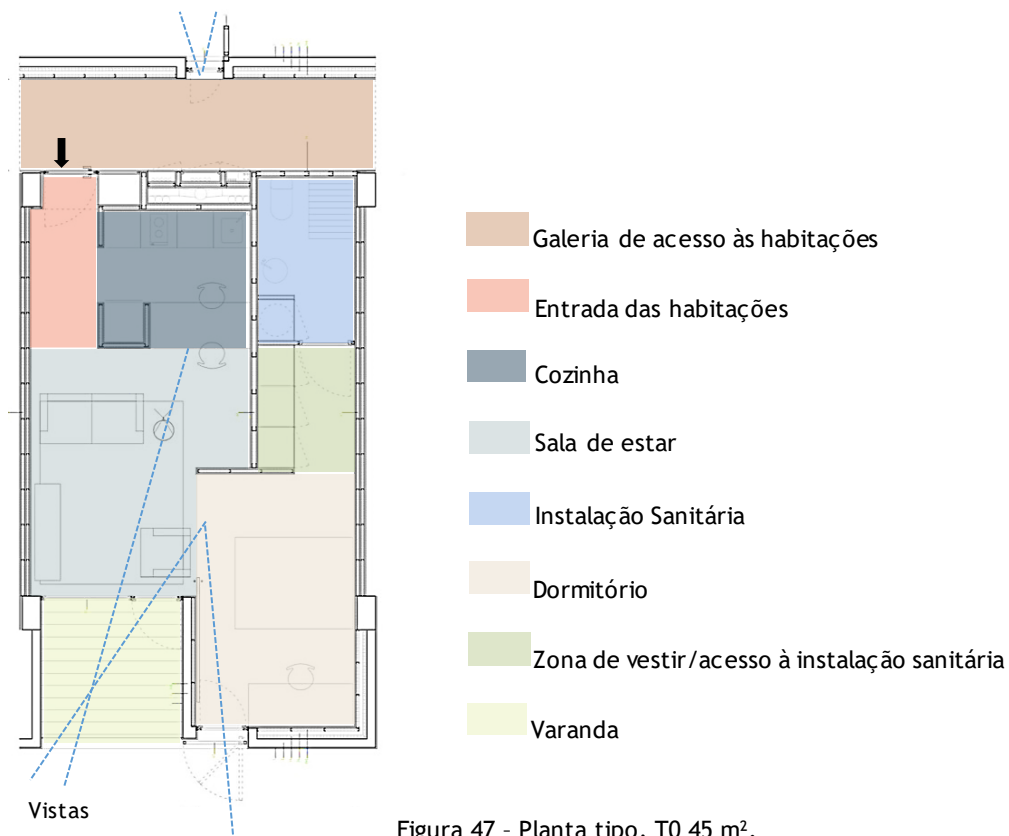


Figura 47 - Planta tipo, T0 45 m².

5.3.4 - Habitação para seniores em Masans, Switzerland, Suíça

Ficha Técnica

Designação: 22 apartamentos assistidos para idosos em Switzerland

Projetistas: Peter Zumthor

Data de Construção: 1993

Tipologias: 22 T0's

Apresentação

O edifício de 22 habitações para idosos fica situado na cidade de Masans, perto de Chur, na Suíça. O complexo residencial foi projetado pelo conceituado arquiteto Peter Zumthor, adjacente a uma casa de repouso que auxilia o edifício através dos seus serviços. Ele é constituído por dois pisos de habitação tipo T0 com áreas mínimas indicado para pessoas idosas capazes de gerir as suas próprias casas. Foi construído com materiais locais com o intuito de criar um ambiente tradicional e confortável para os seus habitantes.



Figura 48 - Peter Zumthor, residência para idosos, Suíça 1993

Fachada Principal (oeste).

Acessos/ Espaços Comuns

A entrada para o edifício é feita através de duas entradas da fachada a leste, integradas e paralelas à galeria de acesso às habitações. A galeria de acesso dispõe de grandes vãos de altura dupla, característicos do trabalho de Zumthor, eles permitem bastante entrada de luz nos acessos amplos e transformados num espaço comum, idêntico à galeria do edifício para jovens em Barcelona dos arquitetos Emiliano López e Mónica Rivera, como já foi referenciado anteriormente. Esta galeria funciona como uma espécie de sala de estar, subtilmente parcelada pela repetição dos apartamentos e mais tarde pelo mobiliário pessoal de cada habitante, transformando-a num espaço comunitário e favorecendo relações entre vizinhos.



Figura 49a, 49b, 49c, 49d - Peter Zumthor, residential home for the elderly, Suíça 1993

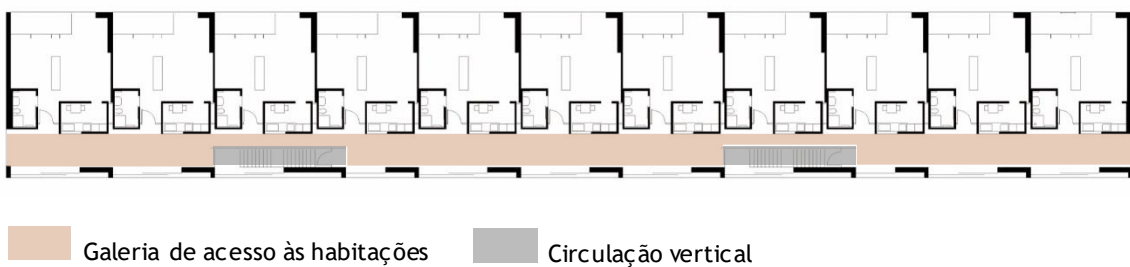


Figura 50 - Planta do piso habitacional.

Habitações

Cada apartamento T0 possui uma cozinha, sala de estar, quarto e instalação sanitária, a cozinha e instalação sanitária orientam-se para leste e para a galeria de acesso, tendo a sala um vão para a mesma o que permite prolongar a habitação para a galeria, enquanto a sala, quarto e varanda abrigadas, orientam-se para oeste, em direção ao vale como paisagem de fundo.

A fachada oeste de cada habitação é quase na sua totalidade coberta por grandes vãos incluindo as varandas. O quarto e a sala de estar apenas são divididos por um armário, criando uma imagem em cada habitação como uma peça de mobiliário desde o seu volume e divisão de cada espaço. A saliência das cozinhas em relação à galeria cria um ritmo concedendo a imagem de movimento de dentro para fora (Fig.52).



Figura 51a e 51b - Peter Zumthor, residential home for the elderly, Suíça 1993

Planta tipo/interior.

5.4 | Novos caminhos do habitar e da cidade: síntese do capítulo

O tema dos novos caminhos do habitar e da cidade vem finalizar a pesquisa em que incidiu a presente dissertação. Vários fatores estiveram associados às transformações das cidades que por sua vez trouxeram mudanças nas formas de a habitar. A sociedade tem vindo a sofrer grandes mudanças ao longo dos últimos anos, aliás ainda desde o século XX, pois os problemas do habitar arrastam-se há já algum tempo. Contudo o século XXI revelou-se num ciclo de mudança que incidiu sobre grande parte dos fatores que causaram grande parte dos problemas relacionados com a decadência dos centros das cidades e mesmo das propostas de habitar.

Perante o vasto conjunto de mudanças aceleradas e complexas das vivências da sociedade contemporânea, é necessário que os arquitetos da atualidade respondam, ao nível da conceção do espaço habitacional, às alterações relacionadas com o habitar de forma a corresponder aos novos estilos de vida dos seus habitantes. A (re)vitalização ou o (re)habitar da cidade e do centro urbano caracterizam-se pelos princípios implementados nas cidades, de forma a garantirem a vitalização das mesmas e deste modo oferecer uma nova oportunidade a quem lá habita ou se fixa atendendo aos novos desafios impostos pela sociedade contemporânea. Portanto (re)vitalizar os centros urbanos, implica ter em conta os problemas socioeconómicos que hoje são sentidos, daí ser importante desenvolver projetos num campo mais social e para isso é essencial desenvolver habitação adequada às exigências atuais, seja ela para famílias carenciadas, mas essencialmente para o público que hoje é mais numeroso e habitacionalmente carenciado nas cidades, sejam eles pessoas sós, pequenos agregados familiares e idosos.

A habitação de interesse social tenta responder às necessidades dos grupos sociais mais desfavorecidos, porém hoje é importante que se faça arquitetura habitacional social com qualidade e que demonstre a inovação que é necessária para responder à atual sociedade contemporânea. Os jovens, pequenos agregados familiares e idosos representam os principais grupos etários que mais usufruem de um novo conceito de habitar muito ligado à arquitetura urbana pormenorizada, pois as recentes propostas habitacionais no centro das cidades são projetadas muito adequadamente para que eles possam habitar a cidade central e para que esta possa por eles ser habitada/marcada. Os exemplos mencionados neste capítulo exemplificam boa qualidade arquitetónica residencial, bem como a implementação de diversidade tipológica e diversidade nos materiais utilizados, que por sua vez resultam de bons exemplos e ofertas habitacionais para a sociedade contemporânea mais especificamente para os referidos novos grupos sociais com carências habitacionais e com desejos habitacionais compatíveis com zonas urbanas centrais.

Continuamente espera-se que a Arquitetura tenha a capacidade de acompanhar os novos desafios impostos pela mudança social e urbana da atualidade, seja na construção ou na reconstrução do habitar e da cidade.

Capítulo 6 | Uma proposta de nova intervenção habitacional numa cidade do interior: a cidade da Guarda

“Quando construo num lugar determinado, procuro olhar para o resto do mundo. Isto é importante, porque cada edifício deverá dizer algo sobre a sua localização, mas também algo sobre o mundo inteiro, com isto procuro dizer o que o seu autor conhece sobre o mundo. Se desenvolver um edifício só a partir da sua localização, ele nunca vibrará com o mundo, permanecerá estranhamente obsoleto e sem vida. Um edifício necessita sempre algo que irradie de fora para dentro e vice-versa. Se construíres de uma forma mundana, o edifício não criará raízes e não irá extrair nada do lugar. É importante sentir-se o diálogo, entre localização específica e o resto do mundo.”

Peter Zumthor (2008) p.23

6.1 | A cidade da Guarda: aspetos gerais de enquadramento

O núcleo antigo da cidade da Guarda situa-se a uma altitude de 1056 metros, entre o planalto da Beira Alta e a serra da Estrela, num concelho de onde irradiam as bacias dos rios Côa, Zêzere e Mondego. É capital de distrito e a cidade mais alta de Portugal, conhecida como a cidade dos 5 “fs”: Fria, Forte, Farta, Fiel e Formosa. Duarte d’Armas, no seu Livro das Fortalezas e citado por Paulo Santos⁹⁸ em *Cidade e Democracia*, desenha-a com um Castelo do qual sobreviveu a Torre de Ferreiros, e uma poderosa cerca de muralhas. Dada a sua posição de destaque face ao território envolvente e compreendendo a importância de uma cidade poderosa, levou a D. Sancho I a atribuir foral à Guarda em 1199, elegendo-a sucessora da antiga episcopal visigótica da Egitânia.

Herdeira de um património rico e único, a Guarda detém nas suas muralhas mais de 800 anos de história e um dos mais belos patrimónios de todo o país. No período medieval a Guarda faria parte de uma muralha de fortificações de que faziam parte outros castelos do distrito, estes tinham como função a defesa da fronteira com Castela e Leão, e da portela natural de travessia da Serra da Estrela. No séc. XII a Guarda era amuralhada, localizava-se numa elevação sobre o rio Diz. No séc. XIII são referidas as igrejas do espaço intramuralhas: São Vicente, Santa Maria da Vitória ou do Mercado, Santa, Maria Madalena (junto à Sé Catedral, a este) e São Tiago (a leste da Sé). No interior das muralhas definiam-se os bairros mais antigos da cidade, São Vicente, a judiaria e Santa Maria do Mercado.

O conjunto monumental da cidade da Guarda é ainda constituído para além do Castelo e das muralhas, pelo Convento de São Francisco, séc. XIII, a grandiosa Sé Catedral, séc. XIV-XVI (Fig.52a), (no seu interior encontra-se o retábulo de João de Ruão da escola renascentista de Coimbra), pelas igrejas barrocas da Misericórdia (Fig.52b) e de São Vicente, pelo Paço Episcopal e o solar de D. Miguel de Alarcão, séc. XVII-XVIII.

⁹⁸ SANTOS, Paulo, CARDOSO, Paula, SUSANA, Chaves - *Cidade e Democracia, 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*, Fundação da Juventude, [s.l.], [s.d.], p.243/244.

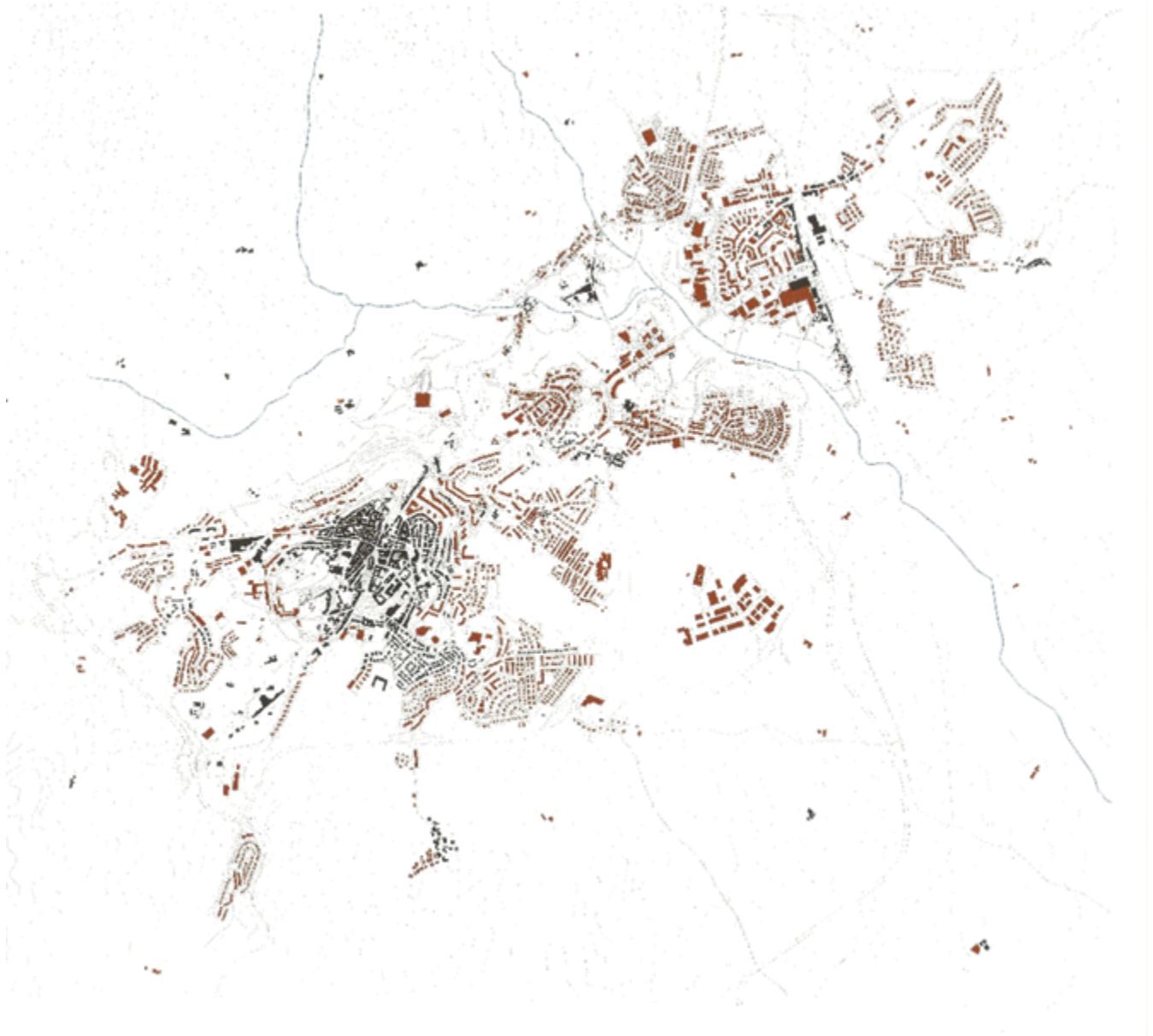


Figura 52a, 52b, 52c, 52d - a) Sé Catedral da Guarda, b) Igreja da Misericórdia, c) Torre de Menagem, d) Vista aérea sobre a cidade.

Até meados do séc. XX o crescimento urbano concebeu-se em torno do núcleo medieval, sobretudo para nascente. Fora das muralhas localizam-se os principais equipamentos e infraestruturas modernas. Atualmente, a estrutura da Guarda é constituída pelo Centro Histórico e pelos crescimentos envolventes, e por extensões, a partir dessa área, apoiadas no eixo viário estruturante do qual expandem «cordões e bolsas» de edificação, adaptadas às encostas que descem da Torre de Menagem. Atualmente, a Guarda é constituída por cerca de 26 565 habitantes no seu núcleo urbano, segundo os Censos 2011, tendo demonstrado um crescimento ao longo dos anos, (Tabela 4).

	1960	1981	1991	2001	2011
Guarda	9 094	14 040	18 847	26 062	26 565

Tabela 4 População residente ao longo dos anos na cidade da Guarda.



Edificado até 1975



Edificado de 1975 a 2004

Figura 53- Planta do Edificado, Guarda.



Figura 55a, 55b e 55c - Vazio n°1.



Figura 56a, 56b e 56c - Vazio n°2.



Figura 57a, 57b e 57c - Vazio n°3.



Figura 58a, 58b e 58c - Vazio n° 4.

Todos os vazios se situam no centro urbano da cidade porém a escolha recaiu no vazio n° 4 (evidenciado a seguir), pois os restantes ainda assim não continham todas as características morfológicas pretendidas: no caso do vazio urbano n° 1, apesar de se situar no centro histórico, apresenta algumas advertências no que diz respeito à sua morfologia; relativamente ao vazio urbano n° 2, apresenta-se com uma grande escala, e desde o início que se pretende um vazio/local de pequena escala para a intervenção; por último, o vazio n° 3 localiza-se junto ao vazio urbano n° 4 (local escolhido), no início pensou-se intervir em ambos, porém por questões projetais apenas se optou pelo vazio n° 4, vazio este que se localiza no centro histórico da cidade e que mais interesse despertou, tanto pela sua morfologia como pela pequena escala e integração com o envolvente.

6.3 | Proposta de intervenção: locais/tipologias de HIS, proposta geral

A proposta que se segue não pretende assumir-se como solução geral/tipificável para a resolução dos problemas de falta de habitação e para a introdução de HIS em meio urbano densificado. Pretende-se sim, constituir uma possível resposta para o problema que temos vindo a referenciar, mais numa perspetiva de ensaio teórico/prático, tal como se evidencia no título da presente dissertação, e que após o estudo de várias hipóteses se traduziu numa experimentação de viáveis conceções tipológicas aliadas a um desenho formal de uma intervenção de HIS que procurou caracterizar-se por uma adequada e equilibrada integração e por um caráter urbano digno.

Como metodologia adotada inicialmente pretendeu-se identificar as lacunas habitacionais que existem na cidade e compreender as necessidades das mesmas para que depois se possa então “atuar”. Contudo num questionário feito ao departamento responsável pela ação social do município da Guarda, deparámo-nos apenas com carências gerais ao nível da falta de habitações para o número de pessoas que a procuram, pois os diversos edifícios de HIS existentes na cidade localizam-se todos eles dispersos e bem integrados no tecido urbano e rodeados de todos os equipamentos necessários à vida urbana destes habitantes, podendo tal facto ser confirmado através das palavras da Dr.^a Rosa⁹⁹, responsável pela ação social do município: *“Quando há um realojamento [...] integram-se com muita facilidade e são acolhidos por quem já ali vive [...] convém lembrar que não falamos de bairros, mas sim de edifícios não estigmatizados, inseridos no meio urbano, idênticos aos demais.”*

Relativamente ao público-alvo que procura este tipo de habitações na cidade da Guarda, tal como se tem vindo a referir, também aqui se caracteriza por pessoas sós, idosos e jovens casais, como refere a Dr.^a Rosa: *“O público-alvo que procura as habitações sociais são famílias de todos os grupos etários, embora possamos referir a predominância de jovens casais, na sua maioria com filhos menores [...] no momento verifica-se uma relativa percentagem de idosos pensionistas - casais ou viúvos”*.¹⁰⁰ Contudo não foi possível obter dados concretos dos tipos de fogos mais procurados, apenas verbalmente.

Portanto, seguidamente ao processo de recolha dos locais que mais potencial evidenciavam e indo ao encontro do que se tem vindo a afirmar, o local escolhido para se conceber a proposta localiza-se bem no centro da cidade, mais propriamente na zona envolvente do centro histórico e caracteriza-se por um vazio urbano que preencherá um quarteirão e que já há algum tempo “pede” que se faça ali algo, (Fig.61).

⁹⁹ Questionário feito ao responsável pelo departamento da ação social do município da Guarda, (ver questionário em anexo, p.146)

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.146



Figura 59 - Planta do Centro Histórico da Guarda e localização do local de intervenção (a amarelo).



Figura 60 - Planta de localização do lugar de intervenção e integração com o envolvente .



Figura 61a, 61b, 61c, 61d, 61e e 61f - Fotografias do local de intervenção (Vazio Urbano).

Seguidamente ao processo de procura do local de intervenção, procedeu-se a uma reflexão tipológica sobre o que deveria corresponder aos novos modos de habitar na contemporaneidade e no Centro Histórico da Guarda, e ficou claro que hoje existe uma forte procura da tipologia T1/T0, pois elas correspondem aos novos modos de vida da sociedade contemporânea, sendo, também, uma opção especialmente revitalizadora de uma malha urbana central e envelhecida.

Considerando que pensar a tipologia é pensar o espaço de habitar para o público-alvo e para os seus modos de vida, o módulo da tipologia tipo deve assim considerar primeiramente as exigências técnicas da habitação de interesse social e corresponder ao espaço mínimo com os elementos básicos e essenciais à atividade diária dos habitantes, mas sem esquecer o conforto e bem-estar. O ser humano tem necessidade de criar uma organização mental do espaço, logo a o desenho de formas simples torna mais fácil essa organização. Uma inteligente e eficaz organização de um espaço mínimo permite que o utilizador tenha uma perceção mais agradável do espaço.

Neste sentido e recorrendo à obra de Nuno Portas (1996)¹⁰¹, a qual indica as funções e exigências de áreas da habitação, torna-se essencial um pequeno estudo das mesmas para serem aplicadas na parte prática do presente trabalho. O autor começa por definir o espaço mínimo como o limite quantitativo para a satisfação de diversas exigências, nomeadamente as de espaço habitacional. No entanto essas mesmas exigências correspondem às quantidades de espaço ou equipamento necessário às atividades no interior das habitações. Nuno Portas propõe assim dezasseis funções essenciais do ser humano no habitar (Tabela 5). No entanto foram consideradas apenas algumas dessas funções, pois muitas destas funções estão associadas, dependendo do uso dos espaços e da conjugação das tarefas. Neste contexto e tendo em conta os utentes (idosos, estudantes, casais e pessoas sós, consideram-se essenciais as seguintes funções: dormir; alimentação; lazer; estudo/trabalho; tratamento de roupas; higiene pessoal; permanência no exterior; comunicação e arrumação.

Contudo deve-se ter em conta o modo como se encaram as vivências dos espaços: neste contexto, a cozinha pode ser considerada apenas para cozinhar e também zona de convívio; uma sala de estar que também pode ter a função de sala de jantar e sala de trabalho, quer isto dizer, como afirma Nuno Portas, *“o espaço mínimo exigido não pode corresponder ao simples somatório das áreas parcelares determinadas para cada função.”*¹⁰²

¹⁰¹ PORTAS, Nuno (1996) - *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*, LNEC, [s.l.].

¹⁰² PORTAS, Nuno (2004) - *A Habitação Social - Proposta para a Metodologia da sua Arquitetura*, FAUP, [s.l.].

TIPOLOGIAS

Número de quartos/lotação T0/1 T1/2 T2/3 T2/4 T3/5 T3/6 T4/7 T4/8 T5/9 T5/10 T6/11 T6/12

ÁREAS POR FUNÇÕES

1	Dormir/descanso pessoal	4,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5
			4,5	9,0		4,5	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0
								4,5	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0
									4,5	9,0	9,0	9,0	9,0
										4,5	9,0	9,0	9,0
											4,5	9,0	9,0
2	Preparação de refeições	4,0	4,0	4,5	4,5	5,0	5,0	5,5	5,5	6,0	6,0	6,5	6,5
3	Refeições correntes		1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,0	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
4	Refeições formais	4,5	5,0	5,5	6,0	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	9,5	10,0
5	Estar/reunir	6,5	7,0	7,5	8,0	8,5	9,0	10,0	11,0	12,0	13,0	14,0	15,0
7/8	Estudo/recreio de jovens			1,5	1,5	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0
9	Trabalho/recreio de adultos	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
11	Lavagem de roupa	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
12	Secagem de roupa	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
13	Higiene pessoal	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
						2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
										1,5	1,5	1,5	1,5
15a	Entrada/saída	1,0	1,5	1,5	2,0	2,0	2,0	2,5	2,5	2,5	3,0	3,0	3,0
15b	Comunicação/separação		4,0	4,0	5,0	4,0	5,0	5,5	6,0	5,5	6,0	7,0	8,0
16	Arrumação	1,5	2,0	2,0	2,5	2,5	3,0	3,0	3,5	3,5	4,0	4,0	4,5

ÁREAS DO FOGO

Área útil	30	43	51	59	67	75	83	91	99	107	115	123
Área bruta (Au x 1,25)	38	54	64	74	84	94	104	114	124	134	144	154

Tabela 5 - Programa de áreas para cada tipologia justificado por funções.

TIPOLOGIAS

Número de quartos/lotação	T0/1	T1/2	T2/3	T2/4	T3/5	T3/6	T4/7	T4/8	T5/9	T5/10	T6/11	T6/12
Lotação máxima	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Lotação provável	1	2	2/3	3	3/4	4	4/5	5	5/6	6	6/7	7

ÁREAS POR COMPARTIMENTOS

Sala	12,0	12,0	12,0	13,0	14,0	15,0	16,0	17,0	18,0	18,0	18,0	18,0
Cozinha	4,5	4,5	5,0	5,0	5,5	5,5	6,0	6,0	6,5	6,5	6,5	6,5
Quartos		10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5
			7,0	9,0		9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0
					7,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0
							7,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0
									7,0	9,0	9,0	9,0
										7,0	9,0	9,0
Suplem. refeições/estudo	2,0	2,0	1,0	4,5	2,5	6,0	4,0	7,5	5,5	10,0	9,5	13,0
Suplem. tratamento de roupa	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Instalações sanitárias	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
					2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5
									1,5	1,5	1,5	1,5
Arrumos	1,5	2,0	2,0	2,5	2,5	3,0	3,0	3,5	3,5	4,0	4,5	4,5
Restante	3,5	5,5	7,0	8,0	7,0	8,0	9,5	10,5	10,5	11,5	13,0	15,0

ÁREAS DO FOGO

Área habitável (mínima)	18,5	29,0	35,5	42,0	48,5	55,0	61,5	68,0	74,5	81,0	87,5	93,0
Área útil	30	43	51	59	67	75	83	91	99	107	115	123
Área bruta (Au x 1,25)	38	54	64	74	84	94	104	114	124	134	144	154

ÍNDICES

Área útil por morador (lotação máxima)	30,0	21,5	17,0	14,8	13,4	12,5	11,9	11,4	11,0	10,7	10,5	10,3
Área útil por morador (lotação provável)	30,0	21,5	20,4	19,7	19,1	18,8	18,4	18,2	18,0	17,8	17,7	17,6

Tabela 6 - Programa de áreas para cada tipologia justificado por compartimentos.

Como vimos, as grandes mudanças ocorridas na sociedade solicitam novas funções que nos encaminham para o desenvolvimento de novos programas funcionais e a consequente criação de novas formas. Portanto o espaço das habitações direcionadas para idosos ativos, estudantes e pessoas sós devem também corresponder às necessidades dos mesmos. No caso dos idosos, como refere Regnier (2002)¹⁰³ as habitações devem possuir um tamanho reduzido que permita pequenas deslocações, mas ao mesmo tempo conforto potenciando a sua vivência, de igual modo no caso de estudantes e pessoas sós, o espaço habitacional também deve corresponder às suas necessidades e aqui um pequeno espaço com o essencial do habitar é suficiente.

A utilização dos modelos de referência analisados no capítulo 5 foram essenciais como soluções tipológicas a seguir. Todos os exemplos estudados são idênticos, pois a tipologia T0 não diferencia muito no que diz respeito aos espaços que a definem: todas elas dispõem de uma pequena varanda (espaço exterior essencial principalmente para os idosos, porém mais à frente, durante a fase de concepção, esta ideia foi abandonada devido às características do local e à sua orientação); os acessos são também em todos os casos feitos por meio de galeria (interior ou exterior); e ainda a subzona de dia e a de noite caracteriza-se por um espaço único, apenas separado, em alguns casos, por planos deslizantes. Tendo em conta estas características, definiu-se o módulo-base T0 (apresentado adiante) para pessoas sós, idosos e jovens, com uma área mínima de cerca de 45m² que corresponde às áreas mínimas exigidas da habitação. Inevitavelmente a solução tipológica não se consegue isoladamente por diversos fatores a ter em conta: máxima rentabilização do conjunto; morfologia do lote e aqui este ponto foi um fator essencial para a definição da malha estrutural, o que definiu uma métrica tipológica de 6m x 8m; e a hierarquia do espaço que compreende as necessidades adjacentes à tipologia (acessos).

Contudo, a definição deste tipo de habitação maioritariamente T0, destinado a pessoas sós ou casais, deve ainda estar associado a outro tipo de tipologia para eventuais casais com filhos e famílias que também procuram este tipo de habitação estrategicamente central, por isso definiu-se desde logo a implementação da tipologia T0 e também a tipologia T2 para famílias. No entanto a tipologia T0 é a que mais apartamentos detém, de modo a não afastar a intenção principal do tema, referido a um edifício de pequena escala que privilegia na sua base o que hoje se chama redução do núcleo familiar. Portanto, numa mistura coerente destas duas tipologias é reforçada a ideia de integração entre habitação para jovens e idosos o que permitirá um desenho dinâmico da habitação e uma natural vivência multigeracional.

¹⁰³ REGNIER, op. Cit., nota 96, p.4.

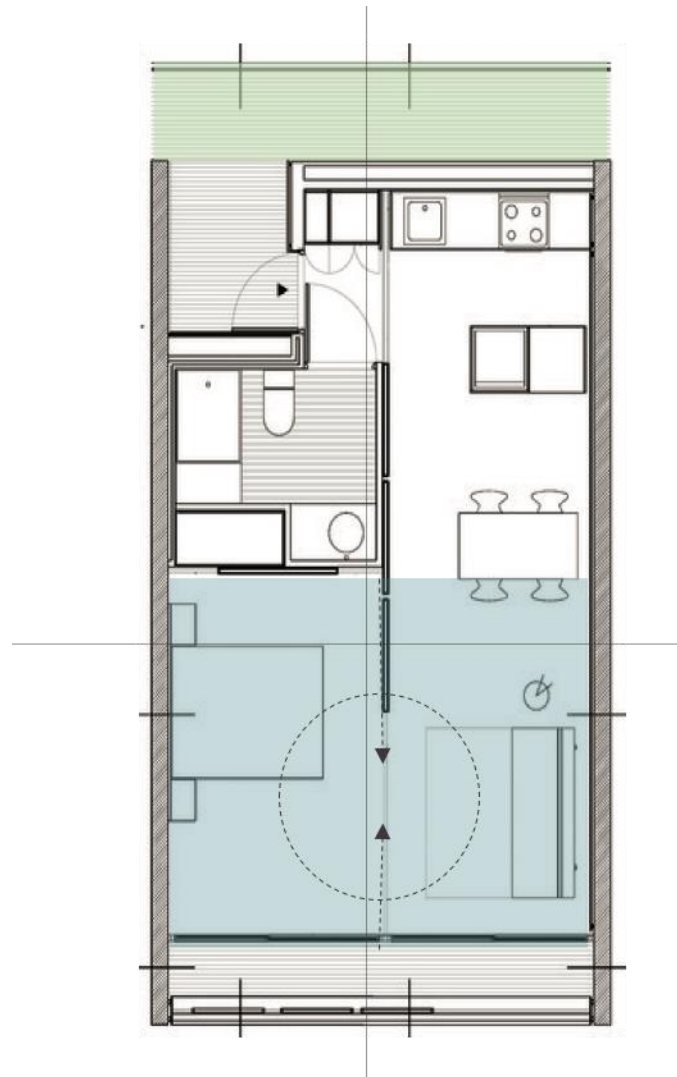


Figura 62 - Conxita Balcells, Arquitectos.
Habitação social pública para jovens, Barcelona.

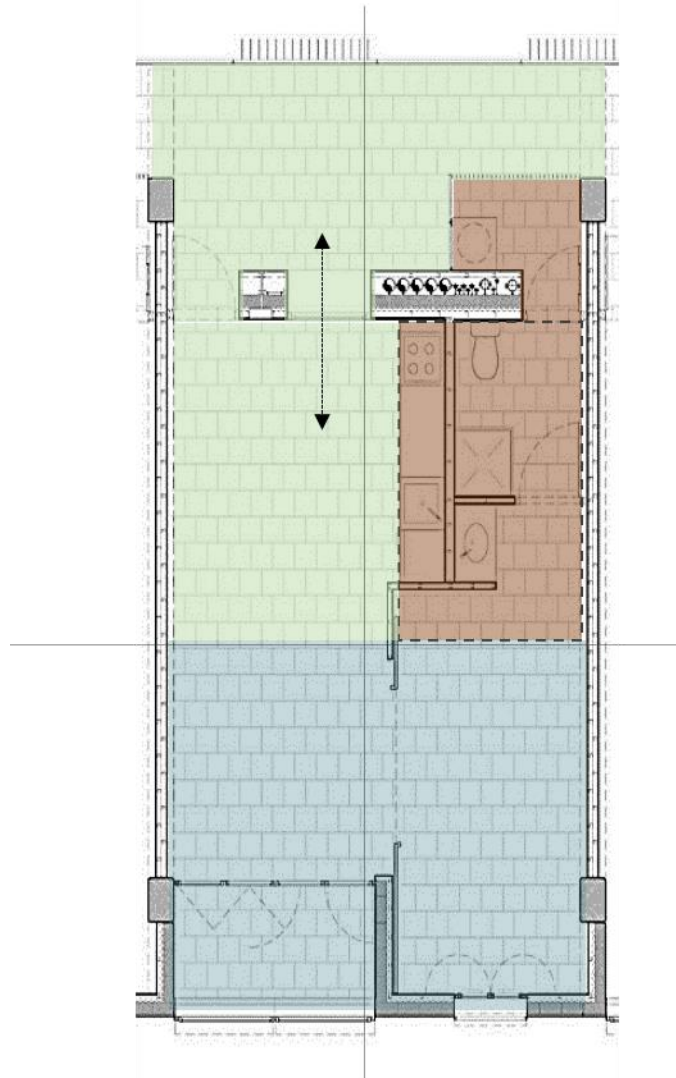


Figura 63 - Emiliano López e Mónica Rivera, Arquitetos.
Habitação social pública para jovens, Barcelona.

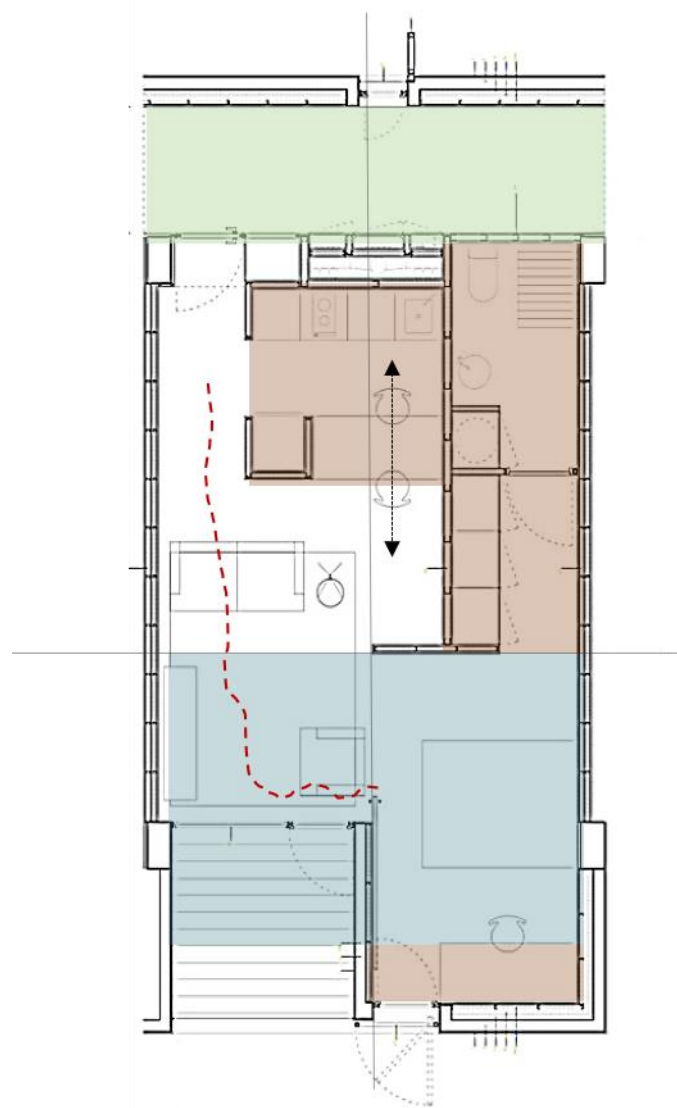


Figura 64 - Sergi Serrat, Arquitetos.
Habitação para idosos, Barcelona.

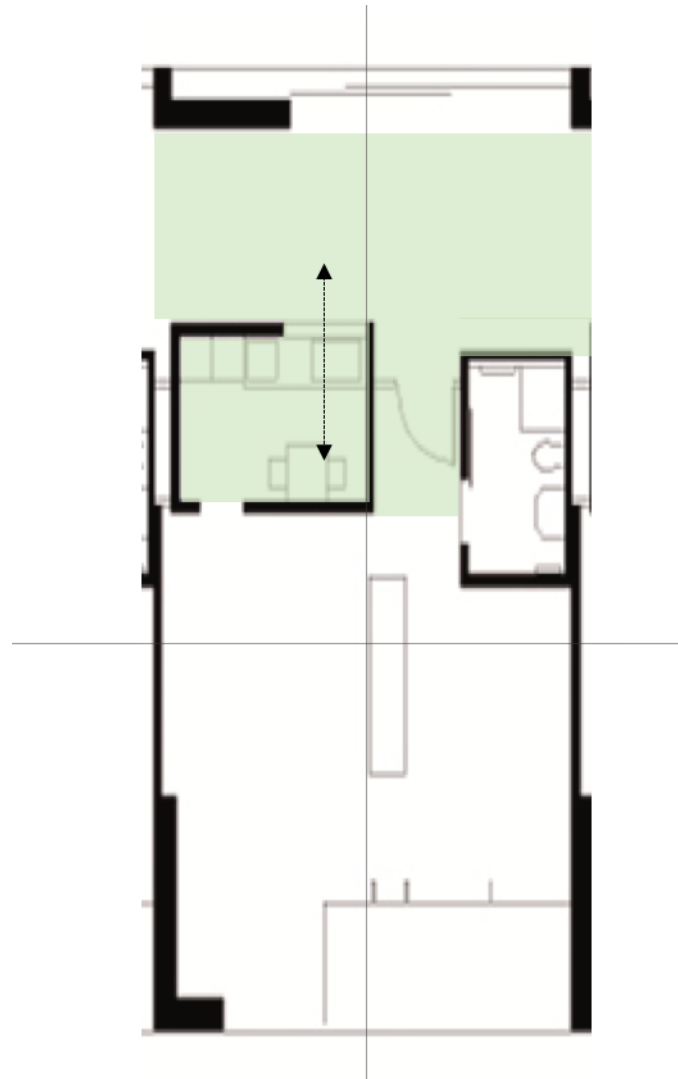


Figura 65 - Peter Zumthor, Arquiteto.
Habitação para idosos, Suíça.

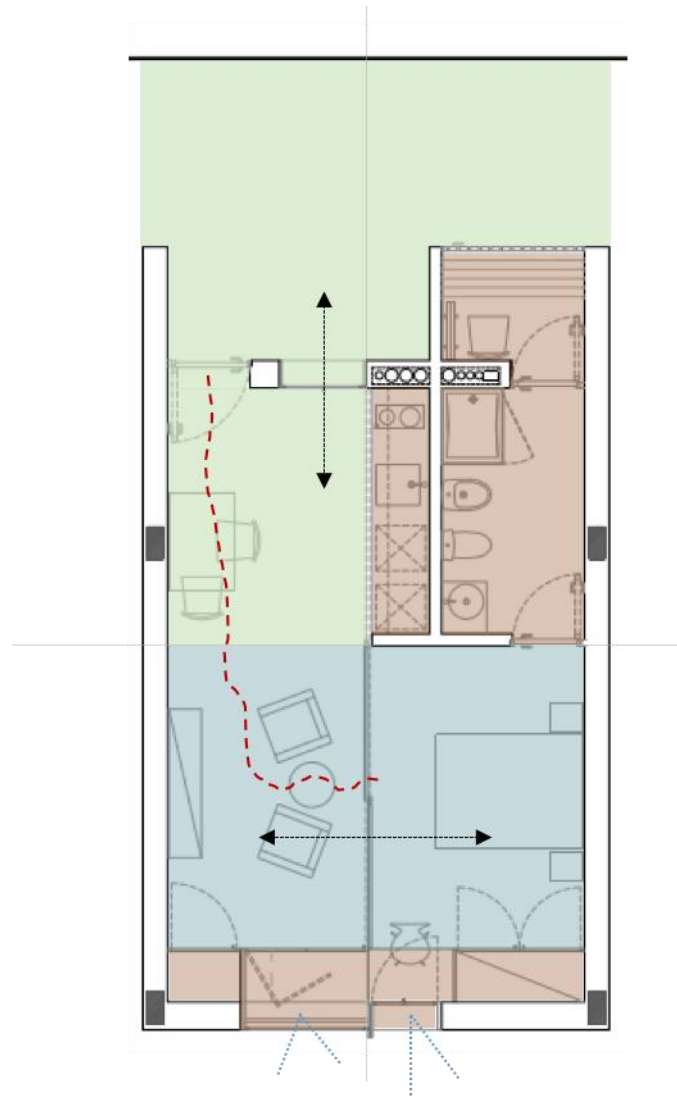


Figura 66 - Solução tipológica.

A sobreposição dos exemplos tipológicos, transparece o que se assimilou de cada um para a concretização da solução tipológica T0. A tipologia T0 proposta para integrar um pequeno edifício de habitação de interesse social no centro da cidade da Guarda, caracteriza-se então por possuir três subzonas; uma zona de preparação de refeições, uma zona de estar e uma zona de dormir, todas criam um espaço habitacional flexível, propício a gerar diferentes espaços, conforme o tipo de habitante e as suas necessidades.

6.4 | Nova intervenção habitacional na Guarda: síntese do capítulo

O presente capítulo constitui um pequeno enquadramento da cidade da Guarda, cidade escolhida para a proposta de intervenção habitacional de caráter social e proposta esta que visa atingir um público-alvo específico que caracteriza os novos modos de vida contemporâneos da sociedade. Após uma pequena análise das características da habitação de interesse social existentes na cidade da Guarda, o lugar de implementação de um pequeno edifício de HIS torna-se o ponto principal e inicial da proposta. A procura e escolha de um lugar localizado no centro da cidade torna-se assim no ponto de partida da conceção de um novo habitat que visa de uma certa forma tentar corresponder aos mais diversos fatores que levam a que hoje se pense de uma forma inovadora quando se desenha e produz HIS.

Julga-se, portanto, ser fundamental fixar/trazer a população para o núcleo central das cidades através da resposta aos desafios que a mesma impõe e que as cidades colocam numa sociedade que se encontra em constante evolução. Deste modo procurou-se privilegiar uma unidade arquitetónica no centro histórico da cidade da Guarda e desta forma contribuir para a sua revitalização e equilíbrio com as diversas realidades sociais, pois a cidade é feita pela habitação e pelas pessoas por isso é fundamental existir uma interação positiva entre as mesmas e a arquitetura. No entanto é importante ter em conta os diversos fatores que são necessários na integração urbana das intervenções contemporâneas nos centros históricos, devido a se tratarem de intervenções que procuram e devem integrar-se numa malha urbana complexa e diversa, sendo o caso da seguinte proposta e daí ser fundamental privilegiar espaços de caráter público como sendo elementos vitais para a vida urbana e continuidade espacial da cidade.

No que diz respeito ao estudo tipológico e após se perceber quais as atuais necessidades da sociedade bem como o tipo de habitar que hoje tem mais procura e que dita as novas tendências e formas arquitetónicas para o habitat contemporâneo, sabemos que o mercado disponibiliza ainda uma escolha muito limitada no que diz respeito a novas soluções dos espaços habitacionais mais especificamente a compartimentação interior que se caracteriza por uma certa rigidez na distribuição dos usos, impedindo a evolução do habitat, pois tal como os modos de vida mudam, as habitações também deveriam acompanhar essa mudança. Portanto projetar um edifício de pequena escala de HIS integrado com a malha existente, deverá traduzir-se na sua generalidade em espaços flexíveis contribuindo assim para o dinamismo do habitante. Logo o estudo tipológico incidiu principalmente e desde início numa procura por projetar pequenas habitações, neste caso a tipologia T0 onde depois se aplicasse todos os conceitos que foram referidos ao longo deste processo de pesquisa.

Capítulo 7 | Programa de intervenção Memória descritiva e justificativa

“Proponho uma arquitetura essencial construída apenas com o indispensável número de elementos. Uma arquitetura lógica e simples [...] uma arquitetura sem adjetivos. Uma arquitetura essencial, tão essencial como a Poesia o é para a Literatura.”

Alberto Campo Baeza (2013, p.17)

7.1 | Introdução

Neste último capítulo descreve-se e justifica-se a proposta para Habitação de Interesse Social de pequena escala situada no centro histórico da cidade da Guarda, com o objetivo de apresentar as novas estratégias de uso do espaço mínimo direcionado para as novas necessidades da sociedade atual. Esta intervenção é pensada para um público-alvo que se caracteriza por atualmente também ele procurar e necessitar de uma habitação apoiada, devendo atender às novas vivências nas mais diversas funções e características que a integram.

A proposta de intervenção baseou-se primeiramente na interpretação de todas as influências topográficas, naturalmente da integração local e orientação solar, sendo esta última um ponto bastante importante e pertinente, pois o local de intervenção caracteriza-se por uma implantação simples num lote configurado e reduzido, e que apenas contém uma fachada principal orientada a Nordeste e uma outra lateral orientada a Oeste, o que vai influenciar a dinâmica e composição de toda a proposta.

A morfologia do edifício de habitação assume-se preenchendo o quarteirão onde se insere, respeitando as características do mesmo na malha existente de forma a ganhar um maior número de fogos e a respeitar a topografia e ocupação de terreno preestabelecidos. Seguidamente procedeu-se à implementação dos conceitos inerentes às características analisadas e face ao que se foi expondo e explorando nos capítulos anteriores, considerou-se essencial desenvolver um programa de intervenção composto por duas partes distintas, mas complementares: uma de caráter habitacional e privada e outra menor, de caráter público composta por serviços necessários à vitalização da cidade. Portanto a intervenção envolve neste sentido, distintos espaços característicos do bom funcionamento e integração que um programa de habitação de interesse social necessita nos dias de hoje, seja pelos distintos modos de vivência dos mais diversos grupos sociais, seja pela sua integração no meio urbano.

A proposta desenvolve-se pretendendo dar continuidade ao alinhamento dos edifícios existentes na rua, dispondo-se a fachada principal no alinhamento dos edifícios envolventes e configurando o fecho do quarteirão. O edificado existente, na sua maioria com uma cércea de 3 pisos, permite assim estabelecer um edificado de acompanhamento também ele com 3 pisos. A proposta de HIS é então constituída por 11 habitações tipo T0 e 4 habitações tipo T2, ainda por um pequeno espaço coletivo de convívio direcionado aos habitantes e por uma loja de comércio. Por fim, no piso sob a cobertura inclinada surgem pequenos *ateliers* de modo a aproveitar-se o espaço das águas furtadas.

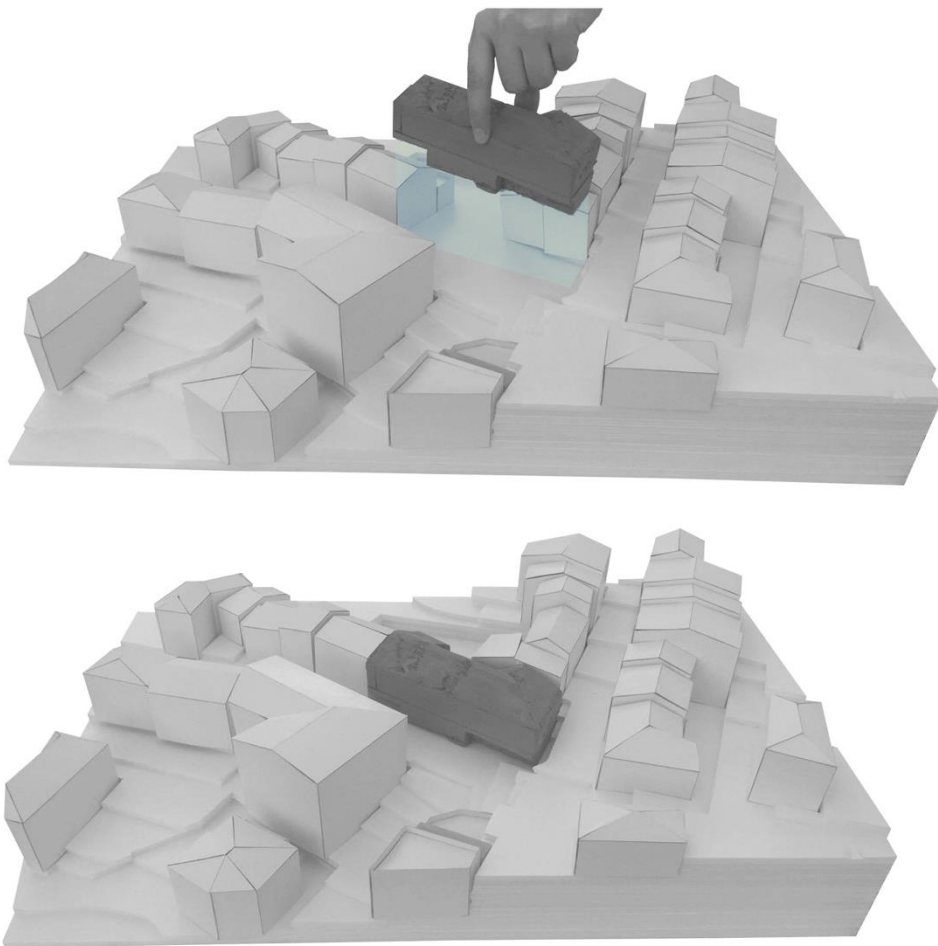


Figura 67 - Fotografia Maqueta Formal.

7.2 | Integração local, social e funcional

*“No lugar onde está existe uma frente e um tardo, existe uma esquerda e uma direita, existe proximidade e distância, um interior e um exterior, existem formas de focagem, de concentração ou de arranjo da paisagem. Forma-se um espaço envolvente”.*¹⁰⁴

Conforme refere Peter Zumthor (2009, p.75) o lugar organiza-se estruturalmente a partir do meio envolvente, tal como a proposta também se organiza através da integração local, social e funcional. Localizado no centro histórico da cidade da Guarda, o projeto insere-se num vazio urbano, mais precisamente num gaveto de um quarteirão, fazendo uma conexão entre a Avenida dos Bombeiros Voluntários Egitanenses e a Rua do Carvalho, permanecendo envolvido pela malha urbana muito densa e característica dos centros históricos. A área de intervenção preenche o vazio urbano, com edifícios implantados à face da rua e logradouros no interior, este lote é resultante de uma antiga demolição e não tendo, até aos dias de hoje, aproveitamento específico, contudo caracteriza-se pela sua posição central e integração no centro histórico da cidade, hoje vitalizado. Atualmente o local salienta-se pela forte dualidade entre o tecido urbano e a existência de um vasto conjunto de serviços e comércio envolventes, confinados aos pisos térreos dos edifícios, logo a implementação também de uma zona de comércio na proposta, oferece uma relação de continuidade à vida social do dia-a-dia.

A Norte, o (“novo”) centro comercial apresenta-se como um volume bastante imponente, mas ainda permitindo uma visão afunilada pela Rua do Carvalho. A Oeste e Noroeste, surge a Avenida de comércio que se estende até ao referido centro comercial, estando a mesma a uma cota superior da Rua do Carvalho. Significa isto, que o espaço de gaveto onde se integra a proposta faz a ligação da Avenida e da Rua por meio de rampa, já existente, esta conexão permite estabelecer uma relação direta por parte da intervenção entre as duas ruas de cotas diferentes. A sul, o logradouro existente permite explorar um espaço exterior essencial à proposta e de onde se avistam as altas torres sineiras da Igreja da Misericórdia apercebendo-nos logo que estamos, praticamente, no centro histórico da cidade da Guarda.

Em suma, a integração local e social estabelece-se através dos espaços comuns e públicos próximos da intervenção, integração essa, permitida através dos aspetos de funcionalidade e convivialidade natural que se procuraram introduzir na proposta. A conjugação dos espaços exteriores e interiores da intervenção favorece ainda uma proximidade de vizinhança que se caracteriza por uma sequência urbana da zona e marcada pelas vivências do dia-a-dia da população.

¹⁰⁴ ZUMTHOR, Peter (2009) - Pensar A Arquitetura, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, p.75.

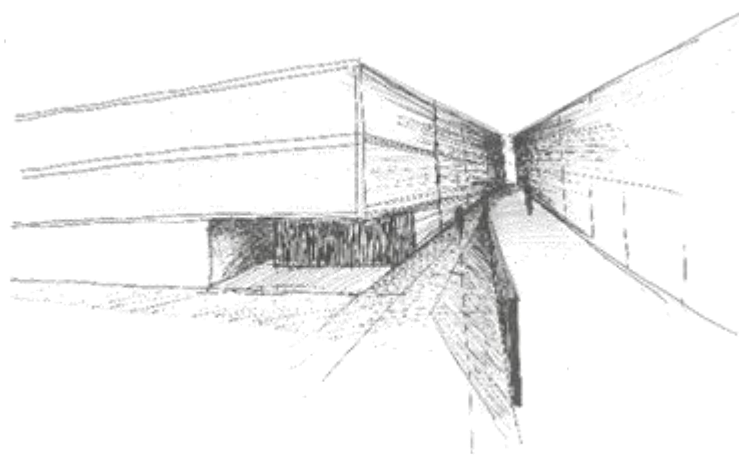
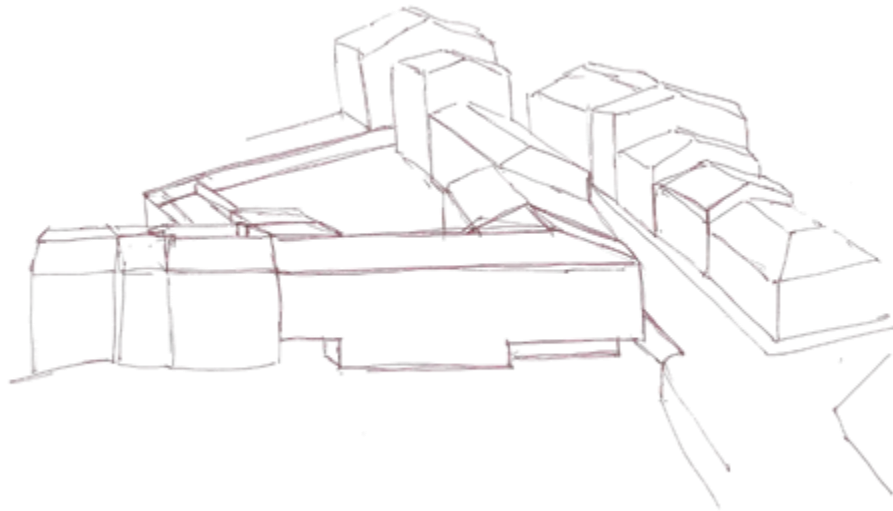
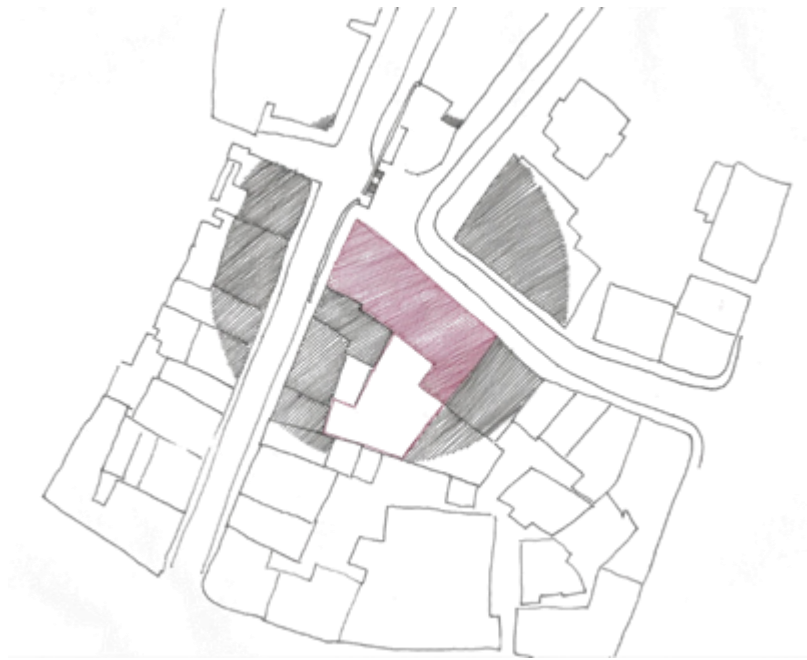


Figura 68 - Conjunto de desenhos formais.

7.3 | Uma inovação tipológica fundamentada

“ [...] Todos os fatores definem uma atmosfera, um espaço ou um ambiente. Há outra coisa que influencia, e que nos escapa sempre, que é a própria disposição de quem habita. [...] esta é outra questão que desapareceu da nossa cultura, e sobretudo da nossa arquitetura: a consciência de que são os outros que habitam o espaço que nós criamos, são eles que se relacionam com os espaços.”¹⁰⁵

O módulo definidor da solução proposta é uma unidade habitacional mínima, onde as opções tomadas ao nível tipológico propõem uma estratégia de composição que corresponda às exigências exploradas ao longo do trabalho e a um espaço que deve mais tarde ser definido por cada habitante, como refere Gonçalo Byrne¹⁰⁶. Por conseguinte, funcionalidade, flexibilidade, habitabilidade interior e relação interior/exterior são os principais conceitos explorados para potencializar a habitação como elemento fundamental do conjunto de intervenção e não como elemento único. As características pretendidas, tanto tipológicas, como associadas à morfologia do lugar, conduzem à necessidade de desenhar uma habitação com áreas mínimas e na qual a dimensão do espaço habitacional foi projetado de forma a tentar-se respeitar os princípios definidos no capítulo 5. Apesar de ser um espaço habitável com dimensões reduzidas, ainda assim se caracteriza por potenciar diversos espaços de estar, lazer, e trabalhar, oferecendo um ambiente potencialmente pleno de conforto e harmonia.

Como metodologia adotada, primeiramente procedeu-se ao estudo tipológico de habitações tipo T0 que se direcionassem para o público-alvo pretendido, designadamente a pessoas sós, idosos e jovens casais, e mais tarde procurou-se uma interação dos mesmos com os espaços exteriores que fazem parte da composição habitacional no seu todo. A entrada em cada habitação faz-se diretamente por uma zona contígua ao espaço de cozinha; esta funciona, assim, também - como um espaço de circulação doméstico, podendo ser oculta por portas deslizantes; a zona de cozinha e a instalação sanitária funcionam como o único módulo fixo da tipologia, voltado para a galeria, permitindo que a sala e quarto se voltem para a rua principal, privilegiando a vista para o espaço público (Fig.69).

A zona de cozinha relaciona-se diretamente com a galeria exterior através do vão direcionado para a mesma, isto permite uma extensão do espaço interior para o exterior, não apenas visual, mas vivencial através da criação de uma zona semiprivada de refeições ou lazer no exterior. A sala apenas se separa do quarto através de portas deslizantes; a zona de descanso e de dormir (quarto) permite aceder à instalação sanitária ficando esta um pouco mais privada relativamente ao restante espaço habitacional; e é a partir da instalação sanitária que se acede à lavandaria.

¹⁰⁵ BYRNE, Gonçalo *in* - **Gonçalo Byrne. A Intimidade dos Espaços**, Coleção: A Casa de Quem Faz Casas Nº10, Edição Cardume editores, Porto, [s.d.], p.49.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p.49.



Figura 69a e 69b - Imagem ilustrativa da flexibilidade interior do espaço habitacional.

As portas de correr possibilitam uma maior flexibilidade no interior do espaço habitacional, proporcionando uma total ligação entre todos os espaços bem como a transformação dos mesmos, de forma a estabelecerem-se diversos cenários de privacidade e utilização dos espaços. A versatilidade do interior de cada habitação, possibilita responder às diversas mudanças, funções e necessidades dos diferentes utilizadores, assim o espaço permite realizar mais do que uma simples função (Fig.70).

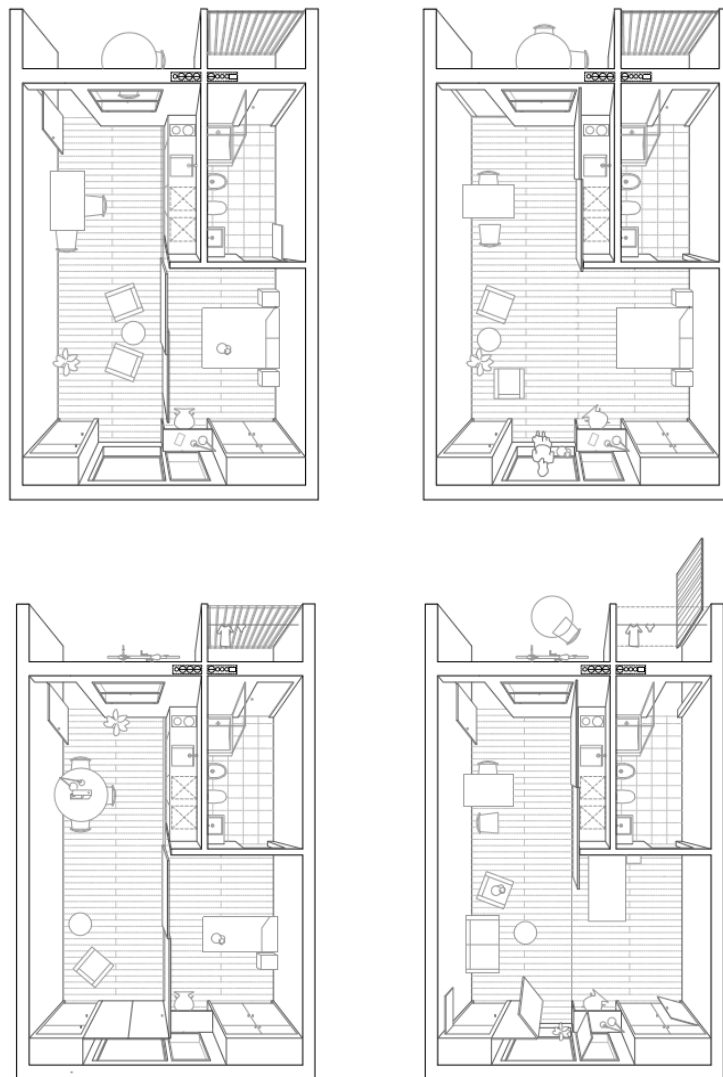


Figura 70 - Organização do espaço habitacional, conforme os diferentes usuários.

O mobiliário necessário, desde sofás, cadeiras, mesas de apoio, mobiliário de arrumação e outros elementos domésticos, dificultam a definição da área mínima. No entanto esta questão foi solucionada através de um módulo fixo (armário) fazendo esta parte integrante dos limites do espaço (Fig.71). Este elemento necessário à habitação, é comparado com uma parede, ficando o restante espaço liberto, neste caso direcionado ao quarto (composto por um roupeiro e mesa de trabalho integrada com a janela) e à sala de estar com um armário de apoio. O módulo preenche totalmente a fachada de cada tipologia direcionada a Nordeste e envolve o grande vão que acompanha a sala e o quarto. O mesmo vão é composto por uma janela fixa montada à superfície da fachada e por uma outra janela recuada (esta com a funcionalidade de abrir), formando-se, no seu todo, um único vão que se pretendeu pudesse ter um caráter “dinâmico”. Todos os fogos da tipologia T0 possuem esse mesmo vão, o que permite estabelecer um ritmo e continuidade na fachada, principal transparecendo o interior para o exterior e identificando-se, ao nível urbano, a ideia da solução tipológica.

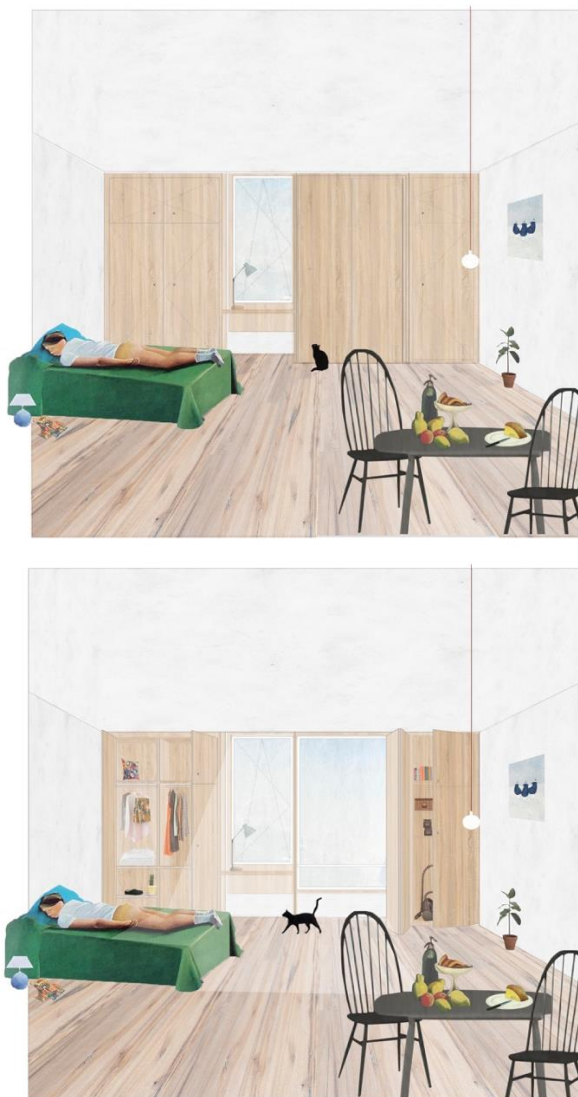


Figura 71a e 71b - Imagem ilustrativa do módulo (armário) fixo.

Concluindo, denota-se uma grande fluidez de circulação entre os espaços sociais da habitação, não existindo uma compartimentação física do espaço, à exceção da instalação sanitária. A expressão arquitetónica das habitações resulta ainda, fundamentalmente de aspetos económicos e práticos de construção e de organização interior. As duas fachadas opostas de cada tipologia permitem uma ventilação cruzada bem como uma iluminação natural em todos os espaços.

Quanto à tipologia tipo T2, ela foi pensada para integrar pequenas famílias ou até mesmo casais idosos com a possibilidade de um quarto extra. Contudo a lógica formal tipológica mantém-se, os T0 oferecem/servem as necessidades básicas, enquanto os T2 surgem como uma expansão natural (formal e funcional) dos primeiros, permanecendo as mesmas características morfológicas evidenciadas pelo módulo fixo da cozinha e instalação sanitária, existentes em ambas as soluções.

7.4 | Aspectos a salientar no projeto

Inserido numa topografia e contexto urbano particular, o edifício adapta estratégias de inserção permitindo relacionar-se com a envolvente edificada. A esquina comercial considera-se uma solução de preenchimento urbanístico, vitalizando deste modo a intervenção, manifestando um forte diálogo entre os outros edifícios e espaços públicos. O preenchimento do quarteirão assume-se, deste modo, como um prolongamento da cidade e fator de continuidade urbana. A intervenção propõe espaços que se adaptam à escala e às características da área envolvente e destaca-se, a propósito da solução, a possibilidade de se privilegiar a máxima utilização do espaço interior eliminando zonas menos úteis, aspeto este, essencial na HIS.

Relativamente ao piso térreo, ele integra equipamentos e uma pequena zona de comércio local para servir todos os cidadãos que deles se vão apropriar, são espaços que se pretendem vividos, abertos à cidade, mantendo os conceitos de uma cidade viva e atraente. Os espaços de distribuição surgem como lugares de convivência entre vizinhança, sublinhando-se a importância dos mesmos. A galeria proporciona um espaço semiprivado junto à entrada de cada habitação, desenvolvendo-se a identidade de cada fogo e uma e uma zona que permite a cada morador ser utilizada da melhor forma pretendida, desde lazer e outras atividades compatíveis.

Tipologicamente salienta-se a cuidada estruturação dimensional e funcional do fogo, na conceção dos espaços mínimos, utilizando-se uma disseminação estratégica de zonas e elementos de arrumação. Ainda no interior doméstico, salientam-se os espaços sociais resultantes de uma organização adaptável a diversos usos.

O logradouro abre-se à rua, oferece inúmeras atividades e proporciona a presença diversificada de vegetação, pequenas árvores e flores. No seu todo, o pequeno conjunto urbano apresenta-se com uma escala controlável e fácil de gerir, funcionando como um elemento positivo de qualificação e requalificação urbana.

7.5 | Descrição/comentário às peças desenhadas

Conceptualmente a intervenção passou pela interpretação do existente, pela compreensão dos seus pontos com mais interesse e potencial e pelo estabelecimento dos princípios das intervenções de carácter social, desde o controlo de custos utilizando uma estratégia adequada à intervenção e solução de baixo custo. Pretendeu-se um resultado final capaz de responder de forma coesa às diversas necessidades funcionais e que evidenciasse uma exemplar e coerente arquitetura de habitação de interesse social com um carácter eminentemente funcional. O programa a considerar distribui-se pelos 3 pisos, integrando as habitações e as zonas sociais. O programa e a envolvência permitiram definir logo a volumetria, tendo como principal intenção abrir o mais possível o piso térreo (piso mais social). A partir daqui a ideia base do projeto, foi a de orientar todas as habitações para a Avenida principal e Rua do Carvalho, quanto aos acessos orientá-los para o logradouro. Seguidamente a proposta desenvolveu-se no sentido de se implementarem todos os espaços inerentes à intervenção, desde as habitações aos espaços polivalentes e permitir acessibilidade ao edifício física e visualmente, traduzindo-se numa equilibrada/pontual continuidade visual entre a rua e o logradouro.

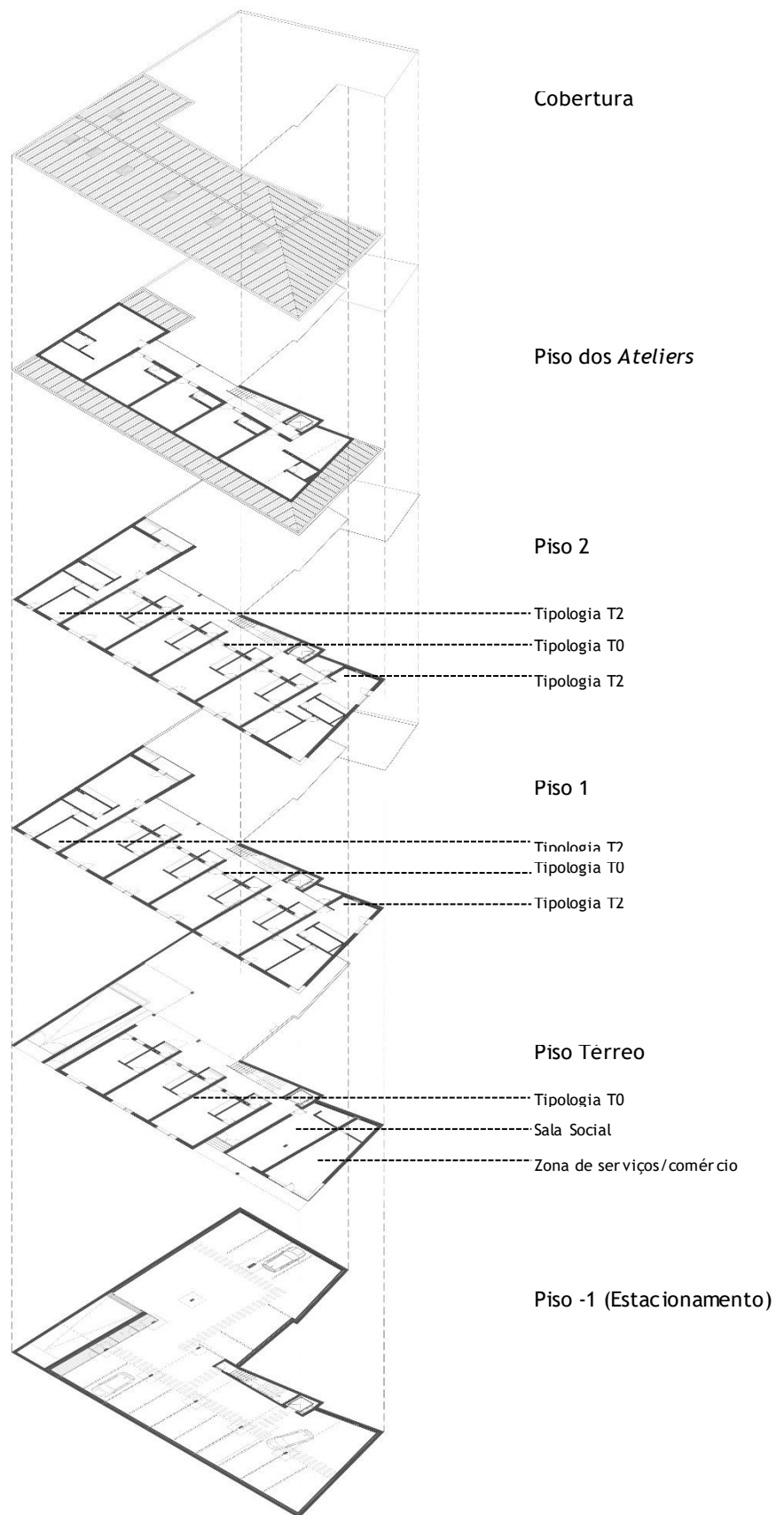


Figura 72 - Sequência das peças desenhadas, correspondente aos vários pisos.

7.5.1 | Estacionamento

O estacionamento surge por razões de funcionalidade no apoio aos moradores e no sentido de possibilitar a elevação do piso térreo e permitir uma cota de soleira acima da cota do nível da rua, esta solução permite que as habitações do piso térreo fiquem mais elevadas da rua e assim podendo oferecer um pouco mais de privacidade e segurança às mesmas. Contudo a própria cota do nível do terreno já tinha uma diferença inferior à cota do nível da rua o que levou logo desde o início a projetar um estacionamento subterrâneo, que garante 1 lugar de estacionamento privativo de cada habitação. Por outro lado, uma vez que nos encontramos no centro da cidade, os estacionamentos à superfície são escassos, o que leva esta provisão de estacionamento subterrâneo.

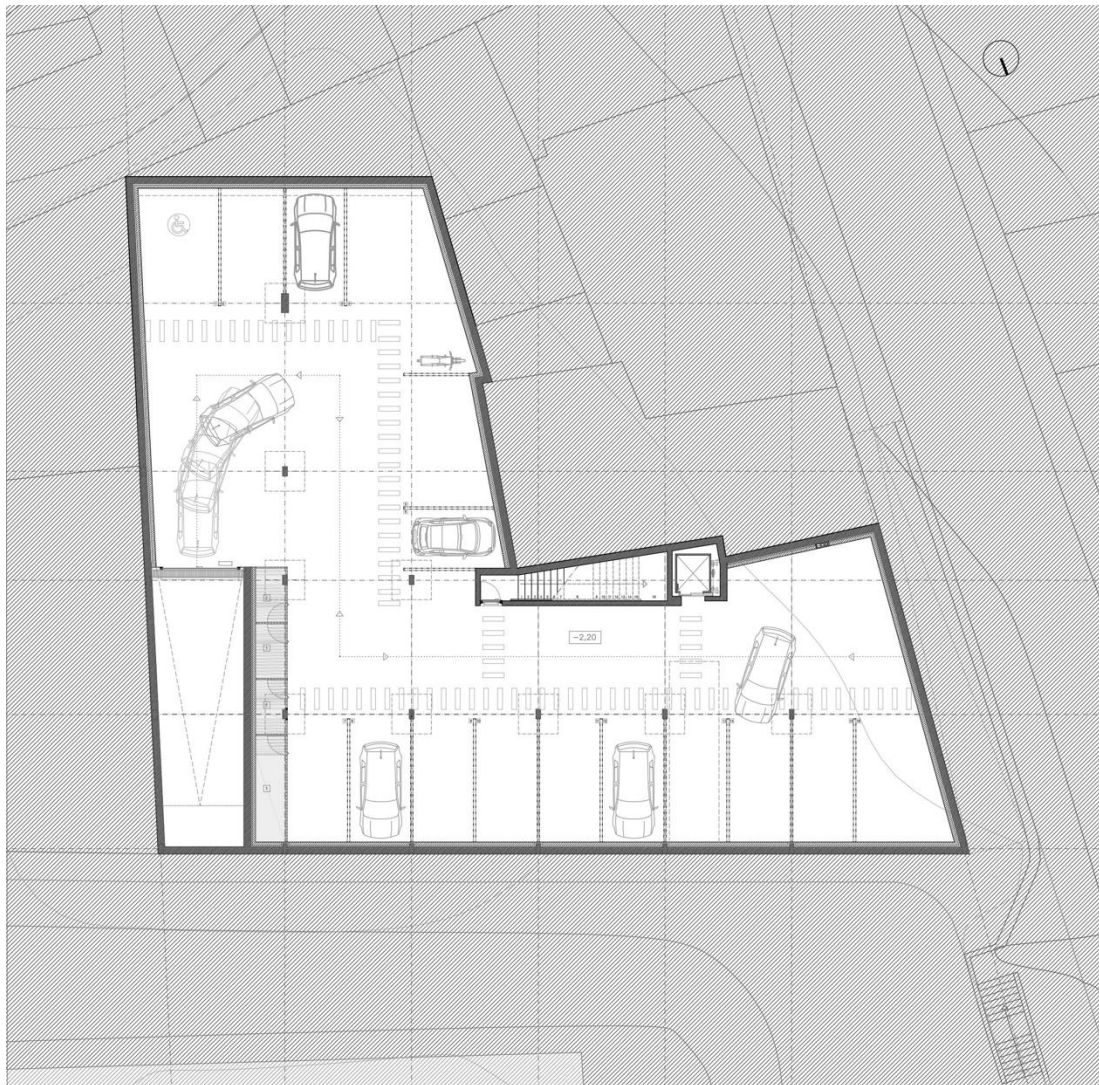


Figura 73 - Planta de Estacionamento.

7.5.2 | Piso Térreo

O piso térreo corresponde ao piso mais social e de serviços. Neste piso o edifício corresponder a um volume mais dinâmico, onde a intenção foi desde o início, abri-lo o mais possível ao logradouro existente. Seguidamente, as dimensões reduzidas e a configuração tipológica pretendida condicionaram a opção por uma solução de distribuição de acessos através de 2 entradas: uma principal e outra secundária, a secundária conduz os habitantes diretamente ao logradouro por meio de rampa, a principal ligeiramente recuada, conduz diretamente aos acessos verticais que resultam na comunicação entre os pisos através do elevador e da escada comum (“agarrados” à empena do edifício adjacente ao proposto) e também às 3 habitações T0 ainda no mesmo piso. As duas entradas surgem também de modo a não limitar o habitante a um único acesso ao edifício, mas também pelas questões de acessibilidade, pois uma delas é rampeada para um acesso mais facilitado.



Figura 74 - Planta Piso Térreo.

No entanto o piso térreo é ainda composto por uma pequena sala, designada de “social”/equipamento urbano que surge na lógica *“de constituição de um sistema que se quer aberto, integrado e integrador - complementos do habitar, também eles essenciais à definição da identidade do lugar”*¹⁰⁷, e ainda por um pequeno espaço de serviços ou comércio com o intuito de dar continuidade ao restante comércio que se prolonga na avenida e que vem ao encontro do vazio urbano onde se desenvolve a proposta.

¹⁰⁷ DAS NEVES, José, Manuel (2008) - *Arquitetura Ibérica* Nº 25 João Álvaro Rocha 2001-2007, Ed. Caleidoscópio, Casal de Cambra, p.73.

7.5.3 | Piso 1 e 2

Caracterizam-se por corresponderem a dois pisos somente de habitação distribuem-se em cada um deles 4 habitações tipo T0 e duas habitações tipo T2, que se desenvolvem nos topos das respectivas galerias comuns exteriores de acesso, uma no topo esquerdo e outra no topo direito e pertencente à fachada que faz o gaveto do quarteirão. A tipologia T2 tira partido da respetiva localização no volume construído e do aproveitamento das zonas que se encontram junto às empenas de ambos os edifícios, que delimitam o vazio urbano, oferece alternativa à tipologia T0 e resposta a diversos modos de habitar. Apesar do programa possuir uma maior incidência de habitações T0, o mesmo possui as tipologias T2 em minoria para que assim o edifício resulte numa proposta multifamiliar atual e diversificada.



Figura 75 - Planta Piso 1 e 2.

7.5.4 | Piso sob a cobertura, águas furtadas (ateliers)

Sendo o ultimo andar do edificio constituído pela cobertura inclinada, surge como aproveitamento da mesma para pequenos *ateliers* e salas polivalentes que podem ser também eles alugados para diversos fins e deste modo rentabilizar todo o edificio. Consequentemente, sendo o local de intervenção um vazio urbano situado no centro histórico da cidade da Guarda e após um estudo esquemático através da maqueta de trabalho, deparamo-nos com uma envolvente caracterizada, na sua maioria, por edificios com coberturas inclinadas, surgindo assim a ideia da cobertura inclinada, aproveitada para o desenvolvimento de pequenos *ateliers* que vêm complementar e oferecer mais vitalidade e diversidade funcional ao próprio edificio e à sua vizinhança urbana direta.



Figura 76 - Planta Piso superior, sob cobertura.

7.5.5 | Galeria comum de circulação e outros usos

Define-se com um espaço que para além de mera circulação é também uma zona intermédia entre o interior e o exterior, permite ao habitante o acesso ao seu apartamento e a possibilidade de usufruir de uma zona reservada a encontros e relações com os restantes habitantes, permitindo, no entanto, o seu aproveitamento para fins lúdicos (expansão equilibrada do lazer doméstico (Fig.78). Esta zona de circulação exterior, orientada a Sul e para o logradouro, permite que o ar circule tornando-se uma zona agradável, principalmente nos meses mais amenos e também por ser um espaço que permite ao habitante relacionar-se com os outros, traduzindo-se num sistema de sociabilidade e vivência, facto que é exemplificado na galeria interior do edifício para idosos do arquiteto Peter Zumthor (Fig.51a).

A galeria reduz assim, a distância entre o habitante e o exterior e dinamiza situações de convívio e amizade. A configuração da mesma na proposta de intervenção apresenta-se bem dimensionada e conjugada com a delimitação da lavandaria das tipologias de modo criar uma pequena zona de estar recuada junto à entrada das habitações, espaço esse de certa forma semiprivado e pensado numa lógica de relativo prolongamento das habitações.



Figura 77 - Imagem Ilustrativa da relação do interior habitacional com a galeria.

7.5.6 | Logradouro

A nível exterior, o logradouro que faz parte do vazio urbano, funciona como um ponto de inserção social e de ocupação pelos moradores, traduz-se na área exterior potenciadora de relações de vizinhança, espaço este que também pode ser usufruído pelos moradores do mesmo quarteirão, através da permeabilidade visual da entrada secundária rampeada do edifício. A mesma entrada apresenta uma conexão entre a rua e o logradouro oferecendo essa relativa e equilibrada permeabilidade visual para o mesmo.

O logradouro faz parte, portanto, de uma componente de bem-estar e convívio do conjunto dos moradores, espaço este aberto e que mantém uma forte ligação com a galeria do edifício, permitindo a sua observação através da galeria por aqueles que permanecem nela. Este elemento exterior complementa o sistema habitacional, tornando-se modelador das vivências entre diferentes gerações.



Figura 78 - Imagem Ilustrativa do logradouro.

7.5.7 | Solução Construtiva e materialização

Dado tratar-se de uma obra associada à promoção de habitação de interesse social, indica-se o recurso a uma solução construtiva e tipológica simples, o que é apontada pela própria natureza programática do projeto pelo que se opta pela modularidade repetitiva e construtiva das tipologias T0. Procurou-se então uma solução construtiva económica, com princípios organizativos que comportassem todas as ocupações e que no seu todo resultasse num edifício direcionado à vivência e usufruto, com a respetiva qualidade arquitetónica que se pretende nestas intervenções. Quanto à estrutura da intervenção, ela desenvolve-se num sistema integrado de pilares e vigas de betão armado, estrutura essa, que corresponde à própria métrica tipológica e divisão feita no sentido transversal e através das suas paredes divisórias. Tal como o programa, a solução construtiva é simples, relativamente às paredes exteriores e interiores são constituídas em tijolo, no entanto na solução exterior, optou-se pela implementação de paredes simples de 25 cm e 6 cm de isolamento térmico pelo exterior, utilizando o sistema *ETIC* de modo a revestir o edifício de uma forma uniforme.

Os materiais e processos construtivos utilizados respondem a fatores de economia, os acabamentos são o reboco pintado (paredes interiores e exteriores), o azulejo em zonas de água (cozinha e instalação sanitária) e madeira e mosaico nos pavimentos. Não são usados qualquer tipo de tetos falsos, dada a altura mínima das habitações (2,60m), à exceção de uma pequena zona de teto falso que permite omitir o espaço restante por cima do armário da cozinha. O mesmo conceito foi aplicado ao mobiliário interior fixo (armários e prateleiras) de todos os espaços habitáveis, com uma solução de aglomerados de madeira.

Os vãos são compostos por caixilharias de alumínio com vidro duplo, a moldura do vão de dimensões menores é constituído por uma moldura de alumínio cor da madeira, indo ao encontro da linguagem das portadas também de madeira e linguagem essa que remete também para o módulo/armário no interior das habitações e que integra o mesmo conjunto do vão, também ele de madeira. Relativamente à zona de lavandaria situada na galeria e caracterizando-se por um prolongamento da instalação sanitária, é delimitada por um sistema de venezianas de metal galvanizado, com aberturas que permitam uma maior ventilação da mesma.

O estacionamento, subterrâneo é composto por uma laje fungiforme aligeirada, apoiada diretamente nos pilares, e na zona que suporta o logradouro a pavimentação corresponde a lajetas de betão. Optou-se por uma cobertura inclinada do edifício e devidamente isolada de forma a uma melhor integração na sua envolvente e beneficiando da criação de mais um espaço com uso específico - espaços de trabalho profissional (*ateliers*). A opção da materialização da mesma surge com a intenção de se uniformizar todo o edifício remetendo para materiais contemporâneos sendo constituída por chapa ondulada lacada de branco.

Sintetizando a solução construtiva da proposta, referimo-nos ao edifício como um volume rígido, apenas recortado pelos grandes vãos na superfície do alçado principal, este contrastando

com o alçado posterior uniformizado por uma “fachada perfurada” constituída por uma rede metálica de cor branca e que serve de gradeamento da galeria, com pontuais aberturas.

7.6 | Programa de Intervenção: notas finais de síntese e comentário ao projeto

A proposta apresentada neste capítulo é de um modo geral e em jeito de conclusão e reflexão pessoal, um ensaio teórico/prático de uma vontade presente desde o início do estudo que esta intervenção seja o resultado de tudo o que foi analisado e concluído. Pretende-se que estejam presentes os conceitos de flexibilidade, evolução habitacional, integração social e mistura social como resposta a todos os fatores pertinentes dos novos modos de habitar referidos ao longo desta dissertação. A proposta habitacional tenta responder de um modo geral àquilo que hoje deve corresponder aos novos modos de habitar de caráter social, conforme refere Ema Pires (2005): *“a casa, enquanto produto sociocultural, é formatada por uma multiplicidade de fatores, que variam através do espaço, do tempo e da cultura. Esta variabilidade manifesta-se em múltiplas formas, volumetrias, materiais e técnicas de construção e, igualmente, em diferentes modalidades de uso e apropriação dos espaços habitados.”*¹⁰⁸

O edifício procura estabelecer uma relação de continuidade e complementaridade com a paisagem urbana envolvente, a sua localização permite uma forte relação com a topografia e as duas ruas de tráfego pedonal e de veículos. O piso térreo permite vislumbrar o logradouro através da abertura que surge com a entrada para o estacionamento. As habitações nos restantes pisos permitem o máximo de flexibilidade para que cada pessoa possa apropriar-se do seu próprio espaço e a zona de convívio e circulação têm também um caráter diverso nas suas escalas e vivências.

De um modo geral, julga-se que a presente proposta transmite os diversos conceitos inerentes aos novos modos de habitar em pleno século XXI, direcionados à Habitação de Interesse social e oferece espaços agradavelmente ambíguos, flexíveis e de convivência e integração social.

¹⁰⁸ PIRES, Ema, Claudia *in* - *Arquitetura Ibérica N° 10, Habitar*, José Manuel das Neves, Edição Caleidoscópio, Portugal, 2005, p.242.



Figura 79 - Proposta de Intervenção para Habitação de Interesse Social na cidade da Guarda.

Considerações finais

Em pleno século XXI, deparamo-nos ao nível da arquitetura por um novo interesse pelo habitar destinado à sociedade atual com necessidades de apoio habitacional, caracterizando-se num novo paradigma da arquitetura e num desafio do século. Contudo as questões com que hoje os arquitetos se deparam são muito diversas das que corresponderam aos períodos da Revolução Industrial e posteriores às Guerras Mundiais, muito direcionados para a resolução quantitativa e rápida dos problemas habitacionais. Torna-se portanto fundamental enquanto arquitetos, procurar e perceber as evoluções e transformações do habitar, bem como as transformações sociais e procurar interpretá-las de modo a compreender as questões atuais e criar estruturas adequadas às necessidades da atual sociedade, em termos de habitação de interesse social adequada ao novo modelo familiar contemporâneo.

Torna-se importante pensar a organização do espaço habitacional numa outra forma daquela que ainda é hoje a mais comum, aquela que distingue de um modo muito preciso a zona privada da comum, caracterizando-se todos eles por serem totalmente distintos. Se os modos de vida e as relações entre as pessoas que habitam a casa se têm demonstrado cada vez mais distintos dos tradicionais, também o espaço habitacional deverá evidenciar esse distanciamento de forma a propor diversas zonas passíveis de utilização, consoante os gostos e aspirações de cada habitante. Para reestruturar a questão do espaço habitacional é necessário em primeiro lugar compreender a nova realidade da sociedade bem como explorar as formas de habitar menos convencionais, pois perante todos os fatores e transformações que o habitar tem vindo a ser confrontado, a rígida separação do interior habitacional deixa de fazer sentido perante a lógica que se foi explorando ao longo do presente trabalho.

A redução do agregado familiar, na Europa e em Portugal fazem emergir cada vez mais, agregados unipessoais, monoparentais e também um aumento da esperança média de vida, o que se revela no grande número de idosos que também se vêm afirmando como ativos na sociedade. De acordo com estas tendências sociais, julga-se fundamental manter os compartimentos obrigatórios como a cozinha, e também a instalação sanitária. Contudo introduzindo novas atividades dentro da casa, o que conduz a uma ponderada e equilibrada mudança da estrutura da habitação.

A par de dotas as alterações referidas, é portanto, necessário encontrar o ponto de equilíbrio entre a imagem da cidade, as casas e seus habitantes, pois torna-se claro que uma cidade de nosso tempo não deve ser incompatível com as necessidades mínimas que a residência contemporânea requer. Todavia, é importante referir que não se pretende inventar novos modos de habitar para a vida particular de cada habitante, mas sim reformular os espaços convencionais, de uma forma mais concordante com a arquitetura contemporânea. Considera-se que qualquer tipo de promoção habitacional, designadamente a habitação de interesse

social, apoiada pelas várias entidades promotoras, deve assumir um papel importante no apoio e desenvolvimento pessoal e social dos habitantes e nunca de forma negativa. É por outro lado também essencial vitalizar os centros históricos, e com a implementação da HIS nos mesmos, numa perspetiva humanizadora e integração social, bastante favorável a todos os habitantes envolvidos.

Assiste-se a um esforço por parte dos arquitetos no desenvolvimento destas matérias tanto morfológicas como tipológicas, e na resposta aos novos modos de habitar. A habitação para a sociedade contemporânea, resulta naquela que mais se adequa à sua evolução e aquela que tem capacidade de se adaptar aos diversos habitantes ao longo do tempo.

Por fim, a realização deste trabalho destaca, a constante necessidade para além da inovação tipológica, a integração de pequenos edifícios de HIS nos centros urbanos, conjugados com uma boa qualidade arquitetónica, evitando a construção dos mesmos longe da vida urbana de forma a propor formas de habitar que se adequem à realidade complexa e em contínua transformação. No seu todo, estas pequenas soluções habitacionais dentro das cidades devem constituir prolongamentos do espaço habitacional para o espaço exterior e urbano, onde se definem estreitas relações físicas e socioculturais. Constatam-se perante o panorama social e económico atual que os projetos de habitação de interesse social devem abandonar o paradigma dos grandes bairros nas periferias, para, desta forma se evitar o estigma que outrora surgia com os grandes conjuntos destinados apenas à população mais carenciada, gerando zonas problemáticas e bairros sem identidade e memória.

Concluindo, espera-se que o espaço do habitar acompanhe cada vez mais, todos os fatores importantes e fundamentais no projeto do habitat humano, que se foram referindo ao longo deste trabalho, e que futuramente surjam mais propostas bem desenhadas e qualificadas no tecido das cidades, com espaços inovadores concordantes com a contemporaneidade. Salienta-se, deste modo, uma temática julgada fundamental na construção do habitar e associada a um projeto que se pretende mais interventivo na qualidade de vida daqueles que a procuram, produzindo-se, assim, tanto uma “arquitetura para hoje, como novas e mais adequadas formas de habitar”.

Referências Bibliográficas

BAEZA, Alberto, Campo (2013) - **Principia Architectonica**, Ed. Caleidoscópio, Casal de Cambra

ARÍS, Carlos, Martí - *Las formas de la residencia en la ciudad moderna*, Ed. UPC, [s.l.], [s.d.].

ARNAU, Joaquín (2000) - **72 Voces para un Diccionario de Arquitectura Teórica**, Ed. Celeste, Lisboa.

ASCHER, François (2010) - **Novos princípios do urbanismo seguido de novos compromissos urbanos, um léxico**, Livros Horizonte, [s.l.].

BENEVOLO, Leonardo (2016) - **A Cidade e o Arquiteto**, Edições 70, Lisboa.

BENEVOLO, Leonardo, ALBRETCH, Benno (2004) - **As Origens da Arquitetura**, Edições 70, Lisboa.

CANNATÀ, Michele e FERNANDES, Fátima (2002) - **Casa Inteligente**, Ed. ASA, Lisboa, p.8.

CARVALHO, Ricardo (2016) - **A CIDADE SOCIAL Impasse, Desenvolvimento, Fragmento**, Edições tinta-da-china, Lisboa.

CARVALHO, Ricardo, RAMALHETE, Filipa, (2012) - **HABITAR, PENSAR, INVESTIGAR, FAZER**, Colóquio Internacional, Departamento de Arquitetura, Universidade Autónoma de Lisboa, [s.l.].

COELHO, António, Baptista (2005) - **1984-2004, 20 ANOS A PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL**, Ed. INH, LNEC, [s.l.].

COELHO, António, Baptista, COELHO, Pedro, Baptista (2009) - **Habitação de Interesse Social em Portugal 1988-2005**, [s.l.].

COELHO, António, Baptista (2009) - **Entre Casa e Cidade, A Humanização do Habitar**, OPÚSCULO 18, Pequenas Construções Literárias sobre Arquitetura, Dafne Editora, Porto.

CHOAY, Françoise (2000) - **A Alegoria Do Património**, Lisboa.

CROFT, Vasco (2001) - **Arquitetura e Humanismo O papel do arquiteto, hoje em Portugal**, Ed. Terramar, Lisboa.

FELICIANO, Ana, Marta - **A Metáfora do ‘Organismo’ Nas Arquiteturas dos Anos Sessenta, A obra dos ‘Archigram’ como manifesto de um ‘novo habitar’**, Ed. Caleidoscópio, [s.l.], [s.d.].

FRENCH, Hilary (2009) - **Vivienda colectiva paradigmática del siglo XX, Plantas, secciones y alzados**, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona.

FREITAG, Michel (2004) - **ARQUITETURA E SOCIEDADE**, publicações Dom Quixote, Lisboa.

GRANDE, Nuno (2012) - **O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas**, Ed. Publisher, INCN (Imprensa Nacional-Casa Da Moeda), [s.l.].

GUIMARAENS, Cêça, JANEIRO, Pedro, António (2016) - **Desenho [,,,] Cidade [,,,] Moderna, Arquiteturas-Imaginadas**, Ed. Caleidoscópio, [s.l.].

HERTZBERGER, Herman (1999) - **Lições de Arquitetura**, Editora Martins Fontes, [s.l.].

MALARD, Maria, Lúcia (2005) - **Cinco Textos Sobre Arquitetura**, Belo Horizonte, [s.l.].

PELLETIER, Jean, DELFANTE, Charles (2000) - **Cidades e Urbanismo no Mundo**, Instituto PIAGET, [s.l.].

PEREIRA, Nuno, Teotónio - **Arquitetura e Cidadania, Atelier Nuno Teotónio Pereira**, Lisboa, [s.d.].

PEREIRA, Nuno, Teotónio (1996) - **Escritos (1947-1996, seleção)**, FAUP publicações, Porto.

PEREIRA, Sandra, Marques (2012) - **Casa e Mudança Social, uma leitura das transformações da sociedade portuguesa a partir da casa**, Caleidoscópio, [s.l.].

PINSON, Daniel - **ARQUITETURA E MODERNIDADE**, BBCC Instituto PIAGET, [s.l.], [s.d.].

PORTAS, Nuno - **A Arquitetura para Hoje seguido de Evolução Moderna em Portugal**, Livros Horizonte, Lisboa, [s.d.].

PORTAS, Nuno (2005) - **Os Tempos das Formas, vol. 1 A Cidade Feita e Refeita**, Ed. DAAUM, [s.l.].

PORTAS, Nuno (2012) - **O Ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas**, INCM, [s.l.].

PORTAS, Nuno - **Funções e Exigências de Áreas da Habitação**, Informação técnica, Edifícios, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, [s.l.], [s.d.].

RASMUSSEN, Steen, Eiler (2007) - **Viver a Arquitetura**, Ed. Caleidoscópio, [s.l.].

REGNIER, Victor, Faia (2002) - **Design For Assisted Living, Guidelines for Housing the Physically and Mentally Frail, United States of America**.

SEGANTINI, Maria, Alessandra - **Contemporary Housing**, Ed. SKIRA, [s.l.], [s.d.].

ROSSI, Aldo (2001) - **A Arquitetura da Cidade**, Edições Cosmos, Lisboa.

TÁVORA, Fernando (2006) - **DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO**, FAUP publicações, Série 2-Argumentos, Porto.

TOSTÕES, Ana, (1997) - **Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50**, Argumentos. Série 2, 14, FAUP publicações, Porto.

ZUMTHOR, Peter (2009) - **Pensar a arquitetura**, Editorial Gustavo Gili,SL, Barcelona.

Dissertações de Mestrado:

LOPES, Elisa (2012) - **Arquitetura Portuguesa Face à Globalização**, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, FAUP, Porto.

LOPES, João (2010) - **Discursos de Cidade, Lisboa Anos 80**, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Coimbra.

MOREIRA, Ana, Silva (2013) - **À Procura doa Novos Modos de Habitar**, Dissertação de Mestrado em Arquitetura de Interiores pela FAUL, Lisboa.

SILVA, Maria, Gonçalves (2010) - **A.S.A.P.?: As Social As Possible, As Soon As Possible: Habitação a Custos Controlados em Portugal**, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

MIRANDA, Catarina, Costa (2013) - **(RE) HABITAR O CENTRO HISTÓRICO: o caso de Palmela**, FA-UL, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa.

FONSECA, Maria, Pereira (2012) - **Habitar e Envelhecer no Século XXI, Habitação Assistida**, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Católica Portuguesa, Coimbra.

Revistas:

Arquitetura Ibérica, Nº 2, Habitar, Edição Caleidoscópio, Portugal, 2004.

Arquitetura Ibérica Nº 10, Habitar, Edição Caleidoscópio, Portugal, 2005.

Arquitetura Ibérica Nº 10, Habitar, Edição Caleidoscópio, Portugal, 2005.

Arquitetura Ibérica Nº 25, Edição Caleidoscópio, Portugal, 2008.

Representação Oficial Portuguesa na 14ª Mostra Internacional de Arquitetura, *La Biennale di Venezia - News from Portugal homeland*, 2014.

Bibliografia Eletrónica:

1. COELHO, António, Baptista (2003) - **Habitar com qualidade e urbanidade**, (revista semanal sobre o habitat humano), [internet] Disponível em: <http://www-ext.lnec.pt/GH-APPQH/Site/htm/textos.htm>. [consultado em 15.10.16];
2. COELHO, António, Baptista (2007) - **Olivais Norte: modernismo e natureza (i) - Infohabitar 305**, (revista semanal sobre o habitat humano), [internet] Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.pt/2010/07/olivais-norte-modernismo-e-natureza-i.html>. [consultado em 12.10.16];
3. COELHO, António, Baptista (2007) - **Humanização do habitar: algumas reflexões - Infohabitar 130**, (revista semanal sobre o habitat humano), [internet] Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.pt/2007/03/humanizacao-do-habitar-algumas-reflexes.html>. [consultado em 08.11.16];
4. COELHO, António, Baptista (2010) - **VIV(ER)ACIDADE: Reviver a vizinhança na megacidade europeia - Infohabitar 304**, (revista semanal sobre o habitat humano), [internet] Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.pt/2010/07/viveracidade-reviver-vizinhanca-na-mega.html>. [consultado em 16.11.16];
5. COELHO, António, Baptista (2014) - **Novas formas de habitar - Infohabitar 470**, (revista semanal sobre o habitat humano), [internet] Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.pt/2014/02/novas-formas-de-habitar.html>. [consultado em 06.01.17];
6. COELHO, António, Baptista (2009) - **Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972**, artigos e ensaios, (revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, eesc-usp), [internet] Disponível em: http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art06_risco10.pdf. [consultado em 22.01.17];
7. COELHO, António, Baptista (2010) - **Caminhos da habitação e do urbanismo na cidade central ou na cidade “velha”**, Infohabitar 303 (revista semanal sobre o habitat humano) [internet] Disponível em: <http://infohabitar.blogspot.pt/2010/07/caminhos-da-habitacao-e-do-urbanismo-na.html>. [consultado em 04.02.17];

8. IHRU - **Estratégia Nacional para a Habitação, Desafios e Mudanças**, 2015, [internet]
Disponível em:
https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/porta/pt/porta/habitacao/EstNacHabitacao/ENpH_PT_FINAL.pdf 11.01.2017. [consultado em 16.02.17];
9. PEDRO, João, Branco - **Revisão das áreas Mínimas da Habitação Definidas No RGEU**, [internet] Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Joao_Pedro9/publication/267384376_Revisao_das_areas_minimas_da_habitacao_definidas_no_RGEU/links/546b27ee0cf20dedafd9948/Revisao-das-areas-minimas-da-habitacao-definidas-no-RGEU.pdf. [consultado em 18.04.17];
10. **51 habitações para jovens em Barcelona**, Arquitetos Conxita Balcells Associados, [internet] Disponível em: <http://www.balcells.es/cxhabitatges.html>. [internet]
Disponível em: [consultado em 23.01.17];
11. **81 habitações para idosos em Can Travi, Barcelona**, Arquitetos Sergi Serrat, Ginés Egea, Cristina García e Roberto González, [internet] Disponível em:
<http://granada82.com/#/can-travi-2/>. [consultado a 23.01.17];
12. **Habitação para idosos em Switzerland**, Peter Zumthor, [internet] Disponível em:
<http://www.galinsky.com/buildings/elderly/>. [consultado a 23.01.17];

Lista de Anexos

Anexos 1

- 1.1 - Questionário elaborado, pelo autor da dissertação, dirigido ao responsável do departamento da ação social na Camara Municipal da Guarda.



Resposta ao questionário sobre habitações sociais

Município da Guarda

- No âmbito da elaboração da Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura pela Universidade da Beira Interior, venho por este meio pedir a colaboração/informação relativa à habitação social inserida no Município. Estando a minha dissertação ligada à habitação de interesse social, e sendo residente na cidade, é do meu interesse estudar um pouco a habitação que nela existe, perceber se existem habitações suficientes para aqueles que mais necessitam e quais as características e carências.
- 1- Há quanto tempo existe, mais ou menos, o mercado de arrendamento social na cidade da Guarda?
- a) As **primeiras habitações sociais** da Câmara Municipal da Guarda - **16 fogos** (2 edifícios), foram construídas em 1977/78 e participadas pelo Fundo de Fomento da Habitação, ao abrigo do Decreto- Lei n.º583/72 de 30/12, na Rua dos Amores- Guarda-Gare.
- b) Com a descolonização, (**década de 70**) e regresso massivo dos portugueses das ex-colónias, e à semelhança dos demais concelhos, nasceu o Bairro da Fraternidade, mais conhecido como Bairro dos Retornados, constituído por **40 habitações** (pré-fabricados), que assumiram também o caráter de habitações sociais. Mais tarde (**1987**), e sob a responsabilidade do antigo Fundo de Fomento da Habitação, e hoje integrado no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), foram edificadas outras **22 habitações** de caráter social- Bairro das Lameirinhas.
- c) Em **2004**, o Município da Guarda, no âmbito do PER (Programa Especial de Realojamento), adquire na Avenida da Igreja, antiga Freguesia de S. Miguel da Guarda, **20 habitações** sociais (17 habitações através do PER e 3 com fundos próprios, distribuídas por 3 edifícios), para realojamento de famílias residentes no Bairro das Lameirinhas e outras da concelho em situação muito precária.
- 2- Qual o público-alvo maioritariamente residente nas habitações oferecidas pelo de arrendamento? (famílias, jovens casais, idosos)

O público-alvo que procura as habitações sociais são famílias de todos os grupos etários, embora possamos referir a predominância de jovens casais, na sua maioria com filhos menores. Mas o motivo desta procura relaciona-se com a falta de habitação condigna, motivada por baixos rendimentos e desemprego, que não conseguem enfrentar as rendas do Mercado Livre de Arrendamento. No momento verifica-se uma relativa percentagem de idosos pensionistas - casais ou viúvos, visto ter-se tratado de realojamento enquanto casais jovens e em idade ativa.

3- Qual o tempo médio que os moradores residem nas habitações?

As habitações sociais são atribuídas em caso de grave carência habitacional, e os residentes ali permanecem enquanto delas precisam. São pessoas de fracos recursos, e raramente ultrapassam essa necessidade. A lei prevê, que desde que tenham habitação própria com condições, ou adquiram um nível económico em que o cálculo da renda seja igual ao preço técnico da habitação, perdem o direito à habitação social. Mas é pouco frequente isso acontecer e no geral, as pessoas raramente deixam as habitações.

4- Os habitantes sentem-se integrados nos bairros, e interagem com os vizinhos que já habitavam a zona?

Podemos referir que os nossos residentes em habitações sociais foram realojados quase em simultâneo. Já tinham ligações e prática de vizinhança entre eles. Quando há um novo realojamento, estes últimos, integram-se com muita facilidade e são acolhidos por quem já ali vive. Convém lembrar que não falamos de bairros, mas sim de edifícios não estigmatizados, inseridos no meio urbano, idênticos aos demais.

5- Qual a satisfação das pessoas com problemas socioculturais e económicos, em relação às habitações?

Toda a pessoa com problemas graves a nível habitacional manifesta uma enorme satisfação ao ser-lhe atribuída uma habitação social. Na verdade, a habitação é um bem essencial e esta é a única forma de algumas pessoas terem acesso a uma habitação. As pessoas inserem-se no meio, entreadjudam-se e apoiam-se. As crianças e jovens integram-se na Escola e nas atividades das Instituições e Projetos Locais. Alguns idosos frequentam Centros de Dia; Há adultos que têm o seu emprego e conciliam a sua vida profissional e familiar.

6- O mercado de habitação social na cidade é suficiente para responder às necessidades dos mais desfavorecidos?

Não, a oferta de habitações sociais é muito inferior à procura. De dia para dia surgem novas famílias à procura de habitação social, algumas em situação gravíssima e não há forma de poder apoiá-las. Nesta situação de crise, com o crescente desemprego, baixos salários e com fracos apoios sociais, muitas famílias não conseguem arrendar casa no mercado de arrendamento livre ou manter os compromissos com a Banca para manter a sua própria habitação. De dia para dia aumenta o número de penhoras ou de ações de despejo.

7- Estaria a Câmara, disponível/interessada em oferecer/projetar novas habitações sociais?

Não só para pessoas com problemas socioculturais e económicos mas também para um público-alvo que tem alguma dificuldade em encontrar residência no mercado de arrendamento normal. Sejam eles jovens independentes que procuram a primeira residência, entre outros.

Existem as habitações sociais, no **regime de arrendamento apoiado** que se destinam a pessoas de fracos recursos económicos, em que o valor da renda é calculada de acordo com o rendimento do agregado familiar e número de elementos do agregado familiar. Para pessoas e famílias com maiores recursos, que não se enquadram na habitação social, mas que não têm acesso ao mercado de arrendamento livre, existe o **Mercado Social de Arrendamento**, em que o valor da renda é um valor intermédio, podendo ser inferior em 30% à renda livre.

**Anexos 2 - Peças desenhadas relativas à intervenção
arquitetónica e habitacional apresentada no Cap. 6**